

CREMILDO JOSÉ VOLANIN

**UMA ALTERNATIVA PARA OS
TRABALHADORES DESEMPREGADOS:
A Casa da Solidariedade em São Paulo (1999-2006)**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Eduardo W. Wanderley.

**São Paulo
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,
que me permitiram conhecer
e ser acolhedor das pessoas excluídas.

A Rosana de Souza Santos, companheira, mãe e trabalhadora uma das principais
incentivadoras para que este trabalho pudesse ser realizado.

Àqueles e àqueles
que de alguma forma sofrem com o drama do
desemprego.

AGRADECIMENTOS

A Luiz Eduardo W. Wanderley,

pela disponibilidade, dedicação e orientação de forma questionadora, durante o tempo de elaboração deste trabalho.

A José Oscar Beozzo,

pela importante contribuição e apoio nos momentos difíceis vividos ao longo da pesquisa e por ter me disponibilizado tempo para estudar.

A Raimundo Perillat,

pela disposição em partilhar a sua rica experiência na Pastoral Operária e principalmente na fundação e coordenação da Casa da Solidariedade.

A Virgílio do IEE,

pela acolhida, ajuda e elaboração do questionário aplicado nas pesquisas e por disponibilizar informações e documentos de seu arquivo.

A José Jusieudo S. Alencar,

pelo interesse e estímulo desde o início da gestação deste projeto.

Ao Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP),

por possibilitar e ajudar financeiramente, aos meus estudos.

Aos amigos e companheiros da Equipe do CESEP,

pela compreensão, apoio, carinho e pela disponibilidade de tempo que me proporcionaram no decorrer da pesquisa.

A Pastoral Operária Regional, Metropolitana e Nacional,

por disponibilizar a documentação e seus arquivos para a pesquisa.

A Casa da Solidariedade e sua Coordenação,

por disponibilizar a documentação e seus arquivos para a pesquisa. Pelas entrevistas concedidas e pelo apoio e incentivo em estudar a questão do desemprego.

Aos participantes da Casa da Solidariedade,

pela disposição, amabilidade e pelo carinho nas entrevistas.

As minhas filhas,

pelo apoio, carinho e paciência que tiveram ao longo desse processo.

A Maria do Amparo Fortes,

pelo carinho, apoio e disponibilidade em ajudar e conceder materiais para a pesquisa.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aumento do Trabalho Precário.....	69
Gráfico 2 - Evolução do Índice do Desemprego.....	71
Gráfico 3 - Remuneração, sub-ocupação e rendimento médio do trabalhador.....	75
Gráfico 4 - Desemprego e Nova Exclusão.....	80
Gráfico 5 - Metamorfose da Pobreza no Brasil.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil da Nova e Velha Exclusão Social em São Paulo.....	79
Tabela 2 - Situação e Expressão dos Excluídos.....	88
Tabela 3 - Área de Atuação e Composição das Atividades.....	94
Tabela 4 - Distribuição dos Participantes por Sexo.....	101
Tabela 5 - Distribuição dos participantes por Estado Civil.....	104
Tabela 6 - Distribuição dos participantes por Idade.....	107
Tabela 7 - Distribuição dos participantes por Naturalidade.....	110
Tabela 8 - Distribuição dos participantes por Religião.....	112
Tabela 9 - Distribuição dos participantes pelo motivo de não estar trabalhando.....	113
Tabela 10 - Distribuição dos participantes por tempo de desemprego.....	114
Tabela 11 - Distribuição dos participantes por Situação Ocupacional Anterior.....	117
Tabela 12 - Distribuição dos participantes por Outras fontes de renda.....	119
Tabela 13 - Distribuição dos participantes por tipo de benefícios.....	121
Tabela 14 - Distribuição dos participantes por Escolaridade.....	129
Tabela 15 - Distribuição dos participantes por conhecimento e acesso na Casa.....	131

LISTA DE SIGLAS

ACE – Ação Católica Especializada

ACO – Ação Católica Operária

ANAMPOS – Articulação Nacional do Movimentos Populares e Sindicais

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CCJ – Centro de Capacitação da Juventude

CF – Campanha da Fraternidade

CELAM – Conferência Episcopal da América Latina

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONCLAT – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FLTD – Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

JAC – Juventude agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

ONGs- Organizações Não Governamentais

PIS – Programa de integração Social

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PO – Pastoral Operária

PT – Partido dos Trabalhadores

RVO – Revisão de Vida Operária

SDTS – Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade

SUMÁRIO

RESUMO	11
INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRO CAPÍTULO: ORIGEM E FUNCIONAMENTO DA CASA DA SOLIDARIEDADE	15
1.1 Origem da Casa da Solidariedade.....	15
1.2 Criação e instalação da Casa da Solidariedade.....	21
1.3 Primeiro pré-projeto da Casa da Solidariedade.....	25
1.4 Estrutura e dinâmica da Casa da Solidariedade.....	26
1.5 Origem e contribuição da Pastoral Operária (PO) no Projeto da Casa da Solidariedade.....	42
1.5.1 anos 1960: mobilização social e presença da igreja.....	43
1.5.2 anos 1975-1985: nas praças, sindicatos e comunidades.....	52
1.5.3 anos 1985-1995: suporte ao sindicalismo.....	55
SEGUNDO CAPÍTULO: PANORAMA GERAL DO DESEMPREGO NO BRASIL E EM SÃO PAULO	58
2.1 Sem trabalho, por que?.....	58
2.2 O emprego no Brasil na década de 1990.....	66
2.3 O desemprego na região metropolitana de São Paulo a partir de 1990.....	76
TERCEIRO CAPÍTULO: PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS	92
3.1 Resultados dos anos 2005-2006.....	92
3.2 Análise dos dados.....	98
3.2.1 Sexo, idade e estado civil.....	100
3.3 Naturalidade e religião.....	109

3.4 Razões e motivos de não estar trabalhando atualmente.....	113
3.5 Tempo de desemprego.....	114
3.6 Profissão e situação ocupacional anterior, profissão e situação ocupacional atual.....	116
3.7 Fontes de renda e benefícios sócioassistenciais.....	118
3.8 Alfabetização e ensino.....	126
3.9 Acesso a Casa e atividades oferecidas.....	131
3.10 Ofertas de cursos.....	133
3.11 Participação nos cursos.....	135
3.12 Cursos e atividades realizados.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
ANEXOS.....	148

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo explicitar a questão do desemprego e suas conseqüências, tendo com objeto de estudo a Casa da Solidariedade em São Paulo, cujas finalidades e prioridades estão voltadas para o atendimento dos trabalhadores desempregados, numa perspectiva de desenvolvimento de uma vida comunitária entre eles.

A sociedade capitalista impõe cada vez mais o drama do desemprego entre os trabalhadores, e a Casa da solidariedade tem como princípios elementares a convivência humana, a prática da solidariedade, e principalmente a denúncia desta situação, assim como a organização dos trabalhadores desempregados.

Foram analisadas as causas do desemprego e, na avaliação do conjunto dos trabalhos da Casa da solidariedade, foram priorizados os cursos e as atividades existentes. A partir desses estudos, foi possível visualizar a contribuição que a Casa da Solidariedade tem dado ao trabalhador desempregado e o que caracteriza a orientação deste projeto sobre a questão do desemprego.

Além da pesquisa bibliográfica, foram utilizados dados obtidos por meio de entrevistas e questionário. Ela compreendeu o período de 1999 a 2006.

INTRODUÇÃO

As altas taxas de desemprego, a crescente insegurança e precariedade de novas formas de ocupação, a queda dos salários reais, a exclusão social, são elementos que, principalmente a partir da década de 1990 em vários países do mundo, condicionam a vida do trabalhador. Uma reflexão sobre as causas dessa realidade será desenvolvida no decorrer do trabalho. Um panorama sombrio, e as perspectivas não são mais alentadoras.

Este trabalho objetiva mostrar como a geração de inseguranças no mundo do trabalho se torna cada vez mais visível na expansão do desemprego. E, partindo de uma experiência concreta, principalmente analisar quais estão sendo as iniciativas coordenadas e elaboradas pela Casa da Solidariedade, que teve origem em 1999. Ela foi uma iniciativa da Pastoral Operária com apoio de outras Pastorais Sociais da Região Ipiranga em São Paulo.

Pessoalmente, tive um conhecimento mais profundo desta temática na pós-graduação na PUC-SP e, por acreditar que cada um deve colaborar na busca de saídas para as imperiosas necessidades de mudanças sociais, optei por me engajar na condição de sócio da Casa e acompanhar algumas de suas atividades participando em alguns encontros de formação a partir do ano de 2000.

No decorrer do mestrado, foi se consolidando a idéia de realizar uma pesquisa de fundo sobre esta instituição, que se concretizou no período de 2003 a 2007. O presente texto é o resultado da investigação desenvolvida, que pretendo entregar e discutir com os responsáveis pela Casa da Solidariedade.

Metodologicamente fiz uma pesquisa empírica desenvolvida junto aos trabalhadores que participam da Casa da Solidariedade, e que teve como instrumento um questionário contendo vinte e oito questões, englobando várias categorias de análises para assim poder entender melhor a importância e o processo que a Casa da Solidariedade tem na vida desses

trabalhadores (ver anexo). Nesta pesquisa entrevistei duzentas pessoas, que participaram ou estão participando de uma ou mais atividades da Casa da Solidariedade. Além de dirigentes que coordenam a Casa.

A seleção das pessoas para a pesquisa foi feita de acordo com a participação das mesmas nos cursos e atividades oferecidas pela Casa, ou seja, busquei entrevistar pessoas que participam de todas as atividades para assim poder captar as múltiplas faces dos trabalhadores e quais suas visões do trabalho da Casa frente à questão do desemprego.

No primeiro capítulo deste trabalho, busquei refletir sobre a origem e o funcionamento da Casa da Solidariedade, ou seja, quem foram os principais protagonistas e os motivos que levaram a criação deste importante projeto de apoio ao trabalhador desempregado. Destaco também neste capítulo o processo de criação e instalação da Casa, assim como o seu primeiro pré-projeto, a estrutura e a dinâmica oferecidas pela Casa ao trabalhador, as principais atividades desenvolvidas ao longo desses anos, e a participação dos trabalhadores desempregados no Fórum de Lutas contra o desemprego em São Paulo. Na pesquisa cito algumas falas e entrevistas dos coordenadores e de pessoas que participam do projeto. Num segundo momento deste capítulo, destaco a origem e a contribuição da Pastoral Operária na Criação da Casa da Solidariedade, ou seja, uma retrospectiva dos trinta e cinco anos de existência da Pastoral Operária, e como se deu o processo de lutas dela ao longo desses anos em benefício do trabalhador.

No segundo capítulo, tratei de observar como o processo de desemprego vem se desenvolvendo mais precisamente a partir da década de 1990 no Brasil e principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, onde a Casa da Solidariedade funciona. Apesar de ser um trabalho sintético, tentei apontar os principais motivos e causas que levam o trabalhador a ficar desempregado, o processo de exclusão dos mesmos dentro do sistema capitalista, a queda do emprego formal; e como consequência disso o resultante aumento do trabalho

precário, dos baixos salários, da mão de obra barata e principalmente da queda de renda do trabalhador.

Em São Paulo, pude constatar que as principais mudanças ocorreram no interior do próprio trabalho assalariado, onde houve uma diminuição da participação do emprego nos setores privados com vínculo formalizado, assinalando assim a chamada “nova exclusão” que causa nitidamente o empobrecimento dos trabalhadores urbanos. Apontei algumas iniciativas e dados de órgãos públicos, que estão sendo realizados para suprir as necessidades básicas e gerar empregos. Outro dado constatado é a baixa utilização produtiva do desenvolvimento humano, causado pela ausência de oportunidades de novos empregos, pela subutilização econômica da força de trabalho e pela ausência de financiamento de novas iniciativas.

O terceiro capítulo destaca uma análise a partir da visão das pessoas desempregadas que participam no cotidiano da Casa da Solidariedade. O desafio principal deste projeto foi, à luz da experiência dos trabalhadores desempregados, saber quais são os elementos fundamentais em suas percepções do processo de desemprego, e qual é a função principal da Casa da Solidariedade para eles.

O interesse por essa categoria específica de trabalhadores dá-se, fundamentalmente, pela compreensão de que os trabalhadores desempregados constituem um setor em clara expansão em São Paulo. Parto da compreensão de que este é um desafio fundamental na produção, e de que o desemprego significa uma alteração importante na vida das pessoas. E destaco que a Casa da Solidariedade busca incluir novamente os trabalhadores desempregados no processo produtivo, valorizando o resgate da dignidade do trabalhador.

Nas considerações finais faço um resumo dos pontos principais analisados, destaco os limites e as potencialidades da Casa, e aponto algumas questões para outros estudos.

PRIMEIRO CAPÍTULO: ORIGEM E FUNCIONAMENTO DA CASA DA SOLIDARIEDADE

1.1 Origem da Casa da Solidariedade

Segundo documentos da Pastoral Operária e da Casa da Solidariedade, esta teve origem em primeiro lugar pela iniciativa da PO na Região Ipiranga, mas principalmente pelo aumento de forma muito significativa do “desemprego”¹ (Pastoral Operária 1999: 07). Verificava-se na época que o desemprego em curso alcançava um novo patamar em cada plano econômico e depois, mesmo que a economia crescesse, o desemprego não diminuía, ou não conseguia voltar ao nível anterior. Era preciso enfrentar o problema do “emprego”², mas principalmente equacionar o problema do desemprego. Em se tratando disso a Pastoral Operária deu ênfase ao desemprego, mesmo porque era um dos problemas que mais preocupavam o povo de São Paulo e, segundo as pesquisas de opinião, deixava as pessoas cabisbaixas, sem auto-estima, perdendo o rumo da vida, sentindo-se inúteis e impotentes frente ao problema.

Estudiosos diziam na época que a perda do emprego tinha o mesmo impacto que a morte de um parente próximo ou amigo. Por isso ele é entendido, pelos psicólogos, como um trauma. Junto com o desemprego, via-se crescer a “precarização do trabalho” (Pastoral Operária 1999: 08), ou seja, crescia o número de trabalhadores que trabalhavam em situações nas quais os seus direitos não estavam assegurados. O emprego com carteira assinada estava decrescendo, ampliando uma situação de total instabilidade e insegurança, cujo cotidiano do conjunto dos

¹ As causas do desemprego segundo estas duas entidades estão vinculadas à forma como se conduziu a política econômica e o modelo de desenvolvimento brasileiro, a introdução de novas tecnologias e reestruturação das empresas. Ou seja, é um problema complexo, que não tem uma única causa e está diretamente vinculado ao modelo de desenvolvimento adotado no país nos anos 90. É problema de introdução de novas tecnologias, mas também e fundamentalmente um problema político.

² É a atividade com um vínculo, relativamente estável entre o trabalhador e a empresa, a administração pública ou outra instituição. É a condição da pessoa que tem um vínculo assalariado, ou seja, vende a sua força de trabalho para alguém. O emprego pode ser com registro ou sem registro em carteira. São as pessoas assalariadas.

trabalhadores tornava-se tenso pelo fato de ter que assegurar um trabalho, desestabilizando também os trabalhadores que tinham um emprego.

A precarização era outro problema preocupante porque rebaixava as condições de trabalho e de remuneração. A precarização era acentuada pelas mudanças nas leis que protegiam os trabalhadores. No discurso dos defensores do modo de produção capitalista dominante, os direitos dos trabalhadores assegurados anteriormente eram obstáculos para a “modernização” da sociedade, ou seja, esses direitos seriam a causa da miséria, da pobreza e da exclusão da classe trabalhadora. Verificou-se também que a precarização do trabalho avançava através do processo de “reestruturação produtiva”³, ou seja, um longo processo de inovações tecnológicas que entra em sua culminância a partir dos anos 1970, a qual implementou novas formas de organização do trabalho, trazendo o medo do desemprego dentro das empresas. Em consequência disso, verificava-se uma nova forma de organização que diferenciava ainda mais os trabalhadores entre si: os “integrados”⁴ à empresa; os “semi-integrados”⁵ que são os terceirizados e os denominados “excluídos ou marginalizados”⁶.

Neste contexto muitas profissões foram extintas e outras novas surgiram, principalmente no setor de serviços:

Para reduzir os custos e se tornarem mais competitivas, as empresas flexibilizaram a sua mão-de-obra em dois níveis principais; a flexibilidade funcional ou interna e a flexibilidade numérica ou externa. A primeira é destinada ao núcleo estável e central que assume uma maior mobilidade, mais funções. A segunda, voltada a facilitar os ajustes de mão-de-obra às flutuações da demanda, é destinada à mão-de-obra periférica e externa (Matoso, 1995:92). Esta atinge os dois círculos periféricos já citados. É a “terceirização”: mantém-se na empresa aquele grupo de

³ Para conhecer os elementos da reestruturação produtiva, pode-se consultar o caderno 01 do CEPAT: características da reestruturação produtiva, de José Dari Krein e Inácio Neutzling.

⁴ Um núcleo relativamente pequeno de pessoas que precisam dar tudo de si para se manterem no emprego e assegurarem seu rendimento.

⁵ Que trabalham em empresas prestadoras de serviços.

⁶ São os desempregados, subcontratados etc.

trabalhadores essencial à produção; tudo o que se refere a serviços não diretamente ligados à produção (limpeza, alimentação, condução, obras) e mesmo a produção de alguns elementos é entregue à outras empresas. Este é mais um fator que contribuiu para a precarização do emprego, porque o controle e a fiscalização sobre essas outras empresa é bem menor. (Lesbaupin, 2001:17).

Diante desta situação, era preciso que a Pastoral Operária reconhecesse mais ainda que o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social eram elementos característicos do modelo desenvolvimentista adotado no país, que havia um processo ainda maior de exclusão, onde a precarização do trabalho era mais acentuada com o avanço do desemprego, do trabalho informal e do sub-emprego. Neste contexto cruel principalmente para os trabalhadores, a Pastoral Operária levantou na época algumas questões importantes:

Uma das Questões centrais para uma organização (pastoral) que tem compromisso com a luta dos trabalhadores é pensar o futuro do trabalho. Como vimos, a produção da riqueza depende cada vez menos do trabalho humano(...). Mas, na prática, essas transformações ao invés de proporcionar uma melhor condição de vida para as pessoas, estão aprofundando a exclusão social e tornando a sobrevivência mais insegura. Esse mundo mais inseguro e em crise abre, também, possibilidades de mobilizações e lutas, pois acentua as contradições existentes no seio da sociedade. Neste sentido, hoje, um dos seios centrais, em torno do qual a Pastoral Operária deve mobilizar suas forças, é o trabalho. A luta pelo trabalho (não necessariamente o emprego assalariado) se dá em diversas frentes. (Dari Krein, 1999: 07).

Uma das bandeiras de luta levantadas pela PO em 1999, ano da inauguração da Casa da Solidariedade, foi à luta em prol da redução da jornada de trabalho. Para esta pastoral tratava-se de uma questão-chave para enfrentar o desemprego. Além disso, se pensava que não era possível entender a redução da jornada de trabalho apenas com a forma de criar novos empregos, mas de construção de uma sociedade a partir do tempo livre, para viver com a família, para o lazer e para a cultura. Entendia-se que o simples crescimento econômico não

era capaz de proporcionar melhores condições de vida para o conjunto da sociedade e principalmente para o trabalhador paulistano. Verificou-se que era necessário desenvolver atividades voltadas para serviços comunitários e ampliar o tempo livre das pessoas. Era preciso apostar na criação de novos valores que seriam capazes de dar suporte a um novo tipo de organização do trabalho, o qual pudesse superar a exclusão inerente ao trabalhador empregado e desempregado no atual processo de reestruturação produtiva.

É também, desenvolver iniciativas nos espaços da comunidade, das cooperativas, das associações em que as pessoas se juntam enquanto sujeitos e não mais como objetos, enquanto autogestores e não mais assalariados, escravizados, dirigidos, controlados, empregados e subordinados ao capital. A criação de comunidades cooperativas para ajuda mútua entre os trabalhadores não nasce espontaneamente, mas surgirá do impulso de políticas públicas e da comunidade. Nesta perspectiva, as organizações sociais devem ter no seu horizonte a superação desta função escrava de ser trabalhador assalariado. O trabalhador deve ser o dono de sua força de trabalho, do produto do seu trabalho. Espaços onde se possa viver relações partilhadas. (Dari Krein, 1999: 07).

O desafio era pensar os trabalhadores enquanto cidadãos que se integram. Era necessário fazer com que o trabalhador compreendesse os desafios das mudanças no modo de produção do capitalismo e no processo civilizatório, integrando trabalho e meio ambiente, trabalho e educação, trabalho e relações de gênero, trabalho e cultura, trabalho e bem estar, trabalho e juventude, trabalho e terceira idade. Portanto, era necessário uma PO que conseguisse dinamizar este debate dentro da igreja e da sociedade, a fim de impulsionar ambas a pensarem novas alternativas diante do desemprego.

Era necessário buscar saídas para reinventar o valor da solidariedade, o que Jung Mo Sung e Hugo Assmann chamam de “*desejo de solidariedade como necessidade vital*”. Segundo estes dois autores:

É preciso urgentemente resgatar relações de solidariedade e de cooperação por trás deste domínio das relações competitivas e confrontativas. O desequilíbrio entre de um lado a capacidade produtiva e de geração de riquezas virtuais e de outro a fragilidade do tecido social e graves problemas sociais que atingem bilhões de pessoas em todo o mundo está nos mostrando que o ser humano está se convertendo no grande inimigo da humanidade. Aqui não importa precisar qual ser humano está se convertendo nesse inimigo, pois – mesmo reconhecendo as diferenças de poder e influência que existe em toda a sociedade – todos nós devemos enfrentar esse fato: nós somos inimigos de nós mesmos (...). No interior de cada um de nós, de cada grupo social e de cada sociedade vive a ambivalência e a ambigüidade. Todos/as nós somos responsáveis e, por isso, podemos fazer algo para recriar, resgatar e revalorizar a sensibilidade social e redescobrir o desejo do reconhecimento recíproco. Desejo que nos faz desejar a felicidade alheia como parte integrante da nossa felicidade, por isso que faz o desejo de solidariedade se tornar uma necessidade vital. (Assmann e Mo Sung, 2001: 205).

A solidariedade neste sentido trata-se de uma propensão humana para o encontro e o reconhecimento solidário mútuo, para que as pessoas e a própria sociedade tenham a possibilidade de perceber melhor o desejo de solidariedade diante das vidas dos trabalhadores marcadas pela competitividade e insensibilidade, é portanto necessário educar e suscitar o desejo de solidariedade nas pessoas:

É preciso também educar para a solidariedade, um tema que até as empresas estão discutindo (...). Quem não se preocupa com a solidariedade mesmo no interior de uma empresa que busca lucro e seus interesses próprios, é como aquele que, estando em um barco com um furo na parte central, finge que o problema não é com ele porque está na parte alta. Quem está na parte baixa que se vire e resolva o problema! É uma pessoa que não consegue perceber que na nossa realidade natural e social existe a interdependência. A interdependência é um dos aspectos enfatizados no discurso da solidariedade. Há pessoas que dizem: "Estamos condenados agora em nível interplanetário num campo de prisioneiros, a ser

solidários”, isto é, estamos condenados a ser solidários. Solidariedade é, antes de mais nada um fato. (Mo Sung, 2002, 46-47).

Diante desta afirmação de solidariedade cabe perguntar: Por que ser solidário com quem está fora de meu circuito, da minha rede de relações mais imediatas, como é o caso do trabalhador desempregado?

Era preciso construir uma solidariedade efetiva que significasse estar com quem estava desempregado, com os novos excluídos do mercado de trabalho, ou seja, mulheres, idosos, jovens e negros por exemplo. Era preciso, então, indicar gestos concretos, tanto na criação de fundos de solidariedade como na prática do significado desta palavra para a militância. O que se buscava era combater o individualismo diante do desemprego, estimular uma cultura solidária inclusive para com os trabalhadores que estavam estranhos à vida e dinâmica da Pastoral Operária.

Pensando nesta problemática do desemprego e de tantas mudanças no contexto atual do mundo do trabalho, a Pastoral Operária da Região Ipiranga buscou algo mais concreto, na tentativa de buscar um centro dinamizador de novos temas e de novas perspectivas dentro da Igreja e da sociedade, em torno do trabalho articulado com a cidadania: cooperativismo, novas estratégias para a criação de empregos, a proposta de criação de uma rede solidária, o futuro do trabalho articulado à construção de uma nova sociedade. Nesta perspectiva criou a Casa da Solidariedade, que traz como lema principal de luta: “O Desemprego mata, mas a Solidariedade faz Renascer a Vida”.

1.2 Criação e Instalação da Casa da Solidariedade

A Casa da Solidariedade nasceu da Campanha da Fraternidade de 1999, cujo tema foi “Sem Trabalho, Por Quê?”⁷. Desde 1999 a Casa tem sido um local para o trabalhador e para a trabalhadora desenvolverem a solidariedade e experimentar uma vida comunitária, buscando saídas coletivas para seus problemas, dando atenção especial aos jovens em seu primeiro emprego. A tentativa da Casa é fazer com que os trabalhadores encontrem informação, capacitação e formação, para assim poderem organizar ações conjuntas para transformar a dura vida provocada pelo desemprego.



Ao completar sete anos de existência, a Casa de Solidariedade da Região Ipiranga mostra a razão de sua existência, e o quanto foi acertado a sua criação. Existe uma frequência diária de

⁷ Este tema “Sem trabalho...por quê?”, que teve como lema “A fraternidade e os desempregados”, foi um “**Tema Central**”, em vista do terceiro milênio e isso deu uma importância muito grande à Campanha da Fraternidade daquele ano. O desemprego não era como talvez fora em outros momentos da história, mesmo em 1978 e 1991; o desemprego em 1999 assumia uma centralidade fundamental, uma dimensão nova, no sentido de que o desemprego seria uma **questão-chave**, não exagerando, pelo menos nas primeiras décadas do século XXI, e vai galvanizar as discussões das primeiras décadas do século XXI, porque há uma mudança radical e a sociedade terá que se posicionar, ou não sobre a questão do desemprego.

peessoas que buscam na casa saída digna para seus problemas causados pelo desemprego, e outras pessoas que vêm para trabalhar voluntária e solidariamente nas tarefas do dia-a-dia.

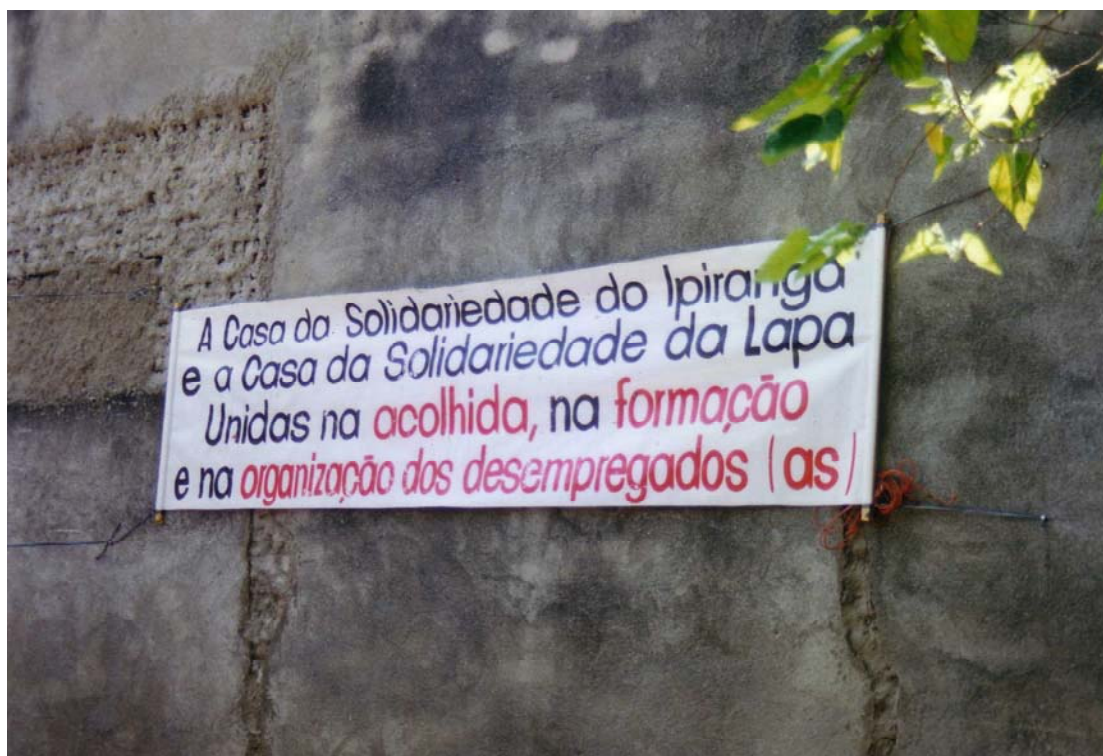
Um dos principais objetivos é de buscar dia após dia cumprir o princípio de acolher, orientar, formar e organizar os trabalhadores desempregados. A Casa enfrenta dificuldades de todos os tipos. Primeiro, a política econômica perversa que flagela os trabalhadores desempregados sem trégua. Segundo, o desafio de atender às necessidades imediatas dos trabalhadores desempregados, seja o passe para o transporte, seja a cesta básica, o atendimento psicológico, etc. Terceiro, a dificuldade que é resgatar a auto-estima daqueles que estão sem emprego, e mostrar que todos têm uma dignidade para preservar, e devem partir para a luta.

A Casa da Solidariedade recebeu, na época, das pastorais, comunidades e entidades da região e cidade de São Paulo muita ajuda, mas a grandeza da tarefa requer mais apoio. O empenho existe em conseguir ajuda necessária. Promover debates sobre desemprego e novas formas de trabalho, no bairro, na escola, e onde mais for possível, é uma das prioridades. Organizar grupos de estudo sobre os problemas que afetam a vida dos trabalhadores. Envolver-se na luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários e mobilizar-se pela reforma urbana. Divulgar a luta dos trabalhadores desempregados em jornais e revistas, boletins, e apoiar todas as lutas que visem melhorar as condições de vida da classe trabalhadora.

Como gesto concreto da Campanha da Fraternidade, nasceu a Casa da Solidariedade aos desempregados (as), inaugurada no dia 06 de março de 1999, com uma grande celebração de esperança, presidida por Dom Celso Queiroz e membros das pastorais sociais e principalmente da PO, e com destaque para “Raimundo Perillat”⁸ que acreditou nesta proposta nova de vida fraternal. Estavam presentes neste dia cerca de 100 membros das comunidades da Região Episcopal Ipiranga.

⁸ Militante da PO, um dos coordenadores das Pastorais Sociais da Região Ipiranga, primeiro e atual Coordenador da Casa da Solidariedade.

A partir deste momento as comunidades da Região Ipiranga teriam uma referência para a ação social junto ao trabalhador desempregado. No início todos se comprometeram acreditando que esta seria uma saída para atender aos objetivos dos trabalhadores desempregados. Objetivos ou utopia? Ainda não era claro, mas navegar era preciso.



No dia 08 de março de 1999, alguns coordenadores do projeto estavam na Casa para atender e receber os primeiros trabalhadores. A primeira pessoa a ser atendida foi o Senhor “Otacílio de Souza”⁹. Na conversa com seu Otacílio foram expostos os objetivos da Casa da Solidariedade: cadastrar, formar, informar, e motivar os trabalhadores para que estes resgatem a auto-estima. Ele logo se interessou e começou a sua caminhada de solidariedade aos demais trabalhadores desempregados. Iniciava-se a história de uma comunidade que acreditava na força e na união, que buscava de alguma maneira “liberdade e transformação”.

No começo era sonho, rabisco de um projeto. Aos poucos as pessoas começavam a chegar, e o que os coordenadores chamavam de sonho aos poucos ia se tornando realidade, o que lhes

⁹ Sergipano, torneiro mecânico, desempregado há quatro anos, dizendo-se sem esperança.

dava coragem e força. No dia 15 de março de 1999, aconteceu a primeira reunião de coordenação, para estruturar a Casa da Solidariedade. Tarsila inicia o atendimento psicológico todas as terças feiras. Dona Rosa, moradora do Bairro, se oferece para ensinar a fazer tricô e crochê, como uma forma de contribuir com as pessoas desempregadas, as quais com uma certa idade não se vêem mais aceitas pelo mercado de trabalho. Aldo jornalista começa a escrever para divulgar tudo o que está acontecendo. Isabel, também psicóloga, começa a escrever cartas para conseguir outras parcerias. Mirela, oferece espaço na Paróquia Nossa Senhora das Dores para a realização de um bingo, com o objetivo de arrecadar dinheiro em benefício da Casa e principalmente dos desempregados que são em grande número. Dalva, enfermeira com muita disposição e alegria, começa a fazer os salgados e doces para vender. O trabalho começa a crescer e sente-se a necessidade e a importância de maior envolvimento.

A segunda reunião de coordenação contou com a presença de Dom Celso Queiroz, o qual se comprometeu com uma ajuda mensal para o projeto. Dona Cida, assistente social da Cáritas da Região Ipiranga, orientou em vários sentidos. Com dois meses de existência a Casa da Solidariedade já trabalhava com os próprios desempregados os quais se cadastravam no dia-a-dia. Alguns conseguiram um emprego, e voltavam ou ligavam para agradecer a acolhida e o trabalho.

A formação destas pessoas desempregadas dava-se a cada quinze dias, por meio de dinâmicas onde todos podiam se expressar falando de suas dificuldades e da problemática do desemprego.

1.3 Primeiro Pré-Projeto da Casa da Solidariedade

Identificação: A Casa da Solidariedade quer ser um ponto de referência para os pessoas desempregadas, uma resposta concreta para que a Região Episcopal Ipiranga enfrente este grave problema que aflige a nossa sociedade.

Finalidade: Ser um espaço para as pessoas desempregadas dialogarem, trocando idéias, experiências, visando mobilização, aglutinação e envolvimento em atividades que visam superar o individualismo para buscar saídas coletivas para superar o problema do desemprego; organizar e mobilizar as pessoas desempregadas para que elas atuem junto a sociedade, exigindo mudanças políticas, econômicas e sociais e tendo como prioridade uma sociedade solidária; apoiar as pessoas desempregadas, juridicamente, psicologicamente e, principalmente, no que diz respeito às várias formas de organização e formação.

Atividades: Acolhida, cadastramento e acompanhamento das pessoas desempregadas, procurando animá-las e envolvê-las. Promover reivindicações que amenizem o problema através de mobilização de pessoas desempregadas para conseguir alguns benefícios tais como: isenção de taxas públicas – luz, água e vale transporte gratuito. Promover palestras e debates, seminários e atividades culturais analisando o problema do desemprego. Dar apoio jurídico, psicológico e espiritual. Criar uma rede de solidariedade entre as comunidades e entidades, para garantir o mínimo necessário para a sobrevivência das pessoas desempregadas. Promover cooperativas de prestação de serviços, conciliando as várias iniciativas conforme as habilidades das pessoas desempregadas (eletricistas, pintores, domésticas...). Promover eventos para o sustento da Casa da Solidariedade.

Primeiros Coordenadores do Projeto: Raimundo Perillati, Maria Aparecida Thomazelli, Irene Malamim, José Jusieudo S. Alencar, Genésio Pereira da Silva, e Equipes de Base dos Desempregados.

Quem responde e participa do Projeto: A Pastoral Operária junto com as pastorais sociais, Pastoral da Juventude e as pessoas interessadas da região. Foi formado um colegiado constituído por um representante de cada entidade envolvida. Foram formadas também equipes de apoio formadas por voluntários tais como: Psicólogos, advogados, pedagogos, assistentes sociais e outros.

Recursos imediatos necessários para o desenvolvimento das atividades: telefone para contatos e busca de recursos de entidades afins, bem como para plantão e atendimento.

Retroprojetor para facilitar a metodologia do trabalho.

Lousa para os cursos de formação.

Um aparelho de fax para receber as vagas de empregos.

Um computador para ajudar no cadastramento das pessoas desempregadas.

1.4 Estrutura e dinâmica da Casa da Solidariedade

A metodologia usada pela Casa da Solidariedade desde sua criação se baseia na busca da participação ativa, troca de experiência e divisão de responsabilidades.

A proposta não é oferecer um balcão de empregos, mas ser apoio psicológico, jurídico e social as famílias vítimas do desemprego, estabelecendo uma relação de diálogo, reflexão e partilha com essas famílias.

Segundo os frequentadores da Casa o trabalho é repleto de atitudes de emoção:

As pessoas experimentam o sabor mais forte da esperança quando descobrem seu valor, sua dignidade e seus direitos, nos encontros de reflexão sobre Cidadania, Direitos do trabalho e outros.¹⁰

O trabalho na Casa é também impregnado de formação política, valorizando a participação dos trabalhadores em grandes eventos como a Marcha dos Cem Mil em Brasília (1999), a Romaria dos Trabalhadores e o Grito dos Excluídos (ambos, anualmente). A Casa tem como objetivo específico ser um espaço de formação e capacitação e proporcionar um ambiente de convivência.

Alguns depoimentos dados por pessoas desempregadas no início do projeto, com um mês de duração e a Árvore Genealógica Da Casa da Solidariedade (Editora CCJ).

Hoje me sinto muito feliz, pois não acreditava mais na vida, minhas filhas e minha esposa pareciam não se importar mais comigo, hoje percebo que era eu que não sabia mais sorrir de tanta amargura. (Otacílio)

Começo a perceber que quando a gente passa dos cinqüenta anos de idade não tem mais valor, mas, aqui aprendi que é lutando que a gente consegue mudar essa história. (Tânia)

Desde o primeiro minuto que apareci aqui, percebi que a minha vida iria mudar, e já estou percebendo, estou aprendendo a fazer crochê e a conversar sobre a vida que é muito importante. Eu adotei a Marlene, Dalva e Raimundo como meus filhos. (Francisquinha)

Meu marido faleceu, e, eu pensei que não tivesse mais nada para fazer, mas entrando nesta casa, entendi que aqui eu começo a nascer de novo. (Rosa professora de tricô e crochê).

¹⁰ Freqüentadores e Voluntários: São pessoas desempregadas que vêm em busca de soluções para o problema do desemprego e, pessoas que oferecem gratuitamente seu trabalho tais como: psicólogos, advogados, pedagogos, instrutores, coordenadores do projeto e outras que acompanham e trabalham nas atividades da Casa da Solidariedade para ajudar a outras pessoas desempregadas.

O
DESEMPREGO
MATA,
MAS
A JUSTIÇA
E A
SOLIDARIEDADE
FAZEM
RENASCER
A VIDA.



Principais Atividades atuais da Casa da Solidariedade

Alfabetização: leitura e escrita para jovens e adultos para o resgate da cidadania.



Artesanato e Pintura: Cestas de papel, jornal, enfeites, etc.



Atendimento diário: cadastramento de pessoas desempregadas e atendimento em várias outras áreas.

Atendimento Psicológico: recuperação da auto-estima e valorização profissional.

Bazar da Pechincha: venda de roupas, calçados e variedades que são recebidos como doação.



Carretos: plantão diário na Casa.

Coleta Seletiva: latas de alumínio, plástico, ferro, papelão, jornal, revista, lista telefônica, etc.

Retirada do material no local.

Comunicação e Expressão: fazer com que os trabalhadores utilizem recursos que possibilitem a comunicação e a expressão com clareza e objetividade.

Cooperativas: de produção e prestação de serviços tais como eletricidade e doces e salgados.

Corte e Costura: curso básico.



Doces e Salgados: encomendas para festas, com qualidade e higiene garantidos.

Eletricidade: curso de instalações residenciais.

Encontro Bíblico: usa-se uma dimensão ecumênica.

Encontro de Formação

Palestras e debates de temas atuais, visando a “*formação cidadã das pessoas*”.¹¹ Os objetivos principais são:

- Possibilitar aos trabalhadores conhecimentos para atuação na sociedade em que vive;
- Conhecer as mudanças da sociedade, criar relações com o outro para juntos transformar;
- Dar consciência das capacidades e possibilidades;
- Formar sujeitos críticos para que possam transformar a sua história.
- Resgatar do saber e o conhecimento acumulado;
- Tomar iniciativas/ser criativo/desenvolver raciocínio lógico e comunicação oral.



Fonaudiologia: Orientação para o correto uso da voz, fala, correção de gagueira, troca de letras na escrita e na fala, respiração bucal e audição.

¹¹ Formação geral para início dos cursos: resgate da pessoa desempregada, comunicação e expressão, proposta da Casa e do movimento, encaminhamentos dos cursos e formação permanente durante os cursos, a mística da solidariedade, ética e cidadania, o mundo da globalização e suas tecnologias, formação bíblica e cooperativas.

Informática: Windows, Word, Excel e informática, tendo como conteúdo principal a divisão social do trabalho.

Inglês e Espanhol: Curso básico.

Oficina de Costura: reaproveitamento de retalhos para a confecção de almofadas, colchas, aventais, etc.

Orientação Jurídica: Auxílio nas questões trabalhistas, família e criminal e na área dos direitos humanos.

Pastoral Operária: revisão da vida e da prática. Dias de estudo.

Previdência Social: Orientação para aposentadoria, esclarecimentos sobre os direitos do trabalhador na previdência.

Reforço Escolar: Matemática, física, química e português para alunos a partir de 16 anos.

Trabalhadores Domésticos: Limpeza, arrumação, lavar, passar, copeira, cozinha e legislação trabalhista. Noção de higiene, segurança e comunicação.



Tricô e Crochê: Pontos básicos e aprendizados de receitas.

Em relação à participação dos trabalhadores no Fórum de luta dos trabalhadores desempregados/as buscou-se isenções no pagamento de taxas para concurso público, negada pelos órgãos públicos conforme ofício a seguir:

Ofícios do Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados/as



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Folha de Informação nº

Do Ofício nº10/SGM/Assuntos Metropolitanos/2005

em 06/09/2005,

SMS.G
SR. Chefe de Gabinete,

Trata-se de consulta originada na Secretaria do Governo Municipal, acerca do pleito do "Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados" sobre eventual isenção das taxas dos concursos públicos municipais, fls. 02.

A Coordenadoria de Recursos Humanos de SMS, à fls. 08, manifestou-se ratificando o quanto contido à fls. 04, isto é, que as taxas de inscrição são cobradas não pela PMSP, e sim pelas instituições contratadas para realização dos concursos, e visam cobrir despesas com material de inscrição, serviços gráficos, contratação de pessoal, emissão de correspondências aos candidatos, entre outras.

No caso de eventual isenção de pagamento de referida taxa, competiria a PMSP arcar com tais gastos, além de se responsabilizar pela verificação da autenticidade das informações prestadas pelos interessados, opção esta que depende da conveniência e oportunidade da administração em assumir tal despesa e encargo.

Sendo estas as conclusões no tocante à questão apresentada, submetemos o presente parecer à apreciação de Vossa Senhoria, sugerindo que, caso concorde, encaminhe à SGP para prosseguimento.

São Paulo, 06 de setembro de 2005.

O Fórum de Lutas dos trabalhadores desempregados de São Paulo está em diálogo com o governo do estado para negociar a implantação do vale transporte gratuito para desempregados.

Desde o mês de julho de 2004, representantes do Fórum realizam reuniões periódicas com autoridades governamentais, que insistem em negociar apenas a implantação de cursos

profissionalizantes, o que, segundo os trabalhadores não é a principal medida no combate ao desemprego.



A pauta de reivindicações inclui também:

- Frente de trabalho;
- Isenção das taxas de água, luz, esgoto, concurso público e vestibular. As negociações prosseguem até que se alcancem ações efetivas do poder público em relação à criação de postos de trabalho, proteção e assistências aos trabalhadores desempregados.

Reivindica-se portanto:

Do Governo municipal: vale transporte gratuito e isenção do IPTU.

Do governo estadual: frentes de trabalho, isenção das taxas de água, luz, esgoto, concurso público e vestibular.

Do governo federal: frentes de trabalho, crédito subsidiado para grupos de trabalho e produção.



Nesse sentido, pode-se afirmar ainda que é bastante utópico falar em benefício para a classe trabalhadora, principalmente para aqueles que se encontram em situação de desemprego, mesmo porque todas as reivindicações são negadas pelos órgãos do governo conforme podemos ver em ofícios anexos.

No entanto, uma das grandes preocupações da Casa da Solidariedade é motivar os participantes para que participem ativamente nas manifestações e articulações do Movimento dos Desempregados, pois estes tem várias iniciativas conjuntas em nível de São Paulo e Brasil, no sentido de pressionar os governos em vista de uma melhor política frente a questão do emprego e geração de renda.

O principal objetivo desse movimento é fazer com que as pessoas desempregadas possam pelo menos participar das novas formas de emprego que estão surgindo nas experiências de economia solidária, possibilitando a busca de uma nova cultura do trabalho, como fonte de realização da pessoa humana. Para tanto é importante citar o depoimento de dois dos primeiros coordenadores da Casa da Solidariedade concedidos em Agosto de 1999.

Eles já foram os descamisados da Nação e alvo de promessas dos últimos presidentes. Hoje, são chamados de sem-teto sem-emprego. A carência da população brasileira, no fim deste milênio, caminha a passos largos em direção ao abismo. Muitos não terão o que comemorar nos 500 anos de descobrimento do Brasil. Apenas lamentar que um país cercado de riquezas do Norte ao Sul, esteja ao meio do caos financeiro e social. Diante de tantas incertezas, a Igreja procura articular-se em busca de soluções para os carentes, desempregados. Clama pela igualdade social e distribuição justa de renda.

A Casa da Solidariedade, é um dos mais novos projetos sociais criados pela iniciativa dos grupos da Pastoral Operária e Social, com apoio do Bispo da Região Ipiranga, Dom Celso, que cedeu a Casa da Rua Gravi, 60, no Bairro da Praça da Árvore, para o desenvolvimento do projeto.

Na ocasião “Pe. José Geraldo Rodrigues de Moura da Paróquia Santa Cristina era o coordenador geral da Casa da Solidariedade”.¹² Segundo ele a Casa está de portas abertas para acolher e dar assistência aos desempregados da cidade de São Paulo e àqueles que já não tem mais esperanças de viver dignamente. Nosso objetivo é resgatar a auto-estima e a dignidade humana das pessoas que vivem nas ruas, mas que um dia tiveram seu lar, seu emprego, e comida na mesa.

Ao chegar à Casa da Solidariedade, a pessoa recebe atendimento psicológico, é preparada para enfrentar o mercado de trabalho, requalificando-se profissionalmente, por meio de palestras, aulas de comunicação e expressão, linguagem técnica, oficinas de costura e carpintaria. A proposta é formar um banco de dados para que as empresas possam consulta-lo e contratar esses profissionais.

Quando “Cleonice Alves Rocha Cruz chegou à Casa, há três meses estava muito deprimida. Auxiliar de enfermagem, aos 49 anos não consegue um emprego. Os

¹² Pe. José Geraldo criticava seriamente o governo Fernando Henrique Cardoso. “É lamentável você pensar que um homem como FHC que poderia fazer tanto, não faz nada. É uma pessoa orgulhosa. Acha que está acima de tudo e de todos. Ele colocou toda a população de joelhos diante do FMI (Fundo Monetário Internacional). Não é um governo sério. Se fosse sério sua atitude seria outra. O presidente diz que o Brasil está dando certo. Ele vende uma ilusão. O aumento do salário mínimo não é uma vergonha, é um pecado mortal. Se fosse falar que o governo FHC é sério, que não serio sério era você. Os responsáveis pela miséria brasileira estão no congresso e no Senado. A política deve estar voltada para o interesse da maioria e não de poucos. O Brasil é um país rico de pessoas pobres”.

*empecilhos estão na especialização exigida pelo mercado e sua idade”.*¹³ Cleonice, às terças feiras, faz parte da turma de crochê, juntamente com outras mulheres. Todas buscam aprender outro ofício para garantir o sustento dos filhos. A maioria delas é separada ou não sabem onde estão seus companheiros. Eles também perderam o emprego, porém, não suportaram a amarga realidade, saíram de casa ou suicidaram-se. As aulas só são possíveis porque dona Rosa Gomes, 75 anos, aposentada, se dispôs a ajudar gratuitamente, os mais necessitados. Segundo ela “ao invés de ficar em casa assistindo televisão, venho aqui, ajudo essas mulheres e me distraio também”.

Segundo a coordenadora da época, “Marlene Silva”,¹⁴ as mulheres são mais fortes que os homens, enfrentam melhor a realidade. Quando um pai de família fica muito tempo desempregado, sua auto-estima fica extremamente abalada, o desespero toma conta, os pensamentos ruins vêm à cabeça, como furto e tráfico de entorpecentes. Muitos que chegam aqui estavam vivendo nas ruas ou em albergues, estão viciados em álcool, sem documentos e não lembram mais da família, eles são o nosso maior desafio, afirma Marlene.

O caso mais interessante é o de “Aparecida Oliveira Garcia Perez”,¹⁵ hoje está morando num albergue, no Bairro da Penha. Mas há alguns anos, Cida como gosta de ser chamada, e seu marido trabalhavam, tinham comprado a tão sonhada casa própria, pelo financiamento da Caixa Econômica Federal. Ai...primeiro foi ele quem ficou desempregado. Por incrível que pareça logo em seguida fui eu. Ainda trabalhei como temporária numa grande loja de departamentos de São Paulo. Mas quando saí, já não conseguíamos mais pagar o financiamento da casa e passamos a morar na casa de parentes e a viver da solidariedade deles. O tempo foi passando e tivemos que sair de lá. Desde então, estamos vivendo num albergue, separados. Perdemos tudo, a casa, nossos objetos pessoais, nossa dignidade e a vontade de

¹³ Cleonice Alves Rocha Cruz: “eu não consigo entender. Tenho vinte anos de experiência profissional, gosto do que faço, mas parece que depois do quarenta anos minha capacidade foi reduzida ao nada. Nunca passei por uma situação tão humilhante como essa. Antes de vir para cá, estava completamente desesperada e sem esperança alguma, diz indignada”.

¹⁴ Marlene Silva, 44 anos, professora e 26 anos atuando como militante e Assessora da Pastoral Operária.

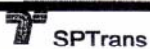
¹⁵ Aparecida Oliveira Garcia Perez, 40 anos formada em Administração de Empresas, com Pós-graduação em Recursos Humanos, casada, sem filhos.

viver. A Casa da Solidariedade é minha última esperança. Venho todos os dias para cá, procuro me ocupar de algo, pois se eu ficar parada, acho que enlouqueço, desabafa.

Pe. José Geraldo na ocasião falava também das dificuldades que existiam para manter a casa: “manter esta casa é muito difícil. Quem nos ajuda são as paróquias da região, como a de Santa Rita que nos doou a linha telefônica, a Cáritas que nos envia as roupas usadas para vendermos nos bazares que promovemos às sextas-feiras e a Escola São Francisco Xavier que nos doa alimentos para as cestas básicas.

Precisamos de bilhetes de metrô e passes de ônibus para essas pessoas poderem procurar emprego ou para frequentarem os cursos gratuitos que conseguimos para elas. Não podemos dar dinheiro porque os homens, principalmente, estão fazendo tratamento contra o alcoolismo. Se dermos dinheiro, certamente eles vão para o primeiro bar da esquina beber pinga, Tudo o que queremos é ter o que partilhar. Combater o desemprego e as injustiças é o único caminho para não cairmos no abismo.

Ofícios do Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados/as



SMT.GAB

Sr. Chefe de Gabinete,

Ref.: Ofício nº 08/SGM/ASSUNTOSMETROPOLITANOS/2005.

Em atenção ao Ofício supra, que encaminha para análise os pleitos do Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados, notadamente no que diz respeito à sanção do Projeto de Lei nº 01-0377/2001, que dispõe sobre a isenção de tarifa nos transportes coletivos para os trabalhadores desempregados e sobre a manutenção do bilhete único sem redução do tempo de utilização por passagem, passamos a expor:

Primeiramente, esclarecemos que o referido projeto de lei foi vetado por deliberação do executivo diante de diversas implicações legais e no intuito de preservar possíveis fraudes e gastos desnecessários.

Como se percebe do Projeto de Lei não existe qualquer menção a fonte de recurso que ensejaria a concessão de tal isenção, ficando este item sem respaldo, ferindo diretamente o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nestes termos, em que pese à intenção não só do nobre legislador, como também do Fórum de Luta dos Trabalhadores, em tentar conceder o benefício a este grupo de trabalhadores que se encontram desempregados, há que se destacar a inexistência de dotação orçamentária específica, em infringência ao princípio da legalidade, como também a inobservância do princípio da isonomia ao beneficiar-se uma categoria de cidadãos em detrimento dos demais.

R. Barão de Itapetininga, 18 - Centro - São Paulo - S.P. CEP 01042000 - Fone 3120 9875
rosamaria@sptrans.com.br

Portanto, prima-se pelo interesse da coletividade como um todo e não pelos interesses individuais de determinados seguimentos da população.

No tocante a utilização do Bilhete Único para o pagamento de uma passagem no intervalo de 2 (duas) horas, o benefício continua mantido.

A alteração ocorrida refere-se apenas à necessidade de cadastramento do usuário que desejar o benefício, em um dos postos autorizados, mediante o preenchimento de formulário próprio justificando a necessidade de utilização de mais de quatro veículos no período de integração de duas horas, a apresentação de fotografia e demais documentos informados através do site www.sptrans.com.br.

Por fim, salientamos que as informações supra foram obtidas junto às áreas competentes desta empresa, notadamente a Diretoria Adjunta, que manifestou-se às fls. 7, e este Departamento Jurídico, que teceu as considerações acerca do Projeto de Lei 377/01.

Sendo o que nos cumpria informar, encaminhamos o presente à consideração de V. Sª.

SP, 04.08.05



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação n.º

d o Ofício nº 09/SGM

em 27 / 07 / 05

(a)

Ref. : OFÍCIO Nº 09/SGM/ASSUNTOS METROPOLITANOS/2005
Int. : Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados
Ass. : Isenção do IPTU - Lei 12.655/98

SGM - AAM
Senhor Assessor

Em atenção a reivindicação da Entidade em epígrafe, informamos que inobstante a Lei 12.655/98 está vigente, até o presente momento a mesma não foi regulamentada pelo Executivo Municipal, conforme preconiza o art. 9º da referida Lei.

Dessa forma, apesar de vigente, a lei em questão é inoperável.

RI-G, em 27 de julho de 2005.

1.5 Origem e Contribuição da Pastoral Operária no Projeto da Casa da Solidariedade

É imprescindível, ao tratar da Casa da Solidariedade, fazer referência à Pastoral Operária, mesmo porque este projeto teve início no seio dessa pastoral que, há muitos anos, tem organizado, mobilizado e acompanhado os trabalhadores em São Paulo, na luta pelos seus direitos. Mas, antes, convém relembrar fatos e atores, na sociedade e na igreja católica, cuja dinâmica está na origem da PO.

Na opinião dos militantes, a Pastoral Operária existe por causa da realidade do mundo Operário em São Paulo e no Brasil, e das exigências evangélicas de transformação da sociedade.

Em sua fundação, no dia 18 de outubro de 1970, com a “Missa do Salário Justo”, percebia-se a existência da exploração da classe operária. Constatava-se que no regime de fábrica e condições de trabalho, os trabalhadores estavam sendo explorados nas questões do: salário, horário, instabilidade, insalubridade.

O Regime sindical estava atrelado ao Ministério do Trabalho, que, ao invés de ajudar o trabalhador, cassava as lideranças autênticas, reprimia as greves, dividia por categoria a base territorial. Conseqüências do regime econômico capitalista, era grande a concentração de renda, o arrocho salarial, a dependência ao FMI e das multinacionais, e já havia uma grande política de recessão e desemprego.

A desunião da classe operária se manifestava principalmente: na falta de consciência de classe, de conhecimento dos direitos e leis trabalhistas; no medo de participar na organização de trabalhadores por causa da repressão patronal, por exemplo: na falta de condições para escolha de profissão; na falta de consciência no valor de trabalho para a vida do trabalhador e sua realização como pessoa; na influência negativa dos meios de comunicação.

A PO tem como objetivo principal animar os trabalhadores cristãos a se engajarem na transformação da sociedade à luz do evangelho. Procurava conscientizar os trabalhadores a enxergar a realidade, despertar para o compromisso, alertar, libertar, ter consciência de classe. A igreja, através de seus agentes, bispos, padres e freiras, adquiriam consciência da importância da classe operária, na transformação das estruturas, despertando para a necessidade de um maior engajamento nessa pastoral; a qual procura formar politicamente o trabalhador a partir de sua vida no bairro, na fábrica, na comunidade, no sindicato e na política. Procura dar conhecimento principalmente, do direito do trabalhador, da história da classe operária, do sindicalismo e suas propostas atuais; da Bíblia na ótica do trabalhador; dos documentos da igreja que tratam da questão do trabalho; da estrutura do sistema capitalista. Denuncia, basicamente, as injustiças da vida do trabalhador; o arrocho salarial; a repressão às greves; as más condições de trabalho. Pretende unir os trabalhadores no bairro e comunidade; os trabalhadores da cidade e do campo; na luta contra o sistema capitalista e na busca da sociedade justa e fraterna. Pretende organizar os trabalhadores: formando grupos de operários nos bairros e comunidades; despertando operários para uma participação consciente e crítica nas comissões de fábrica, no movimento sindical, nas reivindicações de bairro; buscando soluções juntos, agindo sem queimar etapas a partir de organizações existentes, e não fazendo grupos paralelos nem dominando a organização e a luta.

É importante enfatizar que a Pastoral Operária não pretende ser um órgão representante de classe, mas um meio de tomada de consciência de valorização de si e da classe.

1.5.1 Anos 1960: Mobilização social e presença da igreja

A década de 1960 foi marcada por intensa movimentação política. Destacavam-se o movimento sindical reivindicatório, as igrejas, as lutas camponesas, e as lutas pelas reformas

de base, apoiadas pelo Governo João Goulart. O 13º salário, conquistado em 1962, e a luta pela Reforma Agrária mobilizaram milhares de brasileiros no início da década.

A política internacional era orientada pela guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética. Sua marca no ocidente era o anti-comunismo, que atingia a vida da igreja em âmbito mundial e nacional. Parcela significativa do laicato participou da famosa “*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*”, de iniciativa da “*burguesia*”¹⁶ nacional, tendo em vista que muitos membros do Episcopado apoiaram o golpe militar. Houve sensível queda de apoio aos movimentos como a Ação Católica. Naqueles anos havia uma presença ativa na Igreja Católica e na sociedade da Ação Católica Especializada, composta de movimentos de juventude e de adultos. Um dos movimentos mais organizados e com atuação política importante no meio Universitário foi a “Juventude Universitária Católica” (JUC), duramente criticada por alguns membros do episcopado e setores conservadores da imprensa escrita e da política partidária. A “Juventude Universitária Católica”¹⁷ (JUC), que tinha em Betinho um de seus principais líderes, foi duramente atingida. Sobre a JUC é válida a citação de Beozzo:

Seria simplificar demais se disséssemos que a crise da JUC, após 1960, foi a crise com episcopado, pois, para começar, no seio mesmo do episcopado encontramos uma gama enorme de atitudes muito divergentes, sobre a JUC, sobre as razões da crise, sobre os repensáveis da mesma e enfim sobre as soluções a serem dadas. Simplificar ainda, porque a crise pôs em jogo outros setores da opinião pública que também tomaram posição contra a JUC. De um dia para outro, inimigos patentes da igreja tornaram-se defensores obstinados de sua ortodoxia em sua aberta contra a JUC, pressionando bispos em nome dos textos da Encíclicas e exigindo a condenação da “ala comunista” da igreja. O jornal liberal O Estado de São Paulo arvorou-se em dos campeões da campanha contra a JUC. Mas no seio mesmo do Movimento, importantes divergências afloraram e as diferenças regionais estavam

¹⁶ Com a participação ativa de setores militares, empresariado e igreja apoiados pelos Estados Unidos.

¹⁷ Para conhecer melhor o trabalho da JUC e conseqüentemente a crise que houve, pode-se consultar o livro “Cristãos na Universidade e na Política”. (BEOZZO, José Oscar. Editora Vozes, 1984).

longe de desaparecerem, apesar de todos estarem de acordo sobre as grandes linhas de orientação e os objetivos a seguir. (Beozzo, 1984: 92)

Com o apoio de membros da JUC surgiria a “Ação Popular”¹⁸. Outros movimentos importantes foram a “Juventude Operária Católica”¹⁹ (JOC) e Ação Católica Operária (ACO). Além destes tiveram influência a Juventude Estudantil Católica (JEC) masculina e feminina, a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Independente Católica (JIC).

Um elemento fundamental desses movimentos foi o método ver-julgar-agir. Sobre este método é válida a citação de Luiz Eduardo W. Wanderley:

Dessa importantíssima experiência, uma novidade reconhecida fixava-se no método – denominado pedagogia na ação e da ação – ancorado num tripé básico, ver-julgar-agir, acrescido, em seguida, do rever. Esse método, do mesmo modo utilizado em todos os demais movimentos especializados, posteriormente permaneceu suscitando iniciativas promissoras na comunidades eclesiais de base e nas pastorais populares, com variações condicionadas pelas conjunturas que se seguiram.

O ver buscava a descoberta da realidade, centrada predominantemente na realidade de cada movimento específico, com destaque para a operária e a universitária as mais desenvolvidas naquela época, com a qual se valoriza a prática concreta dos militantes. O ver pretendia efetuar um diagnóstico da situação, propiciando a seus operantes um sentido inicial de metodologia de pesquisa (...).

O julgar enriquecia a formação – poder-se-ia mesmo falar em formação continuada, principalmente pela maioria de militantes jovens – e buscava unir reflexões teológicas, pastorais, espiritualidades com reflexões variadas originadas pelos intelectuais, pensadores, políticos, universitários (...). O julgar fortalecia-se

¹⁸ De alguns militantes da JUC e da esquerda nasce a Ação Popular, era um movimento de esquerda, revolucionário e que tinha na sua concepção inicial alguns fundamentos do humanismo cristão.

¹⁹ Juventude Operária Católica - é um Movimento de jovens, pelos jovens e para os jovens, inquietos com a realidade em que vivemos, tal como: insegurança face ao futuro, escola que não garante emprego, precariedade no trabalho, injustiça, degradação da pessoa humana e do ambiente, exclusão,... A Revisão de Vida (Ver, Julgar, Agir) é o método fundamental da JOC. A vida concreta e a ação de cada jovem é o ponto de partida nas reflexões.

nos dias de estudo, encontros e reuniões das equipes com temas selecionados, com leituras de textos e palestras ministradas por especialistas (...).

O agir manifestava-se no cotidiano da cada militante e nas ações coletivas realizadas nos locais de trabalho (JOC e JAC) e escolas universitárias (JEC e JUC), considerando a dos movimentos que tinham maior visibilidade, Dentre as atividades, vale ressaltar as de cunho político, nas quais a presença cristã fazia-se mais premente. Pelo lado operário a JOC e a ACO formam sementeiras do que se consubstanciou na Pastoral Operária algo que permanece até os dias de hoje, evidentemente com mudanças nas visões e práticas. (Wanderley, 2005: 436-437).

A Ação Católica Especializada levou até às últimas conseqüências seu compromisso cristão e engajou-se no movimento político, conduzindo diversos de seus militantes à ação política transformadora. Com isso entrou em conflito com a hierarquia que discordava desta postura. Ao mesmo tempo, promoveu-se um grande trabalho de renovação litúrgica, bíblica e catequética. Ela buscava se atualizar e responder aos desafios apresentados pelo mundo.

A ACO e a ACE (Ação Católica Especializada) recebiam influência de José Cardijn, sacerdote católico belga, filho de operário, que iniciou uma nova experiência, no meio dos jovens trabalhadores, com esta convicção: "Para conquistar a massa dos jovens trabalhadores, só existe um meio, que é, no seio da Igreja Católica, a organização da massa dos jovens trabalhadores, que, entre eles, por eles, e para eles, se atraíam, se ajudem, se sirvam uns aos outros, visando à conquista do seu destino". Esta intuição de Cardijn, mais tarde, o papa Pio XI assumiria com o peso de sua autoridade, quando dizia: "Os primeiros e imediatos apóstolos dos operários, hão de ser os operários!" Nascia assim a JOC (Juventude Operária Católica), e inspirador nela os Movimentos leigos de Ação Católica especializada. João XXIII convocou o Vaticano II, para que a Igreja refletisse o seu papel no mundo daquela época, o que a levou também a refletir concretamente sobre a realidade do mundo do trabalho.

O Concílio encaixa-se ainda em um período de dramáticas mudanças políticas e sociais no país. O fato de os bispos encontrarem-se regularmente ao longo dos quatro anos que antecederam a crise (1962-1963, com ela coincidiram (1964) e a sucederam (1965) – do início da década de 1960 ao golpe militar de 1964 – permitiu à instituição Igreja Católica situar-se como corpo episcopal, em face dessas mudanças, como talvez nenhuma outra instituição ou grupo nacional, com exceção talvez dos militares. Sua análise vinha impregnada, por outro lado, por uma profunda mudança de referencial teórico sobre o lugar e o papel da igreja na sociedade. (Beozzo, 2005: 60-61).

Portanto uma grande missão, decisão tomada no final do Concílio, foi a Igreja toda se organizando para ser fiel aos pobres, aos operários da época, tendo em vista que o capitalismo avançava de forma extraordinária.

Além do Concílio, aconteceram também as Conferências Episcopais da América Latina (CELAM) em Medellín e em Puebla, os quais introduziram grandes mudanças na vida da igreja da América Latina. No Brasil, o compromisso com o movimento social, com o incremento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), e as contradições do governo militar, fizeram a Igreja Católica, ao longo do tempo, compreender melhor os verdadeiros interesses do golpe de 64.

O Golpe de 1964 e suas conseqüências

Em março de 1964 aconteceu o Golpe Militar. Sua Pregação foi “*combate ao comunismo, à corrupção e ao caos*”, que supostamente imperavam:

Em sistemas políticos de mutação, o Golpe de Estado é uma ação súbita através da qual um líder ou governo são substituídos por outro mediante emprego de força. Essa ação é costumeiramente praticada por facções das forças militares porque, em numerosas sociedades, em especial no Terceiro Mundo, os militares têm monopólio

dos instrumentos de força. Um vez que esses golpes concentram-se mais na mudança de governos do que na natureza de Estado em si como instituição social, eles tendem a gerar um nível pequeno e, muitas vezes, temporário, de mudança social, se é que alguma . (Johnson, 1995: 117).

As “*direções sindicais combativas foram cassadas*”²⁰. Prisões e perseguições atormentaram a vida política nacional. A produção foi esquecida. Pequenas, médias e grandes empresas faliram. O desemprego cresceu, enfraquecendo o movimento sindical, então nas mãos de pessoas ligadas ao governo militar.

Assim ficou aberto o caminho de entrada ao capital multinacional. O transplante de indústrias estrangeiras para o Brasil foi rápido. Exigiu medidas para trazer força de trabalho do campo para a cidade. Esta é uma das causas da desigualdade social que hoje assola o país. A gigantesca migração campo-cidade altera significativamente a composição e caráter do operariado. A maioria passa a ser de trabalhadores sem experiência nas lutas sindicais; viera em busca de salário mínimo, de assistência à saúde, da aposentadoria, coisas inexistentes no campo.

Volta à Luta

Oriundos da JOC e ACO, inúmeros cristãos e operários sentem dificuldade em desenvolver seu trabalho naqueles movimentos. Passam a reunir trabalhadores nas comunidades, levando-os a refletirem sobre sua vida de trabalho, de moradia, de família e de fé. Tais reflexões, alimentados pela metodologia do Ver-Julgar-Agir, levam a mudanças de comportamento, resultando em forte presença dos cristãos no movimento operário da época. Eles se

²⁰ Em 1974 a repressão pegou membros da PO e da oposição sindical metalúrgica, acusando-os de ter ligações com partidos clandestinos de esquerda. A proposta foi de manter um posição classista dentro da igreja, ou seja, a compreensão de que no mundo capitalista a população está dividida em duas classes básicas: explorados e exploradores; é uma opção clara pela classe trabalhadora que tinham setores expressivos da população da Arquidiocese de São Paulo. Esta opção significou não aceitar a proposta de harmonia entre patrões e operários.

concentram nas Oposições Sindicais, que lutam também contra os vícios da estrutura sindical brasileira. Esta experiência tem eco no conjunto da Igreja Católica.

Em julho de 1970, Frei Luiz Sartori foi nomeado para organizar a Pastoral Operária na Arquidiocese. Em outubro de 1970, celebra-se na Sé e nas Paróquias a “*Missã do Salário Justo*”. Ao mesmo tempo organizam-se mesas-redondas, escolhe-se algo prático para debates: O Programa de Integração Social (PIS). Participam dirigentes cristãos de empresa, advogados, economistas, sociólogos, padres dos meios operário e universitário, bispos e operários. As reuniões se sucediam, mas qualquer consenso sobre a “*condição operária*” na cidade de São Paulo era difícil. Mas dessas mesas-redondas surgiu a idéia de se criar as Semanas Sociais.

Em 1970, Dom Agnelo Rossi convocara entidades e pastorais envolvidas com o operariado, para promover uma coordenação das forças atuantes. Participaram os Círculos dos Trabalhadores Cristãos, o Instituto Morumbi, a Unicolor, a Juventude Operária Católica, a Ação Operária Católica, a Frente Nacional do Trabalho e grupos das comunidades.

Além de um consenso teórico-ideológico, os grupos buscavam algo para marcar presença. Aproveitou-se para tal as campanhas salariais de fim-de-ano. Em algumas reuniões, definiu-se o conteúdo dos materiais preparatórios e justificativas publicadas pelo Jornal **O São Paulo**.

Início das Definições

Na definição do “*por quê*” e “*para quê*” de uma Pastoral Operária, duas questões sobressaíam. Uma era saber se os operários eram uma realidade a “ser assistida” por assessores e assistentes. A outra se relacionava com a “*formação do trabalhador*”: a ótica era o trabalhador como “*sujeito*” ou como “*objeto*”? Havia também uma questão de fundo: era possível instaurar uma “*ordem social cristã*”? As concepções divergiam. Muita pouca coisa prática resultava. No começo de 1971, decidiu-se levar os debates para as “*bases*” das Regiões

episcopais. Foi formada uma coordenação arquidiocesana de dois operários e um “assistente eclesial” de cada região e movimento.

Definição dos objetivos

Esse passo foi importante. Forçou uma discussão nas bases para esclarecer se uma Pastoral Operária deveria ser um movimento eclesial, ou uma linha pastoral da arquidiocese. Em 1972, foi possível definir o objetivo geral da Pastoral Operária: ***“A libertação total do homem operário em todos os seus ambientes de vida”***. Os objetivos imediatos foram estes: levar à participação nos locais de trabalho, nos sindicatos, na comunidade e no bairro; formar militantes através daquela participação; distribuir boletim nas comunidades; organizar uma biblioteca operária na Arquidiocese; preparar subsídios litúrgicos e catequéticos. Para isto foram ainda organizadas duas equipes. Uma, a de formação. A outra, a do boletim. O terceiro número do boletim passou a levar o nome “O Companheiro”. Era também distribuído nas fábricas pelos militantes. Diante da repressão, era preciso muita coragem para isto.

Em Assembléia da Arquidiocese, em 1975, a Pastoral do Mundo do Trabalho era acolhida como uma das quatro prioridades da ação evangelizadora da Igreja na cidade. Isso aconteceu depois de ampla participação dos setores, paróquias e comunidades da Arquidiocese. A mesma prioridade era também escolhida pela Assembléia do “Regional Sul I”²¹ da CNBB, em 1975. Ela assim definia seu objetivo:

“A promoção integral, à luz do evangelho, dos componentes das classes vinculadas ao mundo do trabalho, dando prioridade ao operariado”. Para isto foi fundamental a atuação de “Dom

²¹ Órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –CNBB, que congrega as Dioceses e Bispos, que cumprem sua missão episcopal no Estado de São Paulo, tendo por finalidade: promover a pastoral orgânica nas Igrejas Particulares do Regional; estudar assuntos de interesse das Igrejas Particulares do Estado de São Paulo; atender as solicitações de estudo e aplicar as orientações emanadas da Santa Sé, da Assembléia Geral e outros órgãos de cujos préstimos se utiliza; determinar os participantes de suas reuniões; apresentar candidatos ao episcopado; interessar-se pela situação dos Bispos Eméritos, residentes no Estado de São Paulo.

Paulo Evaristo Arns”²². Dom Paulo foi e é considerado até hoje diante de tantas outras qualidades como o “Cardeal dos Trabalhadores”. Coerente em sua linha de pregação e trabalho, sempre colocou o trabalhador em sua totalidade de vida, como uma das prioridades da ação pastoral, uma vez que para ele as injustiças eram praticadas pela classe dominante, violentando os direitos dos trabalhadores. Eis a razão de sua intransigente defesa da Pastoral Operária como prioridade entre as prioridades. Jamais hesitou diante dos conflitos entre capital e trabalho, colocando sempre com clareza a primazia do trabalhador sobre o capital e não o inverso. Teve um papel importantíssimo na denúncia de prisões, torturas e mortes de trabalhadores pelos órgãos de repressão.

Começa a Caminhada

Neste período, a Pastoral Operária teve um bom desenvolvimento nas Regiões Episcopais. Nelas se concentrava a classe operária. Entretanto, o trabalho sindical só podia ser feito na clandestinidade. E assim foi, apesar da repressão, prisões, torturas e mortes.

Além de definir objetivos, a Pastoral Operária dedicou-se também a convencer agentes de pastoral sobre o lugar vital que o trabalho ocupa na vida das pessoas. A militância dedicou seu tempo a um trabalho de base miúdo e lento no local de trabalho, em bairros e favelas, nas

²² Nasceu em 14 de setembro de 1921, na localidade de Forquilha, município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Fez seus estudos de Filosofia em Curitiba e Teologia em Petrópolis. Sua Ordenação Sacerdotal deu-se em 30/11/1945. cursou em Paris Letras em 1947, onde doutorou-se em 1952. De regresso ao Brasil, foi professor no Seminário Menor de Agudos, no período de 1953 a 1955. Fundou a Cadeira de Língua e Literatura Francesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru. Foi ainda professor no Teologado Franciscano de Petrópolis e na Universidade Católica da mesma cidade. Simultaneamente, exerceu seu ministério entre os pobres dos morros de Petrópolis. A Ordenação Episcopal deu-se em 03/07/1966. Durante quatro anos, foi Vigário Episcopal da Região Norte da Arquidiocese de São Paulo. no dia 05/03/1973 foi nomeado Cardeal. Cardeal Arns é jornalista militante e autor de 48 livros originais e 5 em tradução. Suas obras versam sobre a ação pastoral da igreja nas grandes cidades e estudos da literatura cristã dos primeiros séculos, sem contar as centenas de artigos em diversas Revistas das quais foi redator. Em 22/05/1977 recebeu o Título “Doutor Honoris Causa”. Sua atuação pastoral foi marcada por especial orientação em favor do povo da periferia, do mundo do trabalho, da formação de comunidades de base nos bairros e da defesa e promoção dos direitos da pessoa humana.

montagens de cursos de madureza, na organização de compras comunitárias. O objetivo único era a conscientização e a construção da consciência de classe.

Orientações

O Mundo do Trabalho, definido como prioridade, era conhecido pela classe trabalhadora como de conflito e de cerceamento das atividades sindicais, dentro e fora dos locais de trabalho. Levar os valores do evangelho a este mundo do trabalho é o desafio de sempre. Nos primórdios da PO da Arquidiocese, foi de fundamental importância a visão, a prática e a experiência dos militantes da JOC e ACO. Fizeram nascer uma PO ciente de si e dos desafios. Neste período, os operários cristãos que procuravam se reagrupar na forma duma Pastoral Operária estavam ativos no difícil movimento operário da época. Em 1972, a PO era ativa participante nas eleições metalúrgicas. Em 1973, militantes da PO estavam na organização da histórica greve de Villares. Ela foi chamada de “gato selvagem” (eram paradas de 30 minutos por dia em horário inesperado). Esta experiência se espalhou e deu origem às “interfábricas”, sustentação da Oposição Sindical Metalúrgica.

1.5.2 Anos 1975-1985: Nas Praças, Sindicatos e Comunidades

Esta foi a etapa em que o movimento popular e sindical se sentiu forte o suficiente para enfrentar o regime. Através das reivindicações por água, luz nas ruas, escola, creche, transporte, posto de saúde, o movimento popular foi se conscientizando e criando lideranças. A partir das greves de 1978 e 1979, no ABC e em São Paulo, nasceram muitas comissões de fábrica, uma velha luta do movimento sindical. Os clubes de mães forneceram sustento e organização para o que foi conhecido como o “*Movimento Contra o Custo de Vida*”. Este foi,

talvez, o pólo agregador do movimento popular. Desta efervescência foram criadas a Anamos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais) e a Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras). A primeira aglutinava o movimento popular com o sindical. A segunda deu origem a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Antes dela, surge o PT (Partido dos Trabalhadores) no complicado cenário político brasileiro. Foi um trabalho heróico que desabrochou com valentia a partir de 1978, com o movimento operário indo às ruas.

Ampliação da Esfera de Influências

Os grupos de base da PO cresceram bastante. Chegaram a ser mais de 100. A partir do Jardim Elba, um bairro da região de Sapopemba, estavam organizados 20 grupos, por exemplo. O mesmo ocorria nas outras Regiões Episcopais. As reuniões dos grupos partiam da realidade, que era iluminada pela palavra de Deus, o que por sua vez levava a agir. Os grupos se alimentavam do apoio às greves, da organização das oposições sindicais, da luta contra os que apoiavam o governo militar. A celebração do primeiro de maio sempre foi um momento forte de evangelização nas comunidades através das “semanas do trabalhador” e da presença efetiva nos debates dos movimentos relacionados com a data. A PO sempre evitou criar algo à parte do que era programado pelo sindicalismo combativo. A missa do Primeiro de maio na catedral sempre foi muito participativa, fortalecia a participação da militância nos atos programados. Esta tradição continua nos dias de hoje.

O trabalho de base, a formação das consciências, a fundamentação bíblico-teológica e sócio-política foram se tornando as características da PO, uma vez estabelecido o “por quê” e o “para quê”. Nas assembleias arquidiocesanas, regionais e setoriais, a Pastoral Operária era a consciência viva da situação dos trabalhadores. Isto era possível por causa de sua inserção nas

comunidades de base. Os membros dos grupos eram também ativos nas comunidades, não só para despertar a consciência política e reivindicatória, como também para participar nas atividades específicas das comunidades. Estas se envolviam nas lutas que a PO propunha, que de resto eram as mesmas que os trabalhadores desencadeavam.

Formação de Lideranças

Inúmeras lideranças surgiram do trabalho da PO. Elas se iniciavam por uma simples participação religiosa nas comunidades. Daí passavam para a luta mais reivindicativa pela melhoria das condições de vida nos bairros. Quando se davam conta de que a luta popular ligada aos “bens de consumo coletivo”²³ não era suficiente, era a vez do difícil engajamento na luta sindical. Quando esta luta ligada à produção sozinha não respondia às exigências da realidade, era a vez de entrar na política. Esta foi a contribuição da PO à criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores). Isto não era do agrado de determinadas instâncias eclesiais. Mas cabia aos leigos atuarem nas realidades temporais. Eles devem passar da militância para as instâncias decisórias. O Documento 40 da CNBB nos diz:

“Política é uma forma de dar culto a Deus... é uma mediação privilegiada de caridade”. (209 a 211).

Militantes da PO se envolveram em várias lutas. Em 1978, Anísio Batista e Santo Dias da Silva eram cabeças de chapa 3 da Oposição Metalúrgica, que ganhou a eleição mas perdeu nos gabinetes do Ministério do Trabalho. Em 1979, a Oposição, à revelia da direção do sindicato, organizou a greve da categoria. No dia 30 de outubro, durante um piquete foi assassinado Santo Dias da Silva, membro da PO estadual, congregado mariano, ministro da

²³ Segurança alimentar, moradia, saúde, educação, segurança pública, judiciário, água, serviços urbanos.

eucaristia. Ele foi um sustentáculo nas lutas operárias na Zona Sul da cidade e na organização da oposição metalúrgica. Os anos 1980 foram agitados. A recessão econômica, o desemprego e o arrocho salarial foram as armas da burguesia para enfrentar o sindicalismo combativo que se instalara na CUT. Os acampamentos de desempregados eram atos aos quais a PO muito contribuiu. Em julho de 1983 aconteceu a primeira greve geral depois de muitos anos. Foram vários os debates promovidos pela PO para avaliar a possibilidade efetiva de sua deflagração.

1.5.3 Anos 1985-1995: Suporte ao sindicalismo

A emergência da CUT no cenário sindical brasileiro fez com que a militância da PO se aprofundasse nas propostas cutistas de uma estrutura sindical. Elas apontavam para uma nova cultura sindical. O debate muito contribuiu para que a militância da época tivesse uma ampla visão crítica dos estrangulamentos do sindicalismo brasileiro. Levou também o engajamento na organização da Oposições Sindicais de várias categorias. A PO deu suporte a várias delas: metalúrgicos, químicos, plásticos, construção civil comerciários, pedreiros, domésticas, condutores.

Os metalúrgicos têm um peso específico na vida sindical da cidade. Desde 1978, foram cinco eleições sindicais. As consecutivas derrotas, contraditoriamente, muito contribuíram para fortalecer o ânimo na luta da Oposição sindical Metalúrgica.

O Trabalho Hoje

A Pastoral Operária tem sido uma firme defensora do trabalho de base antes e depois das disputas eleitorais. A organização no local do trabalho tem sido um dos pontos críticos do sindicalismo brasileiro, proibido de passar além do portão da fábrica. Assim sendo, a década

de 1985 a 1995 foi marcada pela ênfase na sustentação dos grupos de base e na formação, ambas avaliadas e confirmadas em sucessivas assembleias.

A PO entendeu que o espaço privilegiado de formação é a reunião do grupo, quando e onde se faz a revisão de vida e ação operária. Em 1986 e 1987, os Grupos de Base eram em torno de 90. O desemprego, as novas tecnologias, as novas formas de gerenciamento, afetaram profundamente a militância. A formação nessa época teve os objetivos de **“formar um grupo permanente de estudo” e “instrumentalizar a prática dos militantes”**. Os critérios para participar da formação eram: participação num grupo de base e alguma experiência acumulada de militância. O programa constava de conteúdos sobre os mecanismos básicos de funcionamento da sociedade, sobre a história do movimento sindical brasileiro e sobre o trabalho de base nos locais de trabalho e no movimento social.

No período de 1985 a 1995 uma das preocupações fundamentais foi a formação bíblica e o desenvolvimento de uma “espiritualidade de conflito”²⁴ Diante do crescimento e da complexidade do trabalho, decidiu-se pela liberação de militantes para animar o trabalho e atender às inúmeras solicitações.

Criou-se também a chamada “equipe executiva” que há anos se reúne para pensar o agir da Pastoral Operária, e encaminhar o que se decide nas reuniões da coordenação.

As Assembleias como fator de união

Neste período, 1985-1995, a PO manteve a tradição de convocar assembleias. A de 87 aprovou seus “princípios e propostas”. Houve ampla participação da militância na preparação desta assembleia que redefiniu objetivos e afirmou a metodologia.

²⁴ Era a espiritualidade de conflitos permanentes entre “capital e trabalho”; que a luta de classes existente não era uma invenção dos trabalhadores, mas que tem raízes históricas, permeia toda a história em busca de justiça, que, em vista disso, negar sua existência seria negar a verdade e, conseqüentemente, negar o evangelho. Reconhecendo a existência de injustiças históricas, a luta dos injustiçados para era também um valor evangélico.

Procurava-se avançar do tradicional “ver-julgar-agir” em direção à aquela que se convencionou chamar de “prática-teoria-prática”. A assembleia de 1989 debateu a questão da divisão da arquidiocese de São Paulo. As assembleias de 1991 e 1992 discutiram os problemas dos grupos de base. A de 1993 procurou caracterizar o perfil da atual militância através de um elaborado questionário. Desta assembleia participaram pessoas de 33 profissões e 15 categorias. A assembleia de 1995 celebrou os 25 anos da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo com a significativa participação de Dom Paulo Evaristo Arns. Os participantes, em número de 87, representavam 23 profissões e 12 categorias. Eles reafirmaram o engajamento no conflito “Capital x trabalho”. Confirmaram o trabalho de base, reexaminado e reelaborado à luz dos tempos atuais como mola mestra do sustento e avanço do projeto democrático-popular.

Hoje a PO tem 35 anos de existência. Segundo reavaliação dos coordenadores, foi construída uma PO que não se julga dona da verdade e orienta seus militantes para a abertura e o diálogo, no meio eclesial e com as correntes ideológicas existentes no meio operário. Ela procurou e procura contribuir para tornar a categoria “trabalho” a chave da preocupação evangelizadora e social.

Depois de trinta e cinco anos de luta, depois de muitas conquistas, dificuldades e necessidades o principal desafio hoje é o desemprego que, na maioria das vezes, não dá oportunidade ao trabalhador nem mesmo do direito ao trabalho. Os militantes e os coordenadores da Pastoral Operária continuam denunciando o capitalismo, que cria o desemprego e tira dos trabalhadores o valor do trabalho humano.

SEGUNDO CAPÍTULO: PANORAMA GERAL DO DESEMPREGO NO BRASIL E EM SÃO PAULO

2.1 Sem trabalho, por que?

A “não ocupação”, de importante parcela da população brasileira, acumulada historicamente, toma hoje novas proporções. Pouco a pouco o capitalismo foi reduzindo o trabalho humano ao emprego, tornando quase impossível o exercício social de um trabalho que não se enquadre em suas regras. Atualmente, este processo chega a um ponto cruel em que grande número de pessoas fica excluído do emprego e, portanto, impossibilitado de exercer trabalho remunerado.

As causas tornam-se mais complexas com a reestruturação produtiva, com menos emprego e importantes conseqüências negativas. Alguns teóricos atestam que estamos chegando ao “fim do trabalho”, quando na verdade trata-se do fim de um tipo de ocupação que todo mundo se habituou chamar de “trabalho”.

Não se trata, portanto, do término do trabalho no sentido antropológico ou filosófico, que é criação de obra. Por exemplo, o criador, teórico ou artista, não “trabalha” a não ser que ele dê cursos ou aulas que respondam a uma demanda pública e socialmente determinada ou quando executa uma obra encomendada e para ser paga. Isto vale para as atividades artísticas, esportivas etc., cujo fim é a criação de sentido, a criação de si, a criação de conhecimento. E, neste sentido, continua e continuará, o trabalho do escultor ou do poeta. Vão permanecer tanto o trabalho como “atividade autônoma de transformação de matéria” como o trabalho como atividade prático-sensorial” pela qual o sujeito se exterioriza produzindo um objeto que é a sua obra.

A forma de trabalho que conseguia fazer isso hoje está em crise. Ou seja, o que está em crise não é propriamente o trabalho, mas o emprego? Mas, o que é, então o emprego? Para responder essa questão é válida a citação de Gorz:

é uma atividade, destinada a inscrever-se no fluxo das trocas sociais na escala do conjunto da sociedade, Sua remuneração atesta tal inserção, mas ainda não é isso o essencial: o essencial é que o trabalho preenche uma função socialmente socialmente identificável, deve ser ele próprio identificável pelas competências socialmente definidas que aciona conforme certos procedimentos socialmente determinados. (Gorz 2004: 11).

Em outras palavras, o emprego é aquela atividade reconhecida pelos outros e que realizamos para eles em troca de um salário. É, portanto, este tipo de trabalho que se tornou um “privilégio” para poucos.

Essa visão histórica e prospectiva mais ampla não nos distancia, porém, da gravidade do problema concreto do desemprego. Isso porque atualmente o trabalho assalariado ainda é a fonte principal de sobrevivência da maior parte das pessoas, fonte de integração social, de identidade e do sentido de vida das pessoas.

Portanto, se trabalho não falta é preciso encontrar meios e caminhos para financiá-lo. Cada vez se torna mais necessário a valorização social do trabalho. Parece imprescindível um reconhecimento político e social das atividades fora da esfera do trabalho retribuído como contribuição insubstituível à vida da sociedade principalmente no meio da grande massa de trabalhadores “sem trabalho” ou “desempregados”.

Diante desse grande desafio que é o processo de desestruturação do emprego e da acentuada redução da capacidade de geração de empregos, a centralidade do trabalho foi posta em questão. O desemprego torna-se a face mais visível e cruel do trabalhador assalariado, ou seja, aqui se deve inserir tanto a instalação do “emprego precário” como o “desemprego permanente”.

De um modo geral o problema do desemprego, a não ocupação, não é algo novo na vida cotidiana do brasileiro, pois, há muito tempo no Brasil, parte da chamada População Economicamente Ativa vive desocupada. Nunca tivemos um sistema econômico que inserisse a todos, uma vez que nosso país não se desenvolve em função de seus interesses. Desde a extração do pau-brasil até as colossais exportações e outros produtos recentes de alta produção, a economia brasileira foi organizada por poucos com a exclusão de muitos. O que ocorre atualmente, e aí está a novidade, é o agravamento dessa situação histórica de dependência e exclusão que faz aumentar o número de desempregados(as) em todas as classes sociais, e, mais ainda entre os pobres. Também temos em nosso país um modelo de desenvolvimento industrial que não tem nenhuma preocupação com a criação de empregos, com algumas exceções limitadas.

Para as pessoas desempregadas o desemprego tem inúmeras causas; a principal, em suas visões simples mas de certa forma coerente, está centrada na ganância por lucros dos capitalistas. O desemprego funciona desde sempre neste moderno sistema de exploração do homem pelo homem, como o inibidor da luta da classe trabalhadora por melhores salários e melhores condições de vida, se tornando, portanto, condição primeira para a própria manutenção deste sistema, na medida em que a taxa de lucro depende diretamente da exploração da classe trabalhadora. Quanto menor os salários, quanto menos direitos tiverem os trabalhadores, maior a taxa de lucro e, para manter essa lógica, o desemprego é fundamental.

A importância da análise do cotidiano no interior do trabalho com pessoas desempregadas se dá na medida em que problematizamos o cotidiano, tornando explícito o não explícito, reinventando os significados e não simplesmente copiando-os, pois como nos diz José Machado Pais:

é nos caminhos entre a rotina e a ruptura que se passeia a sociologia do cotidiano, passando a paisagem social a pente fino, procurando os significantes mais do que os significados, juntando-os como quem junta pequenas peças de sentido num sentido mais amplo: como se fosse uma sociologia passeante, que se vagueia descomprometidamente pelos aspectos anódinos da vida social, percorrendo-os sem contudo neles se esgotar, aberta ao que se passa quando nada se passa. (Machado Pais, 2003: 29).

A desordem abre a criação, a invenção na sociedade revoluciona o cotidiano. A vida cotidiana é muito importante para as pessoas, porque

é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. (Heller, 1972: 17).

As rupturas são resultantes de homens e mulheres que fazem parte do cotidiano. As ações individuais podem chegar a ações universais (ao todo), ao humano genérico. Hoje são poucos os trabalhadores que conseguem trabalhar ou estar empregados naquilo que realmente gostam e onde se sentem valorizados. A grande maioria é obrigada, pela necessidade de sobreviver, a aceitar o que aparece. O salário, não raras vezes é insuficiente para suprir as necessidades básicas. O grande desafio cotidiano é de lutar juntamente com os desempregados(as) pela superação do desemprego ou pelo seu desaparecimento.

Para trabalhar a questão do trabalho e do desemprego é importante levantar alguns pontos em torno da concepção de trabalho, levando-se em conta vários elementos constitutivos desta concepção, indo portanto além dos critérios meramente econômicos que dicotomizam o trabalho em formal e informal. Esta dicotomia na maioria das vezes não da conta da realidade do trabalho, em suas várias dimensões. É importante analisar aqui o conceito de trabalho de

Hannah Arendt. Para essa autora, o trabalho é um dos elementos da: “vida activa”, além do labor e da ação.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. A ação corresponde à condição humana da pluralidade. (Arendt, 1958: 15).

Estes três elementos constitutivos da “vida activa” formam a condição humana e se acham intimamente relacionados. Fica evidente, portanto, que o trabalho é um momento da vida e da experiência humana. Não existe em separado, é um elemento da história. Esta maneira de conceber o trabalho nos permite um olhar crítico sobre suas formas de concepção existentes historicamente.

A pessoa que recebeu uma formação profissional e aprendeu a dar à vida o sentido que lhe foi sendo ditado pelo exercício de uma profissão remunerada, e, de repente, perde o emprego, pode também perder a orientação vital. Sente-se desligada do mundo e muitas vezes se culpabiliza, diante do preconceito, disseminado pelas elites, de que o desemprego se deve à incompetência ou inadaptação da própria pessoa. Em decorrência, relações familiares se desarmonizam, chegando à efetivas separações de casais. Além de tudo, a redução drástica da possibilidade de consumo, numa sociedade consumista como a nossa, inibe a participação na vida social.

Estes trabalhadores são portadores de uma desvalorização cultural e simbólica. Trazem essas marcas embutidas no próprio corpo, e são marcas que se reproduzem nas próprias condições, nos espaços de trabalho ou na vida cotidiana em busca de emprego. Estes elementos estigmatizam os trabalhadores, desvalorizando-os enquanto força de trabalho e enquanto portadores de uma cultura e de uma história. São negadas enquanto portadores de uma condição humana. A questão da introdução da tecnologia também é uma questão polêmica no meio dos desempregados, já que o segredo é de que maneira ela é introduzida em cada um dos lugares. É notório que a máquina materializa ou perde-se o “saber fazer”. Diante desta

dificuldade aparecem algumas iniciativas e táticas de pessoas desempregadas que buscam novas maneiras de conseguir renda para sobreviver.

Apesar das medidas tomadas para reprimi-lo ou para escondê-lo, o “trabalho com sucata” (ou seus equivalentes) se infiltra e ganha terreno. Mas ele mesmo é somente um caso particular entre todas as práticas que introduzem jeitos artísticos e competições de cúmplices no sistema de reprodução e da divisão em compartimentos pelo trabalho. Corre o furão: mil maneiras de “fazer com. (Certeau, 1994: 91).

Normalmente passa-se a visão aos desempregados de que a tecnologia é inimiga e não se a vê como um estímulo de conhecimento humano, e existem aqueles que explicam o desemprego como conseqüência inevitável do avanço tecnológico. Muitas teses vão sendo produzidas, acerca da reestruturação produtiva, tendo como argumento central a idéia de que o avanço das forças produtivas produzirá o fim dos empregos. Particularmente penso que essa explicação de que o avanço das forças produtiva ou tecnológica gera desemprego é apenas um lado do problema, já que se ignora que tal avanço se dá em determinadas relações sociais de produção que o condicionam. É a necessidade da burguesia, de valorizar constantemente o capital e com isso manter o sistema de produção e distribuição de riquezas que lhe interessa, que faz com que o avanço tecnológico aumente o desemprego e não o cause, como querem alguns. Aliás, já há muito tal argumento foi refutado, pois sabemos que justamente por essa razão de manutenção do sistema capitalista, a burguesia tem de travar o desenvolvimento das forças produtivas, ou destruí-las de quando em vez, para possibilitar um novo ciclo de acumulação do capital.

Muito se fala que a globalização de natureza neoliberal é uma das principais causas do desemprego:

quanto às relações sócio-políticas, tem sido defendido que, embora o sistema mundial moderno tenha sido sempre estruturado por um sistema de classes, uma classe capitalista está hoje a emergir cujo campo de reprodução é o globo enquanto

tal e que facilmente ultrapassa as organizações mundiais de trabalhadores, bem como os estados externamente fracos da periferia e da semiperiferia do sistema mundial. (Sousa Santos, 2002: 32) .

Argumenta-se que o neoliberalismo capitalista sacrifica a dignidade do ser humano às exigências cegas do Mercado. A sua iniquidade insiste em colocar o dinheiro, sob forma de capital no centro e acima de todas as outras realidades, especialmente o trabalho humano e o próprio ser humano. Diz o sociólogo francês Pierre Bourdieu:

O fundamento último de toda essa ordem econômica, que se acha sob o signo da liberdade, é de fato a violência estrutural do desemprego, da precariedade e da ameaça implícita das demissões: a condição do funcionamento harmonioso do modelo microeconômico individualista é um fenômeno de massa a existência do exército da reserva de desempregados.

A lógica do neoliberalismo é tão astuta que busca apoio em princípios psicológicos e religiosos para se auto-afirmar e se impor como único caminho de salvação para o mundo e, assim, justificar o sacrifício de uma multidão de excluídos como algo passageiro e necessário, em vista de um futuro paraíso que virá com o domínio do capital, quando então, haverá bens para todos. Além da exploração e da falta de oportunidades ao trabalhador, esta cultura coloca a “luta livre” onde sempre prevalece o mais forte. Uma das vitórias desse processo é a insensibilidade para com a pessoa e com o que fere a dignidade humana. Para as leis do livre mercado, esta insensibilidade é importante a fim de que possam funcionar soberanamente e dar a vitória a quem deve vencer, a qualquer custo, principalmente ao custo alto do desemprego.

Os mercados de trabalho no Brasil são cada vez mais afetados por um processo de abertura comercial e de mobilização crescente de capitais financeiros bem como da atuação das multinacionais, características da globalização e segundo Leila Blass:

A difusão social da produção caracterizaria uma das tendências do movimento do capital vários processos sociais. Dentre eles, pode-se destacar: a

transnacionalização da produção com a instalação de empresas multinacionais em diferentes países; a fragmentação geográfica e social dos processos de trabalho; a ampliação do mercado de trabalho e a divisão de países entre devedores nacionais e credores internacionais. (Blass, 1998: 148).

Esse processo tem gerado uma concorrência acirrada entre países, bem como regiões dentro de um mesmo país, e ainda entre grupos de trabalhadores diferenciados por níveis de qualificação. A concorrência nos mercados de trabalho e emprego aumentou a insegurança quanto ao emprego dos trabalhadores no quadro geral. Especialmente nos países classificados em desenvolvimento, afetados pela globalização, que foram severamente atingidos pelas crises financeiras recentes, com incidências nos direitos adquiridos e privatização das políticas sociais.

O Brasil apresenta-se nesse cenário globalizado como os demais países subdesenvolvidos cuja:

novidade da era global é a perda do nexo entre pobreza e riqueza, por conta da globalização. Pois ela divide a população mundial entre ricos globalizados, que vencem o espaço e não têm o tempo, e pobres localizados, que estão presos aos seus lugares e precisam matar o tempo que não conseguem preencher. (Beck, 1999: 109)

Com uma mão-de-obra de baixa qualificação que tem tido certa dificuldade em reestruturar e modernizar as indústrias; tem perdido muitos empregos em virtude das importações de países de renda baixa e tenta competir com essas importações via redução de custos. De modo geral, devido à economia informal e as mudanças na divisão social do trabalho, aumenta a precarização das condições de trabalho. O processo, que vai do desemprego ao subemprego e daí para diversos níveis de pobreza, têm vínculo direto com a chamada globalização.

A história tem mostrado que muitas mudanças ocorreram pelas lutas concretas dos trabalhadores, e foram sendo incorporadas nas leis. O Estado do Bem Estar Social foi um momento fecundo nessa perspectiva, mas vem sendo abalado pelos empresários e

governantes. As idéias do Consenso de Washington, os ajustes estruturais, a pregação pelo Estado mínimo, pela desregulação do Estado, tudo isto incide diretamente sobre o contexto do trabalho, pois, como nos esclarece Luiz Eduardo Wanderley:

a pobreza, absoluta e relativa, característica desde a colonização até nossos dias, vem adquirindo outros conteúdos e formas com a mundialização acelerada em curso, derivadas nas profundas transformações no trabalho (precarização, desemprego, flexibilização) e que tipifica de modo questionador o princípio da exclusão social. (Wanderley, 1996: 102).

As próprias estratégias e táticas das entidades sindicais, das centrais, dos movimentos sociais vêm sendo alteradas em função das novas conjunturas. Partidos de oposição, de origem na esquerda, mudam sua visão e seus programas quando alçados aos governos em seus vários níveis. Experiências inovadoras de economia solidária, de orçamento participativo, de renda mínima, de bolsa-escola, de bancos de crédito popular, de conselhos tutelares, de participação das ONGs na elaboração de políticas públicas, para indicar somente algumas dentre elas, indicam a busca de alternativas, de concretização de novos caminhos, de resgate e construção de utopias. Argumenta-se que sem crescimento econômico, sem desenvolvimento sustentável, é impossível superar o atual quadro mundial e nacional de pobreza, potencializado pelo desemprego. A experiência selecionada para objeto de estudo no mestrado faz parte da minha crença em utopias, em descoberta de saídas, em vitórias sobre a crise.

2.2 O Emprego no Brasil na Década de 1990

No decorrer da Década de 1990, a economia brasileira passou por profundas modificações, o que fez com que o desemprego se ampliasse em larga escala no Brasil. As associações ao tema do desemprego foram muitas, como, à busca de competitividade empresarial, à

estabilização monetária, à rigidez do mercado de trabalho e à baixa qualificação dos trabalhadores.

Na verdade, o que se manifestava era uma grande crise em relação ao emprego, marcada por inúmeras mistificações,

valores, concepções, ideários, todos eles moldados por manipulações que penetram com enorme intensidade em milhões de consciências e cuja finalidade é mascarar a dimensão aguda da crise contemporânea. (Antunes, 2002: 95).

Com o passar do tempo, estas mistificações tornaram-se inconsistentes e insustentáveis, mesmo porque,

na desaceleração econômica pós-1997, as taxas de desemprego passaram a assumir proporções sem paralelo na história recente do país. (Pochmann, 2001: 95).

Dessa maneira, o desemprego aparece como uma espécie de epidemia, devido ao período de duas décadas de não crescimento econômico, e, a partir de 1990, de um novo modelo econômico de inserção internacional desfavorável ao emprego nacional.

Em se tratando de que o emprego assalariado ainda é a principal fonte de sobrevivência do trabalhador brasileiro, pois o mesmo ganhou impulso:

sobretudo a partir da Revolução de Trinta, quando o projeto de industrialização nacional começou a conformar a base do desenvolvimento de uma sociedade salarial. Assim, entre 1932 e 1980 o Brasil levou avante um dos mais bem-sucedidos modelos de crescimento econômico, fundado na ampla difusão do emprego assalariado. Durante os anos 40 e 70, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho criados apenas 2 não eram assalariados, sendo 7 com registro formal. (Pochmann, 2001: 96).

A crise do emprego agravou-se a partir da década de 1980, ou seja, houve no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade:

de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da

classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também um subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado, da qual os gastarbeiters na Alemanha e o lavoro Nero na Itália são exemplos do enorme contingente de trabalho imigrante que se dirige ao chamado Primeiro Mundo, em busca do que ainda permanece do Welfare State, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia. (Antunes, 2002: 49).

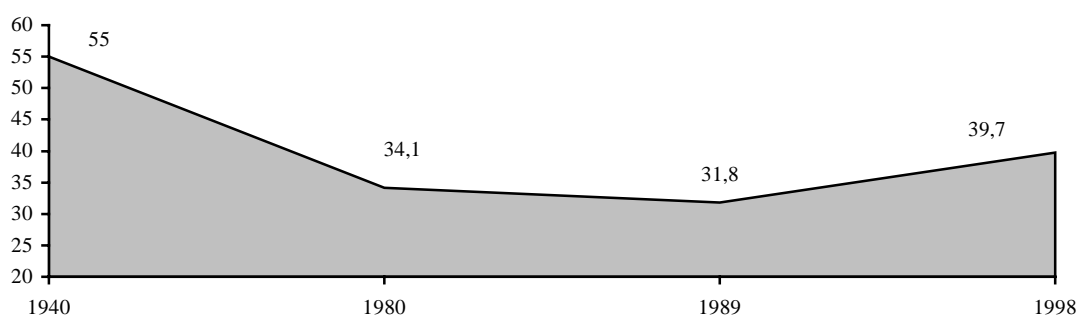
Isto se deve principalmente a alteração sofrida pela elasticidade produto-ocupação, isto é, para cada 1% de aumento da produção houve 1,17% de aumento na ocupação. No que se refere ao emprego assalariado, que nesse período sofreu uma variação média anual de 1,53%, a elasticidade produto-emprego foi reduzida para 0,81%. Houve, no entanto, uma forte desaceleração dos “postos de trabalho assalariados formais”²⁵, o que faz com que possamos observar uma profunda modificação na qualidade da ocupação gerada no país. Nos anos 1990 o emprego formal tem uma redução significativa, acompanhada de um grande aumento de vagas assalariadas sem registro (carteira assinada), ou seja, de cada 10 empregos criados apenas 2 eram assalariados, porém sem registro formal, e de ocupações não-assalariadas o que fez com que aumentasse significativamente as relações de trabalho que atualmente denominam-se precário. Nos últimos anos esta forma de trabalho teve um crescimento grande no Brasil, principalmente no que refere-se ao trabalho por conta própria ou autônomo, conforme nos mostra Marcio Pochmann:

²⁵ Em 1980, por exemplo, o Brasil possuía cerca de 23 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal e, em 1989, havia passado para 25,5 milhões. No ano de 1999, contudo, a quantidade de assalariados com carteira assinada havia caído para 22,3 milhões de trabalhadores, segundo dados do Ministério do trabalho.

No Brasil, no entanto, o trabalho por conta própria que realmente tem se expandido é o tradicional, mais conhecido por trabalho autônomo para o público, que se caracteriza, em geral, por ser portador de condições de trabalho precário e de remuneração contida. (Pochmann, 2001: 98).

Para exemplificar o aumento do trabalho precário, ou a taxa de precarização da força de trabalho, 1940-1998 vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 1



Fonte: FIBGE, Censo demográfico e PNAD'S ajustadas. Extraído do livro: POCHMANN, Marcio (2001), *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo Editorial. Pg. 98

Contata-se, portanto, uma diminuição do potencial de geração de emprego assalariado de qualidade, principalmente com carteira assinada e também no aumento das ocupações, não assalariadas, as quais na sua grande maioria representam formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência, o que praticamente impossibilita uma avaliação melhor sobre a qualidade geral dos atuais postos de trabalho no Brasil.

É importante constatar que no período de 1989-1998, a ocupação aumentou apenas 1,5% em média por ano. Somente a indústria de transformação foi responsável pelo desaparecimento de 1,4 milhão de postos de trabalho, o que fez com que o Brasil, que em 1986, ocupava a décima

terceira posição no ranking do desemprego mundial, em 1994 se tornasse responsável pelo estabelecimento do país entre os quatro países com maior número de trabalhadores sem ocupação, e apesar de representar 3,1% da força de trabalho de todos os países, o Brasil possuía em 1999, 6,6% do desemprego mundial, assumindo assim “a terceira posição do ranking mundial, pois possuía, 7,6 milhões de pessoas sem trabalho”.²⁶ A maioria desses fatores deve-se a crise que penetra numa intensidade nunca vista anteriormente no mundo e, conseqüentemente no Brasil:

Paralelamente à globalização produtiva, à lógica do sistema produtor de mercadorias acentuou em tal intensidade a concorrência intercapitalista que converteu a busca da “produtividade”, da “modernidade”, em um processo autodestrutivo que gerou, entre outras conseqüências nefastas, a criação sem precedentes de uma sociedade de excluídos. (Antunes, 2002: 145).

Dentre esses os desempregados se enquadram perfeitamente mesmo porque, particularmente vejo que o desemprego é uma das principais causas da exclusão social. O tema da exclusão social está profundamente conectado com a questão do desemprego:

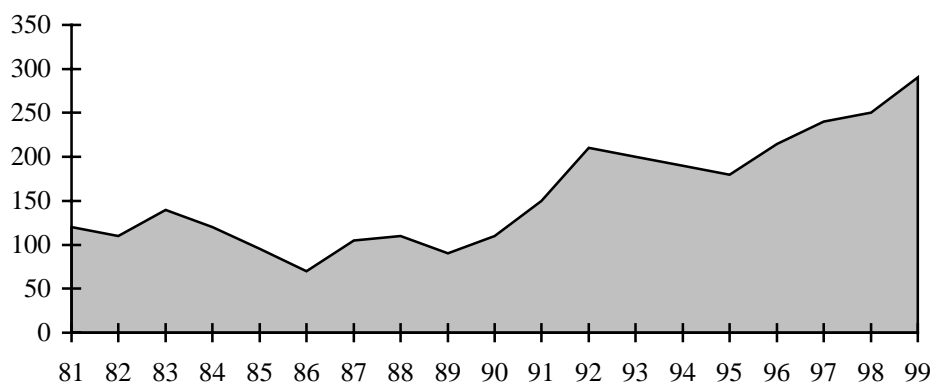
Outro tema intimamente conectado com a temática exposta é o da exclusão social. Sem entrar no mérito da sua conceituação, de resto objetivo dos demais autores deste livro, é digna de registro, mais uma vez a posição de Forrester. Tantas vidas encurraladas, manietadas, torturadas, que se desfazem, tangentes a uma sociedade que se retrai. Entre esses despossuídos e seus contemporâneos, ergue-se uma espécie de vidraça cada vez menos transparente. E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, incluídos até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! Jamais completamente, não, jamais suficientemente

²⁶ Contabilização mundial do desemprego realizada com base nas informações produzidas pela OIT, OCDE, Eurostat, Nações Unidas, CEPAL, FMI, BIRD e BID.

expulsos! Incluídos, demasiado incluídos, e em descrédito". (Forrester, apud Wanderley, 2000: 209-210).

Podemos verificar no Gráfico a seguir a evolução do índice do desemprego de 1980 até 1999, o que conseqüentemente explica o alto índice de exclusão social no Brasil.

Gráfico 2



Fonte: FIBGE, Censo demográfico e PNAD'S ajustadas. Extraído do livro: POCHMANN, Marcio (2001), *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo Editorial. Pg. 102

No que se refere a questão do desemprego e conseqüentemente a exclusão social, é que o desenvolvimento econômico no Brasil não foi acompanhado de generalizadas melhorias nas condições de vida do povo, isto se deve a precariedade do bem-estar social. Segundo Marcio Pochmann, este é um dos fatores, uma das reformas estruturais, que se desenvolvida contribuiria para um possível padrão do pleno emprego:

A reforma estrutural realizada nas nações desenvolvidas encontra-se associada ao estágio de bem-estar social. No Brasil por ser ainda pouco desenvolvido, a implementação de uma política nacional de bem-estar social possibilitaria a implantação da renda e do emprego. Constituem exemplos de atividades a serem desenvolvidas no âmbito do serviço social os programas de trabalho de utilidade

coletiva (frentes de trabalho urbana e rural), a melhora de qualidade e eficiência dos serviços públicos, a ampliação das atividades de parcerias entre as comunidades de assistência e de prestação de serviços, bem como os programas de estágios, de garantia de renda, de educação, saúde e previdência. (Pochmann, 2001: 129).

Diante da atual conjuntura e da experiência com pessoas desempregadas o desenvolvimento de tal política teria efeitos imediatos e satisfatórios assim como dois outros fatores citados pelo autor. A Reforma Agrária, por exemplo, ajudaria a solucionar se não em definitivo pelo menos parcialmente o problema do desemprego para muitas pessoas, tendo em vista que uma grande porcentagem de trabalhadores atendidos migraram do campo para a cidade, pelo fato da não existência de uma política agrícola, voltada principalmente para o pequeno agricultor:

A reforma Agrária, por exemplo, compreende uma das três reformas estruturais que as nações avançadas realizaram, ou no século XIX ou durante o século XX, como o Japão e a Itália. A alteração na estrutura fundiária é fundamental, pois tem efeitos extremamente positivos na geração de emprego e renda no campo. O Brasil, bem ao contrário dos países desenvolvidos, que possuem menos de 5% da população ocupada no campo, ainda apresenta 1 a cada 5 ocupados no campo. A reestruturação fundiária pode contribuir para evitar o maior êxodo rural, que pressiona fortemente o mercado de trabalho urbano, enquanto as políticas agrícolas, de crédito e desenvolvimento tecnológico podem influenciar favoravelmente a geração de empregos e renda no setor primário e de agroindústrias em várias regiões do país. (Pochmann, 2001: 128).

Avaliando o perfil dos desempregados, pude perceber que o desemprego conseqüentemente leva o trabalhador a não ter renda, nem mesmo para o sustento básico da família, para o vale transporte, para procurar um emprego. A drástica redução dos postos de trabalho e, principalmente a concentração de renda tipicamente da classe média alta, bloqueia também o processo de ascensão social o que faz com que o trabalhador fique sem emprego e renda e assim assuma seu posto de excluído:

Outra reforma estrutural na condução das economias de mercado diz respeito ao processo de desconcentração de renda, que não apenas permite o surgimento de novos consumidores, como pode estimular também a geração de mais empregos nos setores secundários e terciários, principalmente os de serviço social e pequenos negócios. No Brasil, como os salários são baixos, especialmente o valor do salário mínimo legal, a renda permanece concentrada em poucas famílias e os empregos gerados pelo setor produtivo voltam-se apenas para restritos segmentos da população. A implementação do programa de renda mínima poderia ter forte efeito distributivo sobre às famílias de baixa renda, assim como a elevação gradual do poder de compra do salário mínimo também teria o papel de financiar melhor o consumo dos trabalhadores com salário de base. Em todos os países, a distribuição de renda exerce forte influência sobre a geração de emprego. No Brasil, em especial, por possuir parcela majoritária de sua população vivendo com rendimentos reduzidos, a melhora na distribuição de renda não seria apenas um princípio de justiça social e tributária, mas permitiria transformar parcelas expressivas de trabalhadores em consumidores. Para isso, além da reforma tributária subordinada à justiça fiscal, novos mecanismos de garantia de renda e de políticas públicas deveriam ser estabelecidos. (Pochmann, 2001: 128).

Portanto, podemos ver que no Brasil, nas últimas décadas, a emergência de uma nova Revolução Industrial em meio a “*globalização financeira*”²⁷ e à “*desregulação econômica neoliberal*”²⁸ ampliaram o desemprego e a precarização das condições de trabalho, levando uma grande parcela de trabalhadores à exclusão. No entanto, como vimos nas três reformas estruturais sugeridas, sociedades mais organizadas reagiram defensivamente a esta ameaça de ruptura do tecido social, preservando mecanismos públicos de regulação e políticas de defesa de produção e do emprego. Porém, o combate ao desemprego deve ir mais além e passar por uma intensa “*mobilização solidária*”,²⁹ das sociedades, pelo estabelecimento de novos

²⁷ Que favorece a especulação em detrimento do investimento e do crescimento econômico.

²⁸ Que acentua as desigualdades entre países, empresas, setores e indivíduos.

²⁹ A Casa da Solidariedade, projeto que serve como referência a minha pesquisa, tem como motor principal essa mobilização solidária.

mecanismos nacionais e internacionais de regulação social da economia e pela mais drástica redução da jornada de trabalho.

Outro problema sério além do desemprego que afeta os trabalhadores que tem uma ocupação é a queda de renda o que obriga cada vez mais o trabalhador brasileiro à uma dupla jornada de trabalho. Isso faz com que *“29,3 milhões de trabalhadores façam horas extras e outros 6 milhões de aposentados continuem na ativa. Para piorar o quadro 2,3 milhões de pessoas têm dois ou mais empregos”*³⁰.

Segundo este autor, a partir de 1996 o rendimento médio das pessoas ocupadas teve queda de 18,8%, passando de R\$ 844 em 1996, para R\$ 685, em 2003. Para se ter uma idéia nesse período o desemprego aumentou 68,1%, atingindo 8,5 milhões de pessoas em 2003, ou seja, um contingente de 3,4 milhões a mais do que em 1996. Neste período, 11,2 milhões de postos de trabalhos foram criados no Brasil, porém, insuficiente para atender a demanda, já que a maior parte das novas vagas criadas concentrou-se em ocupações mais simples e de baixos salários. Portanto foram criadas 17,5 milhões de ocupações de até três salários mínimos, porém, 6,3 milhões de vagas que pagavam salários mais altos foram fechadas. O resultado é que oito em cada dez trabalhadores no Brasil têm remuneração inferior a três mínimos, o que conseqüentemente obriga também o trabalhador ocupado a se desdobrar para garantir o atendimento de suas necessidades básicas, conforme podemos observar o gráfico a seguir:

³⁰ Os números são de um levantamento feito pelo ex-secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, Márcio Pochmann até 2004, com base em dados da Pesquisa Nacional Por Amostra a Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2003. “Vivemos um período que aponta para um padrão asiático do emprego no país. O emprego é de baixo salário, com jornada mais longa e grande instabilidade”, diz Pochmann. Cf. Jornal O Estado de São Paulo, Caderno Economia e Negócios, Segunda Feira, 06 de dezembro de 2004.

Gráfico 3
Dupla jornada

Quem tem dois ou mais empregos no país

3,8% milhões

de trabalhadores

Situação no emprego principal

36,8%

têm carteira assinada ou são funcionários públicos

Situação nos demais empregos

94,9%

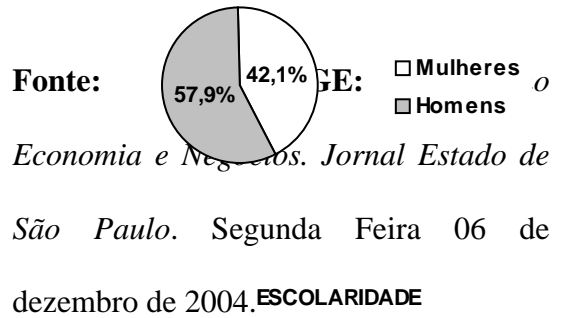
não são registrados

Rendimento médio mensal

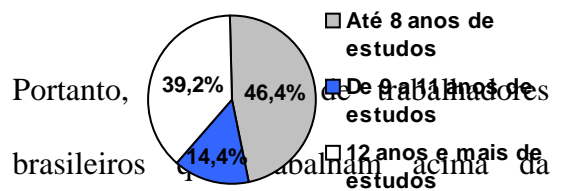
R\$ 1.334

(média de quem tem um emprego é R\$ 576)

SEXO

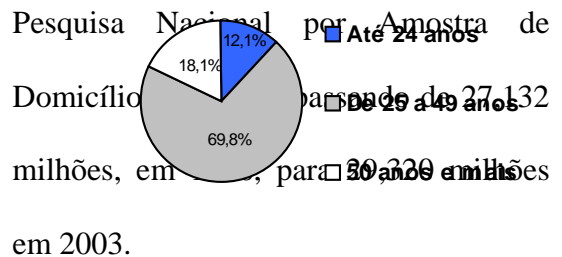


ESCOLARIDADE



jornada legal de 44 horas semanais aumentou 8% em sete anos, segundo a

FAIXA ETÁRIA



2.3 O Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo a partir de 1990.

Apesar do crescimento econômico gerado no final dos anos 1970, o mesmo produziu uma sociedade desigual e excludente. O trabalho diante do capitalismo assumiu uma nova forma de ser, segundo muitos autores:

O trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. (Antunes, 2002: 126).

É sabido que a grave crise do emprego no Brasil não se deve apenas ao problema da escassez dos postos de trabalho. Deve-se também a falta de renda, que faz com que os segmentos sociais adicionais sejam remetidos para o mercado de trabalho, quando na verdade deveriam estar fora dele.

Em São Paulo, a maior Região Metropolitana do país e conseqüentemente com o maior índice de desemprego, houve, principalmente a partir da década de 1980, uma grande estagnação da economia e um aumento significativo da “*concentração de renda*” (Sposati, 1996: 29), o que levou à repercussões profundas no mercado de trabalho, que se manifestaram em alterações na estrutura setorial e nas posições de ocupação. No que se refere a estrutura ocupacional, houve uma diminuição significativa das ocupações na produção de bens, principalmente na indústria de transformação e na construção civil. Em vista disso aumentou a ocupação de comércio e prestação de serviços, destacando-se a administração pública, os serviços sociais, os serviços de reparação e manutenção, alojamento e alimentação.

É importante enfatizar que as principais mudanças ocorreram no interior do próprio trabalho assalariado. Isto se deve a diminuição da participação do emprego no setores privados com vínculo formalizado, ou seja, com carteira assinada. Houve um grande aumento no emprego

denominado público, ou seja, sem carteira assinada em pequenos estabelecimentos, no setor de prestação de serviços e comércio e inclusive na própria indústria e na construção civil.

O desemprego na Região Metropolitana de São Paulo pode ser considerado uma nova forma de exclusão social:

Na nova exclusão, as pessoas não são analfabetas, têm alguma escolaridade, vêm de famílias pequenas, já são cidadãos urbanos, mas estão desempregadas. Em outras palavras, sem vencer a antiga forma de exclusão social, agregou-se, devido à quase ausência do crescimento nos últimos anos, uma nova leva de pessoas sem acesso aos direitos sociais básicos, principalmente à uma ocupação digna e a segurança. (Pochmann, 2003: 19).

Essa exclusão aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrantes nos centros dinâmicos da economia do país como São Paulo, Capital, seja pela deteriorização salarial que se aprofundou durante os últimos anos, seja pela degradação dos serviços públicos que afetam a qualidade de vida em cidades como São Paulo, seja ainda pelo desemprego em larga escala que atinge o setor formal da economia.

Pelo lado da renda, verificou-se que a proporção de famílias com renda per capita abaixo da linha da pobreza foi sensível à conjuntura econômica. Esse fenômeno ocorreu tanto nas áreas urbanas – metropolitanas e não-metropolitanas – como nas rurais. Assim, a proporção de pobres aumentou na recessão de 1981/1983, declinou na recuperação de 1984/1986 e voltou a aumentar depois de 1986 e, notadamente, após 1989. A incidência da pobreza, verificada no final da década de 1980, não se mostrou menor que a observada em 1980. (Rocha,1992: 151-152, apud Troncoso Leone, 1997).

O desemprego na Região Metropolitana de São Paulo não atinge somente uma faixa etária por exemplo, ele excluí sem precedentes jovens, adultos e pessoas idosas como nos fala Castel:

Eis dois exemplos de “excluídos”, mas poder-se-ia multiplicá-los: o que eles tem em comum? Um trabalhou e foi socializado pelo trabalho, o outro jamais conheceu um trabalho regular, suas opressões e suas solidariedade. O desemprego de longa

duração sufocado pelo peso de uma vida puramente privada, o jovem inativo lança sua vida ao vento. Um é espreitado pela depressão e talvez pelo suicídio, o outro pela delinqüência, a toxicomania e talvez a Aids. Eles não tem nem a mesma trajetória, nem a mesma vivência, nem a mesma relação com o mundo, nem o mesmo futuro. Sem dúvida, podemos chamá-los de excluídos. (Castel, 2000: 20-21). A “exclusão dos trabalhadores desempregados”³¹, “O entendimento da Exclusão Social implica no entendimento também ampliado da inclusão. Incorporar os excluídos a um padrão básico de vida não pode significar simplesmente capacitá-los a sobreviverem e aliviarem o sofrimento brutal que são submetidos. Não se trata de distribuir compensações, mas de promover reparações. (Sposati, 1996: 12).

Essa exclusão aparece principalmente registrada no empobrecimento de trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país como São Paulo, seja pela deteriorização salarial que cresceu e se aprofundou nos últimos anos, também pela degradação dos serviços públicos que afetam a qualidade de vida nas cidades e principalmente pelo desemprego em larga escala que atinge o setor informal da economia. A abertura que houve ao capital internacional assim como a venda de estatais, a modernização que poupa a mão-de-obra e acima de tudo o crescimento insignificante e medíocre nos últimos vinte anos apontaram para taxas de desemprego recorde na história do país. A exclusão, como se viu, passa agora por pessoas que já foram incluídas um dia:

Tomando-se o Município de São Paulo como exemplo, diversas pesquisas realizadas pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município foram capazes de indicar claramente o sentido de uma nova exclusão social. Nestes estudos, realizados a partir de cadastros de pessoas inscritas nos programas sociais da Prefeitura Municipal de São Paulo, foi possível identificar, a partir dos critérios enumerados, o perfil da nova e da velha exclusão social na cidade.

³¹O objetivo do mapa da exclusão social é captar os movimentos contraditórios, expressos nas desigualdades, sociais, econômicas, políticas e culturais. Neste estudo são considerados quatro campos conceituais: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

Tabela 1

Condições de Vulnerabilidade	Velha Exclusão	Nova Exclusão
Faixa Etária	Presença de crianças	Presença de velhos
Raça e procedência	Negro e/ou imigrante	Branco e/ou não imigrante
Estrutura familiar	Muitos dependentes	Monoparentais
Condição de habitação	Ausência de moradia	Moradia precária
Conhecimento	Analfabetismo da língua pátria	Analfabeto digital
Posição no trabalho	Ocupado com baixa produtividade	Desemprego recorrente
Renda	Insuficiente monetização	Desmonetizado

Fonte: SDTS/PMSP, 2002. Extraída do livro: POCHMANN, Marcio (2003), *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Editora Cortez. Pg 21.

São Paulo, como outras cidades do Brasil, vem sofrendo, principalmente depois da década de 1980, com o declínio de crescimento econômico, com a política neoliberal, o nascimento de um quadro não somente novo e sim mais complexo de exclusão social, que é a questão do desemprego, o que faz com que a pessoa torne-se desprovida não somente de trabalho e sim das necessidades básicas que dependem de seis fontes de bem-estar:

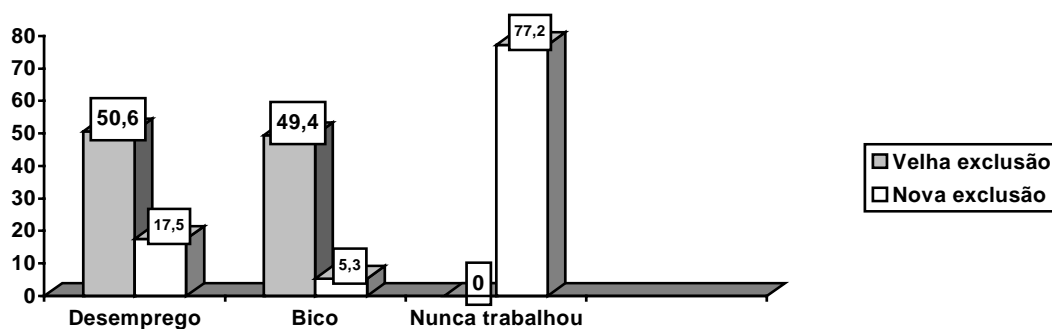
a) a renda corrente; b) os direitos de acesso a serviços ou bens governamentais de caráter gratuito (ou subsidiados); c) a propriedade, os direitos de uso, de ativos que proporcionam serviços de consumo básico (patrimônio básico acumulado); d) os níveis educativos, as habilidades e destrezas, entendidos não como obtenção de ingressos, mas como expressões da capacidade de entender e fazer; e) o tempo disponível para a educação, a recreação, o descanso, e para os trabalhos domésticos; e f) os ativos básicos, ou a capacidade de endividamento da família. Isto para defender que não bastam os métodos utilizados pelos técnicos dos

organismos e que outros complementares são necessários. (Boltvinick, apud Wanderley, 2000: 181).

Alguns investimentos para suprir essas necessidades básicas e gerar empregos são defendidos por alguns autores como essenciais e imediatos. Esses elementos, além de geradores de empregos em cidades como São Paulo, seriam portadores de efeitos multiplicadores sob o nível de atividades em vários setores econômicos como impulsionadores do padrão de cidadania. São estradas, saneamento básico, habitação popular, hospitais, escolas, creches, portos, viadutos, aeroportos, telecomunicações, energia, entre outros tantos itens de infraestrutura de que o país necessita e que possuem impacto direto e imediato sobre a geração de emprego e renda.

No Gráfico a seguir representado podemos observar que o desemprego é a principal característica dessa nova exclusão social:

Gráfico 4



Fonte: SDTS/PMSP. Extraído do livro: POCHMANN, Marcio (2003), *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Editora Cortez. Pg. 24.

Penso que em São Paulo e no Brasil o desemprego foi e está sendo tratado como um problema menor, na maioria das vezes identificado pelas autoridades governamentais como de ordem individual, ou seja, mais privado do que público. No cenário da questão de desemprego, São Paulo destaca-se pela ausência de uma política pública do trabalho capaz de enfrentar com algum sucesso as novas bases do problema do desemprego. São Paulo possuiu algumas

instituições e programas voltados ao mercado de trabalho, como por exemplo o “Programa da SDTS (Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade), da Prefeitura de São Paulo”³², implantado a partir de 2001. E alguns outros, porém ainda falta capacidade de atuação de maneira articulada e integrada no acolhimento do desempregado com outras instituições, o que limita a efetividade e a eficácia por melhores resultados. O município de São Paulo, considerado por muito tempo o mais importante tecido econômico do país, experimentou de maneira particularmente grave os desdobramentos das transformações dos anos 1990.

Considerado o centro industrial do país e atraindo muita mão-de-obra, é possível constatar que:

Algumas empresas que contavam com capitais e tecnologias se reestruturaram de forma “virtuosa”, obtiveram ganhos de produtividade e qualidade e, muitas vezes, permaneceram ou até mesmo ampliaram sua presença no município, onde há as chamadas economias de aglomeração. Outras empresas, sem tantos recursos financeiros e tecnológicos, se reestruturaram de forma “espúria” e, muitas vezes, saíram do município em busca de menores custos logísticos, ambientais, fiscais e assim por diante. E, por último, aquelas que não contavam com quaisquer capitais e tecnologias para aumentar a competitividade, simplesmente descontinuaram sua produção. (Pochmann, 2004: 41).

O setor de serviços na década de 1990 ainda demonstrou algum dinamismo, com os denominados serviços produtivos. Isto se deve principalmente porque a reestruturação de algumas empresas industriais significou a externalização de produtos que passaram a ser

³² Este Programa da SDTS trouxe resultados significativos ao trabalhador desempregado em São Paulo, por se tratar de uma série de programas tais como: Programas Redistributivos (Renda Mínima, Bolsa-Trabalho, Operação Trabalho e Começar de Novo), Emancipatórios (Capacitação Ocupacional, Desenvolvimento Solidário e São Paulo Confia) e de Apoio ao Desenvolvimento Local (Desenvolvimento Local e São Paulo Inclui). Seja qual for a escala utilizada para analisar o desempenho municipal, chama a atenção a primazia das ações tais como os programas sociais, alcançando 500 mil famílias paupérrimas. Ao todo, foram 22% dos paulistanos beneficiados pela estratégia de inclusão social. Dos mais de 250 mil empregos com carteira assinada criados no município paulistano em dezembro de 2001 e junho de 2004, 60% foram nas regiões periféricas, sendo que até o ano 2000, sete em cada dez eram gerados na área central de São Paulo. Somente a taxa de desemprego ficou quatro pontos percentuais abaixo de seu potencial.

realizados por empresas de finanças, de contabilidade, de treinamento, de informática, de comunicação, de armazenamento, de distribuição, de alimentação, de segurança e de limpeza. O abandono de várias empresas dentro do município de São Paulo trouxe novas necessidades de administração, o que reforçou a idéia dos serviços de gestão e do controle da acumulação capitalista na relação São Paulo – Brasil. Isto fez com que São Paulo se enfraquecesse enquanto núcleo de concentração da produção e do emprego industrial. É importante lembrar que até 1970 a indústria brasileira era representada predominantemente por São Paulo, possuindo impactos diretos sobre o emprego. Na realidade, nessa época, um em cada quatro empregos industriais do país encontrava-se no município de São Paulo.

Até 1980, a produção industrial cresceu em São Paulo e, conseqüentemente, o emprego também cresceu. Em 1990, o nível de emprego industrial ainda era superior ao de 1970, porém a participação no emprego na indústria de transformação brasileira já se reduziu a 16% e, em 2000, caiu para 10%.

No caso da “indústria municipal de São Paulo”³³, houve uma grande estagnação com uma reorganização da base industrial e pior, uma rápida eliminação de empregos. Resultado, a capital paulista que representava 15,6% dos empregos formais no Brasil em 1985, teve uma queda brusca para 12,2% em 2000, ou seja, no município de São Paulo o emprego industrial, caiu de 17% para quase 10% nesse período. Isso fez com que aumentasse significativamente a informalidade nas atividades do setor de serviços e comércio. A prova disso é que nesse mesmo período foram eliminados cerca de 450 mil empregos formais, com carteira assinada. Isso fez com que aumentasse as desigualdades sociais:

A cidade de São Paulo é um retrato eloqüente das desigualdades sociais, no plano da participação e representação políticas a disparidade não é menor. Enquanto

³³ De 1980 a 2000, o Brasil passou a conviver com baixas taxas de investimento e crescimento do produto industrial. Ondas de recessão se alternavam com miniciclos de expansão, insuficientes para a ampliação da capacidade produtiva. Com isto, a participação do município de São Paulo, ao final do século, decrescia para 14% do produto total nacional e 36% de total estadual, contra 19% e 48%, respectivamente, em 1970 (dados Emplasa).

poucos concentram muito poder, muitos não têm meios de influir nos destinos e na gestão da cidade. A magnitude da cidade contrasta com a existência bastante reduzida de canais de participação. Ao mesmo tempo, São Paulo tem um grave déficit institucional de representação democrática. O cidadão paulista tem menos chance de participar da democracia representativa do que outros cidadãos brasileiros. (Sposati, 1996: 25)

Por outra parte, os serviços de infra-estrutura, como transportes e comunicação, foram os que mais geraram emprego nesse período:

Estes dois elementos responderam por nove de cada dez empregos formais gerados na cidade no período analisado. Cabe ressaltar ainda outros dois elementos que compõem a realidade do emprego formal paulistano no período analisado. Em primeiro lugar, o baixo dinamismo dos serviços especializados, com crescimento no nível de emprego. Já no caso dos serviços não especializados, apesar da queda do emprego formal verificada no período, estas atividades empregam uma boa parcela dos trabalhadores com carteira assinada no município de São Paulo, em um percentual ainda maior quando se considera o conjunto dos trabalhadores ocupados (incluindo sem carteira, autônomos e empregados domésticos. (Pochmann, 2004: 45).

Esses dados fizeram com que São Paulo se transformasse com aumento de serviços especiais e não especializados, onde predominam os piores níveis de salários e de condições de trabalho, o que se denomina hoje de “trabalho precário”.

Portanto, nos anos 1990, milhares de postos de trabalhos foram eliminados na cidade de São Paulo, pelas empresas que saíram do município ou que simplesmente descontinuaram sua produção. As empresas que permaneceram, na sua maioria precarizaram os postos de trabalho, ou seja, rebaixaram as condições de contratação, trabalho e remuneração. No setor de serviços, as demandas por educação, saúde, assistência, transporte e segurança exigiram mais trabalhadores, porém, os postos criados nos serviços não tinham as mesmas qualidades e

remuneração dos destruídos na indústria, sendo assim comum vermos o não-assalariamento e a sub-ocupação.

Atualmente, a nível nacional, a taxa de desemprego caiu em dezembro de 2004 para 9,6%, mas isso não quer dizer que tenha diminuído o trabalho precário. Em metrópoles como São Paulo, o número de pessoas que ganham menos de um salário mínimo, com uma jornada de 40 horas semanais, cresceu 19,3% em dezembro de 2004 em comparação a dezembro de 2003.

Em dezembro de 2004, o contingente dos chamados “sub-remunerados”³⁴ era de 2,722 milhões de pessoas nas seis principais regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador). Em dezembro de 2003, o número era menor: 2,281 milhões de pessoas, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. (Folha se São Paulo. Caderno “Folha Dinheiro”, Sexta Feira, 04 de fevereiro de 2005).

Isso quer dizer que o número de pessoas consideradas “sub-remuneradas” cresceu mais que o número de vagas de emprego criadas. Esse problema, segundo alguns especialistas, está ligado ao fato da renda do trabalhador não ter crescido nos últimos anos; para explicar melhor, a dificuldade de encontrar um emprego e as reais necessidades básicas do trabalhador obrigam as pessoas a aceitar empregos com salários muito baixos, o que faz com que aumente os sub-remunerados. Com base nos dados do IBGE, esse grupo é formado principalmente por mulheres, não brancos (soma de negros, pardos e amarelos), e trabalhadores sem carteira ou por conta própria (camelôs e biscates, especialmente), isso sem contar que nas pesquisas também são considerados empregados os “sub-ocupados”³⁵. Podemos contatar que, embora as pesquisas apresente uma diminuição do desemprego em São Paulo no Brasil, os principais problemas continuam sendo a falta de renda, a precarização, o que faz com que aumente o

³⁴ É quem ganha menos do que um salário mínimo/hora para uma jornada de 40 horas semanais. Pelos valores atuais, equivale a um rendimento inferior a R\$1,63 por hora.

³⁵ É quem **trabalha menos de quarenta horas semanais**, gostaria de se ocupar por mais tempo e está disponível para trabalhar mais.

desafio de trabalhar com essas pessoas buscando saídas coletivas para suas reais e básicas necessidades.

Enfim, é importante perceber que, sendo o desemprego hoje a principal causa dessa nova exclusão social, é importante entender bem como se dá a exclusão assim como acontece a inclusão, mesmo porque incluir novamente os desempregados é um dos principais objetivos da Casa:

Para enfrentar a vida complexa das sociedades contemporâneas e as novas exigências do mercado atual, não basta ser alfabetizado ou freqüentar a escola por um ou dois anos. Exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social e não só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, Portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade. (Sposati, 1996: 12).

A “nova exclusão”³⁶ (Pochmann 2003), ao revelar-se nas diversas esferas da sociabilidade, produz resultados diferentes ao se sobrepor às velhas formas de manifestação deste fenômeno, deixando-o mais complexo e mais amplo. O desemprego e a precarização das formas de inserção do cidadão no mercado de trabalho são as fontes modernas de geração da exclusão, tendo como subproduto a explosão da violência urbana e a vulnerabilidade juvenil, acentuadas pela maior flexibilidade ocupacional e dos níveis de renda. Esse detrimento faz com que os

³⁶ Entende-se por nova exclusão um fenômeno de ampliação de parcelas significativas da população em situação de vulnerabilidade social, e também as diferentes formas de manifestação da exclusão. Esta nova exclusão atinge segmentos sociais antes relativamente preservados do processo de exclusão social, tais como jovens com elevada escolaridade, pessoas com mais de 40 anos, homens não negros e famílias monoparentais.

trabalhadores vivam no que Aldaíza Sposati considera o “*limiar de sobrevivência cotidiana*”.³⁷ (Sposati, 1996: 58).

São Paulo também pode ser considerada hoje o que Marcio Pochmann chama de “*metropolização da pobreza*”, ou seja, até final dos anos 1970, as metrópoles eram fonte de imigração porque ofereciam oportunidades de emprego e vida melhor; depois, lugar de centros de desemprego, poluição, enchentes e violência.

Podemos constatar que existe uma baixa utilização produtiva do desenvolvimento humano, causado pela ausência de oportunidades de novos empregos, pela subutilização econômica da força de trabalho e pela ausência de financiamento de novas iniciativas. O grande desafio nesse sentido é o de trabalhar em busca do que Sposati chama de “*equidade*”³⁸. (Sposati, 1996: 105).

Portanto, verificamos que três fatores se conjugam para produzir o desemprego e conseqüentemente a nova exclusão social em São Paulo, a precarização do emprego e a queda da renda salarial média: a reestruturação produtiva, este é o termo que engloba o grande processo de mudanças ocorridas nas empresas e principalmente na organização do trabalho industrial nos últimos tempos, via introdução de inovações tanto tecnológicas como organizacionais e de gestão, buscando-se alcançar uma organização do trabalho integrada e flexível. As empresas começaram então a passar, ou sentiram a necessidade de passar, por um processo de reestruturação produtiva que tende a dar origem a um novo padrão de acumulação de capital e de organização da produção, padrão este que vem sendo chamado pelos estudiosos de pós ou neo-fordismo, acumulação flexível, especialização flexível,

³⁷ “Per capita familiar” no limite da pobreza absoluta; as piores condições de infra-estrutura da cidade e de habitação; viver em desemprego; baixo poder aquisitivo do salário mínimo; presença do subemprego; acesso eventual e sazonal ao mercado de trabalho; não acesso aos direitos trabalhistas; concentração em baixo rendimento familiar; não acesso ao mercado de consumo.

³⁸ O conceito de equidade é concebido como o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem.

modelo japonês, entre outras nomenclaturas. Empresários buscam, então, competitividade através de novas formas de ganhos de produtividade aliados à flexibilidade da produção, visando adequar o aparelho produtivo às novas exigências de um mercado de muita produção e pouco consumo, numa concorrência não só nacional mas principalmente internacional, com produtos de qualidade e que estão em constante inovação. A capacidade de inovar em produtos e processos passou a ser elemento de diferencial estratégico para as empresas. Entre as principais mudanças em curso encontram-se as inovações de base técnica, organizacionais e de gestão da empresa e o novo padrão de inter-relacionamento de firmas.

Para o neoliberalismo, há um desemprego desejável, que chamam de “falta natural do emprego”; é aquele desemprego que não ameaça a inflação, ou seja, o desemprego excessivamente baixo leva à inflação, e ela é o pior dos males. Portanto, o desemprego existe porque ele é voluntário.

A idéia é de que as pessoas estão desempregadas porque estão procurando uma boa oportunidade de trabalho e, portanto, forçá-las a trabalhar, antes que tenham encontrado a sua oportunidade, além de inadequado é inflacionário. Esses fatores contribuem para variadas situações de exclusão social. O atual modelo político e econômico concorre para a exclusão social. É concentrador de renda, terra, bens, privilégios e poder. Produz endividamento, desemprego, não garantindo as condições para a vida: alimentação, educação, saúde, casa, saneamento e transporte público. Há um processo de discriminação, que afeta principalmente as pessoas colocadas fora do processo produtivo, sendo que a sociedade não cria alternativas para mudar tal situação. A exclusão é associada a um modelo de desenvolvimento. É, portanto uma alternativa excluída entre outras que poderiam ser includentes conforme tabela apresentada a seguir por Aldaíza (Sposati, 1996: 115).

Tabela 2

Tipos de Excluídos	Situação	Expressão
Migrante	Falta de trabalho	Inexistência de trabalho cultural
Imigrante	Ignorados	inexistência de trabalho cultural
Negros	Ignorados	Inexistência de trabalho cultural
Homossexuais	Marginalizados	Falta de movimento de acompanhamento
Prostitutas	marginalizadas	Falta de grupo de apoio
Drogados	temidos	Inexistência de centros de recuperação
População de rua	Rejeição	Falta de movimento para inclusão
Cortiço	Temidos	Falta de movimento para integração
Terceira idade	Abandonados	Falta de movimento para recuperação de auto-estima
Divorciados, separados	Diferenciados	Julgamentos provocados pela situação

FONTE: Extraída do Mapa da Exclusão/inclusão Social na Cidade de São Paulo, 1996.

Portanto verificamos na tabela que:

há noção de um processo fortemente privador e privatista; denuncia-se a ausência de responsabilidade da sociedade e do governo; e indica-se uma proposta de ruptura, fundada na força da união e organização do povo e da solidariedade visando ao bem comum. (Sposati, 1996: 114).

O contrato de trabalho em tempo integral e por tempo indeterminado vem se reduzindo cada vez mais em favor do uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. O resultado é uma estrutura do mercado de trabalho em três círculos concêntricos, onde o centro

é ocupado por empregados em tempo integral, fundamentais para o desenvolvimento da produção. Gozam de maior segurança no emprego e de vantagens. Este é um grupo que diminui cada vez mais. A periferia abrange dois grupos distintos: o primeiro é constituído por empregados em tempo integral, mas com habilidades facilmente disponíveis no mercado. Com menos acesso a oportunidades de carreira, este grupo tende a ser caracterizado por uma alta taxa de rotatividade. O segundo grupo periférico inclui empregados em tempo parcial, temporários, subcontratados, etc. Este grupo, que tem menos segurança no emprego, tende a crescer significativamente .

Para reduzirem custos e se tornarem mais competitivas:

as empresas flexibilizaram a sua mão-de-obra, em dois níveis principais: a flexibilidade funcional ou interna e a flexibilidade numérica ou externa. A primeira é destinada ao núcleo estável e central que assume uma maior mobilidade, mais funções. A segunda, voltada a facilitar os ajustes de mão-de-obra às flutuações da demanda, é destinada à mão-de-obra periférica e externa. (Mattoso, 1995: 92).

A exclusão atinge os dois círculos periféricos já citados. É a “terceirização”: mantém-se na empresa aquele grupo de trabalhadores essencial à produção; tudo o que se refere a serviços não diretamente ligados à produção (limpeza, alimentação, condução, obras) e mesmo a produção de alguns elementos é entregue a outras empresas. Este é mais um fator que contribui para a precarização do emprego, porque o controle e a fiscalização sobre estas outras empresas é bem menor.

Além disso, para enfrentar o movimento sindical, e graças aos novos desenvolvimentos tecnológicos, as grandes empresas buscaram uma saída na deslocalização acelerada de suas operações. Com isso, elas dirigem suas plantas para países e regiões onde as condições lhes sejam mais favoráveis (*leia-se salários baixos, mão-de-obra barata, subsídios, isenções*

fiscais)³⁹. Com esta capacidade, elas obrigam os trabalhadores dos países mais desenvolvidos a reduzirem suas reivindicações e obrigam os países de origem a alinharem suas legislações trabalhistas e de proteção social àquelas do Estado onde forem mais favoráveis a elas.

Em São Paulo é nítido:

De que o fordismo, caracterizado pela produção em massa, pela linha de montagem e produtos mais homogêneos vai cedendo lugar ao “toyotismo”, onde o trabalhador opera com várias máquinas, onde só se produz o necessário e no melhor tempo e se atende a um mercado interno que solicita produtos diferenciados. (Antunes, 1995: 36).

O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio, ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante, a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado.

Sem dúvida, o desemprego em grandes centros como São Paulo é produzido em parte pela introdução de novas tecnologias. Mas uma parte significativa do desemprego atual é gerada pelo aumento das horas extras, pela extensão da jornada de trabalho. Além disso, muitos trabalhadores deixam de ser empregados não por falta de qualificação, mas por causa da deslocalização das empresas – como as que saem do Primeiro e vão para o Terceiro Mundo empregar mão-de-obra barata.

Conclui-se que em São Paulo, caso venha ocorrer um período de crescimento mais prolongado, poderão ser minimizados apenas parcialmente os efeitos sociais desastrosos provocados pelo tipo de reorganização produtiva que vem ocorrendo. Este crescimento poderá consolidar as relações entre os segmentos econômicos nacionais e

³⁹ Um exemplo recente no Brasil foi a decisão da Ford de se transferir do Rio Grande do Sul para a Bahia, graças às vantagens fiscais que este estado lhe ofereceu.

a economia mundial, e manter enfraquecimento das relações inter e intra-setoriais no espaço nacional. A capacidade nacional de geração de novos empregos seria baixa, com os circuitos de subcontratação e dos serviços pessoais criando a maioria dos empregos. Portanto, ao trocar empregos industriais e de serviços formalizados, permitirá a consolidação ainda maior dessa nova forma de exclusão social, tornando ainda mais graves e profundas as desigualdades sociais no Brasil, e principalmente em São Paulo onde o problema tem um reflexo maior.

TERCEIRO CAPÍTULO: PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS

3.1 Resultados dos anos 2005-2006

Pretendo aqui expor um quadro dos objetivos, dinâmicas e resultados da Casa da Solidariedade obtidos no período selecionado.

Objetivo geral: Ser um espaço para o trabalhador desempregado trocar experiências, despertar e desenvolver a solidariedade e descobrir saídas alternativas e coletivas contra o desemprego.

Realização de processo de avaliação geral da Casa, culminando num aprofundamento da Missão da Casa que hoje se traduz no propósito de formar e ampliar o nível de conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras estimulando o senso crítico para lutarem pelos seus direitos.

Objetivos específicos e principais atividades realizadas.

Acolher:

- a) Ampliação da Equipe de Acolhida com treinamento e capacitação, oferecendo aos voluntários desta equipe, visão ampla das atividades da Casa para um atendimento eficaz, eficiente e efetivo, tendo em vista o ouvir e o encaminhamento que passe pelo resgate da auto-estima.
- b) Conscientização geral dos grupos de atividades através da equipe de Formação, para a responsabilidade da Acolhida mútua.

Formar:

- a) Ampliação da Equipe de Formação (de 1 pessoa para 5 pessoas) adotando a dinâmica de reuniões semanais para planejamento e avaliação das atividades, e aplicação da metodologia de procedimentos democráticos, participativos e coletivos.

- b) Apoio de voluntários (02 pessoas) no processo de organização das atividades e envolvimento de assessoria específica (18 pessoas) para os diversos temas abordados.
- c) Abrangência na formação permanente para todos os grupos da Casa, respeitando a necessidade de formação específica de cada um, como por exemplo: a) Grupo de geração de Renda Formiguinhas Camaradas: Técnica em Vendas e Marketing, Organização Contábil e de Prestação de Contas para parceria, Cálculo de custo e preço da mercadoria, Renovação do Regimento Interno, Elaboração de trabalho técnico de Marketing, desenvolvido por alunos de Administração da UNIFAI etc. b) Grupo Permanente de Mulheres: Organização de nova alternativa de Geração de renda, através da venda da produção de Crochê, tricô, vagonite, corte e costura, pintura, e artesanato diversos. Há também propostas de desenvolvimento cultural voltado para a 3ª idade visando maior tempo para a organização do coral já existente, poesia, teatro, lazer e passeios.

Organizar:

- a) ***Organização interna:*** Avaliação e planejamento das atividades desenvolvidas, organizando-as, conforme quadro a seguir:

Tabela 3

Área	Composição de atividades
Movimento dos desempregados e Núcleos de base	Mobilização dos Trabalhadores desempregados
	Pastoral Operária
	Consciência Negra
	Juventude Trabalhadora
Trabalho e renda	Formiguinhas Camaradas
	G.Permanente de Mulheres
	Geração de Renda - Serviços
Formação e Capacitação	Formação Geral
	Informática
	Eletricidade
	Inglês/Espanhol
	Alfabetização (MOVA)
	G.Permanente de Mulheres Corte e costura: Pintura, Tricô, Crochê
Serviços	Acolhida
	Acolhida Geral
	Serviço Social
	Atendimento psicológico
	Atendimento Jurídico
Gestão Administrativa e finanças	Projetos/captação de recursos/contabilidade

b) *Organização externa:* Crescimento do número de representantes dos desempregados da Casa no Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados (De 01 para 5 pessoas).

Criação do grupo de música e animação participando nos Atos organizados pelo Fórum de Luta. O Grupo de Geração de Renda Formiguinhas Camaradas participa assiduamente de rede de Economia Solidária organizada pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

A Casa buscou acompanhar e incentivar outros grupos organizados de desempregados, como a Reciclagem de Vila Arapuá, Grupo de Mulheres do Parque Bristol.

Avaliação da repercussão ou dos efeitos que o conjunto do projeto teve.

A partir das exigências da concretização do projeto em consonância com os demais projetos apoiados pela agência Desenvolvimento e Paz, a Casa da Solidariedade promoveu uma avaliação geral de agosto a novembro de 2005, culminando num Seminário em dezembro de 2005, que direcionou uma Gestão mais participativa e transparente, para com isso causar maior impacto da sociedade e forçar um maior protagonismo dos envolvidos na causa do desemprego. Dentro do contexto geral das atividades propostas, concluí que a repercussão se deu através de testemunhos dos frequentadores a outros desempregados e desempregadas que buscam, continuamente, os benefícios da Casa. Com isso percebe-se o efeito de solidariedade disseminada entre esse grupo excluído da sociedade, levando-os ao resgate da auto-estima.

Sobre o processo de organização das pessoas ou dos grupos com ele engajados

Grupos de Geração de Renda: Organizaram-se pautando as linhas de trabalho solidário, resultando na criação de regimento interno, captação de pontos de venda, produção contínua, serviços.

Grupo Permanente de Mulheres: Organizaram-se em subgrupos na divisão de trabalhos artesanais, tendo lideranças para cada subgrupo efetivando a produção e venda com responsabilidade solidária.

Grupos de cursos: Participação inicial em curso básico, passando para a continuidade e, após essa formação, há envolvimento nas atividades. Surgem também destes grupos Monitores voluntários e executores das atividades gerais da Casa.

Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados/ Grupo de Consciência Negra/Juventude Trabalhadora/Pastoral Operária: Há a integração e organização mútua entre esses grupos e os demais da Casa, na elaboração de atividades e dinâmicas exigidas para a concretização de eventos comuns como: cursos, datas celebrativas, manifestações.

Serviços de Atendimento Social/Psicológico/Jurídico: Igualmente há a integração e organização destes serviços com o objetivo de resgatar a auto-estima e integrar as pessoas no processo de organização geral da Casa, levando-os à participação efetiva nos diversos grupos e atividades, ou encaminhando-os para rede social pública ou privada. Buscou-se também atuar em parceria com algumas entidades que igualmente atendem pessoas excluídas. Esse processo é feito na base do atendimento mútuo, conforme as possibilidades de cada uma e da casa.

Sobre as relações de gênero das pessoas participantes deste projeto.

Tem havido uma abertura crescente para as questões de gênero. As pessoas buscam uma inter-relação baseada no espírito de solidariedade que possam conduzir homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, na conquista da auto-estima e numa maior conscientização sobre as causas econômicas, políticas e sociais da exploração do trabalho, levando-os a se firmarem no propósito de luta coletiva para a superação dos problemas.

Sobre as condições democráticas nas quais vivem as pessoas ou os grupos que participam neste projeto.

O processo democrático ocorre dentro dos grupos através de reflexões, avaliações e procedimentos de reconhecimento da missão geral da Casa. Para esse processo existe a equipe responsável por área, e ampliação destas reflexões e avaliações na Equipe de Coordenação, que foi ampliada para essa meta de Democracia Participativa.

Sobre o surgimento de alternativas econômicas para a sustentabilidade

O processo de criação de alternativas econômicas passa pelo envolvimento de responsáveis pela área Administração, que firmou um subgrupo pensante para alternativas de captação de recursos financeiros, gerando com isso as seguintes ações com o objetivo de cobrir despesas com infra-estrutura e vale-transporte para os frequentadores de cursos:

Cartela da Solidariedade contínua com temas:

Carnaval/Páscoa/Mães/Junina/Primavera/Romaria/Criança/Natal.

Cadastro de Contribuições permanente de sócios, amigos e incentivadores.

Blocos de contribuições de doadores eventuais para cobrir gastos com elevação de muro para maior segurança do patrimônio de equipamentos.

Contribuição Voluntária de alunos para manutenção de equipamentos e material de consumo.

Bazar permanente de roupas, calçados, móveis e utensílios em geral.

Sobre o meio-ambiente no qual vivem as pessoas ou grupos participantes deste projeto.

Todos os freqüentadores da Casa são conscientizados para a importância do Meio Ambiente, através de palestras efetuadas pela área Formação, que destaca a responsabilidade com o uso racional da água, energia elétrica, cultivo de árvores, e a coleta seletiva de materiais recicláveis.

Sobre a liberdade de participação

Busca-se dar liberdade de participação das pessoas ou grupos desde o início de sua chegada na Casa, acolhendo-os através da equipe de acolhida formada por voluntários, onde há o primeiro momento do ouvir cada um em suas necessidades e perspectivas em relação a Casa. Havendo necessidade, são encaminhados ao Atendimento Social, buscando envolvê-los para um encontro inicial para novos integrantes da Casa, onde ela é apresentada em seu contexto geral, animando-os a se inscreverem em um dos cursos ou atividades, ou ainda encaminhando-os para a rede pública ou privada . Neste encontro conhecem melhor o que a Casa pode oferecer, discutir o trabalho da mesma, e apontar novas idéias ou nova alternativa que satisfaça as buscas dos desempregados. Durante toda a permanência das pessoas na Casa, elas tem espaços de formação, que podem avaliar, criticar e apontar sugestões para melhoria do trabalho. No encerramento de cada curso, é feito uma avaliação em forma de questionário, onde mais uma vez a oportunidade de avaliação deve ser valorizada e protagonizada.

3.2 Análise dos dados

Entendo, com base nessa pesquisa, que a realidade dos trabalhadores desempregados é cheia de caminhos e descaminhos, mas que, apesar de experiências diferentes e por vezes

fragmentadas, elas têm muita coisa em comum. Um dos sintomas mais evidentes nesta pesquisa é o chamado “desemprego estrutural”. O desemprego hoje não atinge mais somente os não qualificados, não é mais um problema de algumas poucas pessoas que não se ajustam à ordem social, o que, em determinada medida, é visto como natural por uma parte da sociedade.

Um dos primeiros diagnósticos percebidos foi o de que o desemprego que era conjuntural se torna estrutural, quer dizer, existe em todo lugar, veio para ficar, e os trabalhadores demitidos já não voltam para sua função. Algumas profissões até desaparecem. Neste sentido, as manifestações contra o desemprego crescem. Essas manifestações se dão, orientadas pela Casa da Solidariedade, através de acampamentos, formação de grupos de trabalho e geração de renda, baseados numa economia solidária.

Na visão das pessoas entrevistadas, os dados sobre o desemprego ainda são bastante obscuros, no entanto, apesar de o desemprego ser uma coisa que nenhum dos entrevistados teve coragem de defender, o fato é que devido à formação por eles recebida quase todos foram unânimes em afirmar que:

A burguesia (classe social dos donos dos bancos, das fábricas e das fazendas) precisa do desemprego para explorar sempre mais a classe trabalhadora. A burguesia sendo a classe que nos explora, precisa também ter o controle político dos movimentos da classe trabalhadora. A maneira mais eficaz que ela tem para conter o controle político é através da dominação ideológica, ou seja, impedindo que nós compreendamos o funcionamento da sociedade capitalista. Assim, entre outras coisas, a burguesia quer que a classe trabalhadora não entenda as causas da existência do desemprego. Por isso, dizem que estamos desempregados porque não temos estudo, porque estamos velhos ou somos jovens sem experiência... Fato que não é verdade! Pois quem tem estudo também está desempregado! Outro aspecto, é que, muitos idosos trabalham, em virtude da baixa aposentadoria! Neste sentido, sabemos que nós trabalhadores, não somos culpados pelo desemprego. Outros

afirmam que o custo do trabalho no Brasil é muito alto, algo também que não é verdade". (Síntese da fala dos entrevistados).

Diante deste primeiro diagnóstico, pude constatar que, na opinião das pessoas, o capitalismo por um lado cria o desemprego, e por outro, privilegia quem tem mais dinheiro (banqueiros e grandes exportadores). E a política de nosso país mantém os juros altos em um grande superávit primário, o que faz com que se crie uma resistência da redução das desigualdades que estão entre as maiores do mundo.

É consenso entre as pessoas desempregadas que o capitalismo de forma predatória regula os preços dos salários, tentando recuperar, diante da crise estrutural que vive, uma maior margem de lucro. Diante desse quadro, aumenta cada vez mais a corrida ambiciosa pelo lucro, submetendo a classe trabalhadora a um desemprego brutal.

Trata-se de verificar que o verdadeiro motivo para a existência do desemprego é a necessidade de lucro dos capitalistas. O desemprego neste caso é usado para enfraquecer a classe de trabalhadores desempregados e para manter o sistema de exploração.

3.2.1 Sexo, idade e estado civil

Apesar de ter feito um esforço na questão de divisão de sexo, numa tentativa de entrevistar cem homens e cem mulheres, constatei que a predominância feminina em busca de saídas para a questão do desemprego e participação é maior do que a masculina. Do total de beneficiários atendidos pelo projeto a maior parte é de mulheres.

85% da casa são mulheres, o homem como macho da casa tem vergonha com o desemprego, quer ser chefe da casa, muitas vezes entrega-se a bebida e as drogas, a mulher luta mais quem consegue segurar a barra são as mulheres porque se submete-se mais ao trabalho precário homens não aceita qualquer coisa, mas a mulher é desvalorizada. No serviço pesado as mulheres não são aceitas,

empregadas domésticas, dificilmente na Casa os homens conseguem menos serviço e participação nas cooperativas. As cooperativas das mulheres cresce mais como artesanato e costura, prestação de serviços, como eletricista encanador e pedreiro não está dando certo porque os homens brigam entre eles. Foi começado o ano passado em 2003 uma cooperativa e muitos achavam que iam ganhar 50 R\$ por dia não deu certo acabou. Houve um relaxamento da coordenação porque deixamos muito na mão deles ao contrário das mulheres que deu certo a cooperativa. As mulheres aparecem mais com a assistente social e com a psicólogas porque são mães abandonadas pelos maridos e seguram as contas juntamente com os filhos elas pedem ajuda aos cursos e cooperativas, a nossa base é a mulher. (Fernado José Da Silva – 32 anos)

Esta constatação segue a tendência de ampliação do papel da mulher como responsável pelo domicilio e sua inserção no mercado de trabalho, seja como principal provedora da renda familiar, seja como auxiliar aos rendimentos familiares.

Distribuição dos participantes das atividades e cursos da Casa da Solidariedade, por sexo.

Tabela 4

sexo	%
Feminino	65%
Masculino	35%
total	100%

Em primeiro plano, é necessário analisar nesta categoria a alteração das relações de desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Vejo que é no cotidiano de uma cidade (como São Paulo), que as relações de trabalho se desenvolvem, que o impacto da

conjuntura de desemprego, precariedade do trabalho e pobreza cobra, cada vez mais, ações transparentes e concretas como o trabalho da Casa da Solidariedade.

É notório que a conjuntura do desemprego estrutural incide de forma diferenciada sobre homens e mulheres. O processo de pesquisa com duzentas pessoas na Casa trilhou um caminho de compartilhamento de experiências entre grupos organizados por homens e mulheres, em busca de emprego e autonomia no campo do trabalho e na geração de renda.

Também é notório que:

na década de 1990, o processo de globalização teve conseqüências complexas e contraditórias, que afetaram de maneira desigual o emprego feminino e o masculino. O emprego masculino passou por uma regressão ou, na melhor das hipóteses, por uma estagnação. No entanto, a liberação do comércio e a intensificação da concorrência internacional teve como conseqüência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres. (Hirata 2003:18).

Outro aspecto observado nas entrevistas e no cotidiano da maioria das mulheres é que as mesmas vivenciam o desemprego trabalhando muito. Os cuidados com a casa e com a família são atribuições da mulher, às quais se somam os trabalhos remunerados, cuja ausência as caracteriza como “sem trabalho”. Neste caso os filhos, tanto homens como mulheres, foram considerados apenas como colaboradores nos afazeres domésticos, jamais responsáveis.

Nunca tive o reconhecimento do que fiz em casa para mim, a comida, lavar roupa, limpar a casa sempre foram obrigações de uma mulher, isso nunca foi considerado por ninguém emprego ou trabalho. Mesmo não trabalhando fora sempre tive que esperar com as coisas prontas em casa e isso sempre me exigiu o dia todo. (Maria Bendita da Silva – 77 anos).

A maioria das mulheres entrevistadas, muitas chefes de famílias, escolarizadas ou analfabetas, pobres ou não muito, em seus relatos têm na sua visão que o desemprego é uma questão social que se intensifica em face de trajetórias precárias, pelas hierarquias presentes nas relações sociais do sexo. Atualmente, segundo o que pude perceber, o referido passado se revela na

particular inserção dessas mulheres na situação de desemprego ou na execução de trabalhos precários, como o trabalho doméstico: em primeiro lugar, é percebido que vivenciaram (assim como seus companheiros) um processo de socialização no qual se inscreve a naturalização das formas de dominação que atribuem às mulheres o papel social de responsáveis pelos cuidados dispensados à prole, ao cônjuge e à casa, aos homens é reservado o papel na maioria das vezes de provedor. No entanto, essa opção não é realizada por todas essas mulheres pelas mesmas razões. As razões se distinguem pelos níveis de renda familiar, pelas situações conjugais, econômicas e sociais, pela escolaridade e pela qualificação.

Em relação a esses três itens, as entrevistas também relatam as especificidades, as implicações sociais do processo de reestruturação de empresas, o fechamento ou o deslocamento das mesmas, privatizações, demissões voluntárias, terceirização, trabalho temporário, desemprego de jovens. Esses são elementos que constroem novos contornos de desigualdade, nos quais as mulheres são fortemente atingidas.

Outra face desse mesmo processo surge nas novas exigências colocadas para os trabalhadores, como maior nível de escolaridade e qualificação. A velhice é precocemente vivenciada nesse mercado de trabalho e contexto.

A maioria das mulheres entrevistadas também expressam que fazem parte de grupos e espaços sociais, relações familiares e de vizinhanças, que reafirmam espaços sociais fragilizados, onde aparece a questão do desemprego, da informalidade e de trabalhos temporários. Por outro lado, buscam estratégias para continuarem elaborando formas de resistências às dificuldades vividas, e nesse caso, todas são unânimes em afirmar que o trabalho realizado pela Casa da Solidariedade:

Gosto de vir aqui, por que na Casa nós encontramos pessoas com os mesmo problemas e as mesmas dificuldades, sem contar que não ficamos presas em casa sempre fazendo as mesmas coisas, aqui as pessoas explicam as causas e os motivos do desemprego e ajudam a se articular. (Mirele de Almeida – 42 anos).

A Casa é um dos suportes concretos na questão da resistência e de uma possível superação ao desemprego. Assim sendo, as dificuldades maiores apresentadas por elas são a de ausência ou quase inexistência de políticas públicas, que possam dar maior apoio à situação de desemprego:

As políticas públicas de emprego, entre as quais se destacam as que possibilitam suporte à situação de desemprego, são recentes e insuficientes. Tendem a focar populações fragilizadas, são implementadas numa perspectiva de inserção, e não de integração como as frentes de trabalho. (Castel, 1998).

Distribuição dos participantes das atividades e cursos entrevistados da Casa da Solidariedade, por estado civil.

Tabela 5

Estado civil	%
Solteiro	43
Casado	34
Separado	12
Viúvo	11
total	100%

A *união familiar* ajuda na solução de quem está desempregado na família. Destaca-se nesse item que os denominados “bicos”, realizados pelas próprias mulheres entrevistadas, por seus companheiros ou por seus filhos, também significam uma das estratégias familiares que possibilitam a sobrevivência dessas mulheres e de seus familiares.

A questão da moradia é colocada também como uma das expressões do desemprego. O sonho de ter uma casa própria esbarra principalmente na questão do alto custo de um imóvel em São Paulo, e principalmente pelo fato de não estar empregado, o que dificulta a geração de renda ou impossibilita um financiamento.

Antigamente diziam que as coisas eram mais difíceis, por que não tinha luz, computador, mas com certeza era muito mais fácil comprar uma casa, um barraco mesmo aqui em São Paulo, tudo era mais fácil, por que trabalho, emprego tinha só não trabalhava quem não queria hoje tem muita gente que quer trabalhar mais não tem mais emprego. (Manoela Maria de Araújo – 73 anos).

Em relação às mulheres que possuem um imóvel próprio, adquirido no passado onde vivenciaram uma situação econômica melhor, elas afirmam que isso hoje seria impossível, seja porque estão desempregadas, seja porque são agora as responsáveis pela família ou, ainda, porque são casadas com ex-trabalhadores de empresas que faliram ou se reestruturaram, o que impõe o desemprego a eles também.

Nesta direção é interessante destacar a visão de Offe, a respeito da situação das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho:

Nossa tese central é que, o desenvolvimento do “Estado do bem-estar”, a opção de crescentes segmentos da população estabeleceram seu modo de subsistência individual ou no mercado de trabalho ou em instituições externas a ele torna-se possível. O problema, para as pessoas que “desfrutam”, dessa opção, não é terem muito poucas escolhas, mas inúmeras, pois em muitas circunstâncias, essa opção é um “presente de grego” altamente ambivalente. Não só sobrecarrega a identidade pessoal dos indivíduos com um duplo papel potencial, mas leva também ao enfraquecimento de suas possibilidades estratégicas de ação no mercado de trabalho. Mulheres, estrangeiros, jovens, empregados mais velhos e deficientes físicos defrontam-se com um problema estrutural de concepção mal definida de qual é realmente sua “forma normal” de existência social – um problema que os empregados do sexo masculino fisicamente capazes, de meia-idade e naturais do país, que não “desfrutam” da opção de não-participação” no mercado de trabalho, nunca encontram. (Offe, 1994:53).

De acordo com essa percepção e essa afirmação, os empregos menos qualificados e pior remunerados são destinados a essas pessoas, o que atribui às mesmas um papel de reserva.

Vale ressaltar que apesar de todas as dificuldades encontradas por essas mulheres (como o desemprego, chefes de família, falta de renda e de moradia) elas permanecem buscando novas possibilidades. E não mais individualmente, e sim através de grupos dentro da Casa da Solidariedade; e acima de tudo, aglutinam em torno de si, na maioria das vezes, suas famílias e seus filhos também desempregados.

Das pessoas jovens e solteiras entrevistadas, a maioria fazendo o curso de informática, inglês ou espanhol, e que se encontra desempregada ou fazendo algum tipo de bico no mercado informal, pude constatar que: vive-se na verdade uma situação particular, pois os jovens, cada vez mais, sentem-se na necessidade de ingressar no mercado de trabalho precocemente, por conta da situação de pobreza da família, que passa a depender daquela renda; por outro lado, ao ingressar em busca de ocupação, o jovem deixa de lado uma alternativa que seria fundamental para o enfrentamento da sua situação de pobreza, qual seja, o aumento de sua escolarização ou de qualificação.

O fenômeno do desemprego juvenil, recorrente e estrutural, e seus efeitos colaterais, como a multiplicação das situações contratuais atípicas e flexibilizadas do ponto de vista dos direitos, são expressões de que todo um modelo social de valoração da condição laboral tem se transformado:

Eu nunca trabalhei por que a mãe quer que eu estude antes, mas como estudar se vejo minha família passando dificuldades, eu quero trabalhar para ajudar minha mãe nas despesas da casa. (Luiz Carlos marinho dos Santos – 16 anos).

Quando consegue uma ocupação o jovem encontra mais alguns problemas, normalmente sem carteira assinada, remuneração muito baixa e quase sempre sem nenhum benefício como vale transporte, vale refeição ou seguro médico. Essa situação vale tanto para jovens homens como mulheres.

Há exclusão de jovens e velhos no mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, e os mais “velhos”, com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem requalificar-se para reingresso. (Antunes, 2002: 95).

Com relação à idade (ver tabela 3), constatei muita a presença de pessoas de meia idade e pode-se dizer de terceira idade, participando das atividades da Casa da Solidariedade. Aqui pude constatar dois problemas fundamentais, o desemprego é mais visível naquelas pessoas que tem entre 40 e 60 anos. Acima dessa idade as pessoas procuram a Casa também por outros fatores como o próprio desemprego, a solidão, e muitas vezes elas se sentem “invisíveis” dentro da sociedade civil:

Como pode um grupo tão grande de pessoas se tornar “invisíveis”? Entretanto, temos que reconhecer que há um paradoxo aqui. Ao mesmo tempo em que, com melhorias nas condições de vida e avanços nas ciências de saúde, aumentou em muito a expectativa de vida das pessoas, o tema da velhice está ausente não somente nas políticas governamentais, mas também em uma boa parte da sociedade. (Mo Sung, 2005:100)

Distribuição dos participantes das atividades e cursos entrevistados da Casa da Solidariedade, por Idade.

Tabela 6

Idade	%
18 a 24 anos	17
25 a 35 anos	16
36 a 45 anos	29
46 a 60 anos	20
Acima de 60 anos	18
Total Geral	100%

Muitos desses idosos realmente sentem-se invisíveis não somente ao mercado de trabalho, mas para a sociedade civil comum. Quase todos encontram essa visibilidade na Casa da Solidariedade, por também encontrarem outras pessoas idosas, poderem partilhar, serem bem acolhidas e, acima de tudo, sentirem-se úteis e conseqüentemente visíveis de alguma maneira. Outro dado é que muitos, por serem aposentados, contribuem diretamente para a melhoria da renda familiar, são responsáveis financeiramente pelos filhos e pelos netos, e dividem moradia com os mesmos.

Hoje para mim é difícil fazer muitas coisas por que com minha idade o que posso fazer é cuidar de crianças, cuidar de crianças dentre essas crianças incluindo meus netinhos alguns não são mais eu os considero não posso nem mais estudar, mais me sinto feliz cuidando deles. (Amélia Coelho da Mota – 73 anos).

Esse dado é importante porque futuramente isso vai ser muito comum, mesmo porque em recente pesquisa elaborada pelo IBGE aparece claramente que:

um fenômeno intergeracional e econômico vem ganhando dimensão nos lares brasileiros: a quantidade de idosos que estão na condição de responsáveis pela família e dividem a moradia, seja com filhos, netos ou bisnetos aumentou 60,8% na última década. Em 1991, encaixavam-se nesse perfil 688 mil pessoas de 65 anos ou mais de idade, número que subiu para 1,1 milhão em 2000. Dentro ou fora de casa, a convivência entre indivíduos nascidos em épocas muito distantes vai se tornar, cada vez mais, uma situação rotineira no país, já que, ao longo dos anos 90, o grupo da terceira idade cresceu uma taxa média anual de 4%, mais do dobro observado na média da população. (O Estado de São Paulo, folha A32, dia 02 de dezembro de 2006).

Há muitas razões para isto, pois além da existência de um maior contingente de idosos, o problema do desemprego é um fator que aparece fortemente, pois, na maioria dos casos dos entrevistados, os filhos muitas vezes estão desempregados e dependem da aposentadoria dessas pessoas para sobreviver. Em relação aos homens com idade entre 35 e 65 anos, o que

mais afeta realmente é o desemprego, pois a maioria dos entrevistados estão desempregados. Os motivos são diversos, mas principalmente a não qualificação, menor escolaridade, a própria idade, o que conseqüentemente faz com que eles migrem ao trabalho informal na maioria “bicos”, para as chamadas categorias disfarçadas de desemprego:

Por estar mais associadas ao baixo rendimento e as formas precárias de trabalho, tendem a ser justamente os trabalhadores com menor escolaridade os principais exploradores dessas oportunidades ocupacionais ou, de maneira mais precisa, categorias disfarçadas de desemprego. (Pochmann 2001:105)

No caso dos trabalhadores com essa faixa etária e que de alguma maneira estão empregados ou fazendo “bicos”, o grande objetivo é a qualificação participando de alguns cursos. Um número expressivo já tem uma ocupação, mas sentem ser insuficiente para sua sobrevivência e gostariam de preencher o tempo disponível.

Eu trabalho o dia todo, mas, faço o curso de informática por que estou pensando no meu futuro por que não adianta trabalhar é não conhecer nada de computador, hoje quando vamos procurar algo melhor o que pedem em primeiro lugar é se sabemos mexer no computador, então tenho que aprender”. (Pedro Neto da Silva – 33 anos).

3.3 Naturalidade e religião.

Das pessoas entrevistadas cerca de 40% são nordestinos e outros 60% são provenientes principalmente das Regiões Sudeste e Centro Oeste, principalmente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Os paulistanos e paulistas, mesmo tendo naturalidade no Estado e na cidade de São Paulo, em grande parcela são filhos de imigrantes. Essas com grande contingente de nordestinos migraram para São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980, justamente pela oferta de emprego; no entanto, a chamada recessão eliminou uma grande quantidade de postos de trabalho. Parte dos empregados, que anteriormente possuíam uma inserção ocupacional

protegida pela legislação trabalhista e social, foi obrigada a buscar uma outra forma qualquer de trabalho. É nítido nas conversas das pessoas o impacto que a recessão teve na vida das delas na Região metropolitana de São Paulo. Metr pole que era o sonho da maioria;

Quando vim para São Paulo da Bahia muitos anos atrás tudo era mais fácil pra sobreviver, por que tinha mais emprego, a gente tinha mais oportunidades hoje até o emprego de porteiro ta difícil que na época era tão fácil, por isso fica muito difícil sustentar a família e quando conseguimos alguma coisa normalmente pagam muito pouco, sem benefício e carteira assinada, às vezes desanimamos até de procurar emprego, hoje trabalho de camelô na rua. (José Ameida de Guimarães – 46 anos)

Essa metrópole tinha uma estrutura produtiva nucleada pela indústria de transforma o, no entanto, como a partir de 1980, houve uma grande retra o no nível da produ o e de empregos industriais que geraram um crescimento acentuado do desemprego aberto, essas pessoas hoje são vítimas desse processo:

Esse comportamento do desemprego indica que o aumento da popula o economicamente ativa, que teve um ritmo mais lento que nos anos 70, foi absorvido de alguma forma. E essa absor o ocorreu nas atividades urbanas, pois continuou a cair o peso das atividades agrícolas na ocupa o total durante a década de 1980. (Andrade Baltar e Salvadori Dedecca 1997: 92-93).

Distribui o dos participantes das atividades e cursos da Casa da Solidariedade, por Naturalidade.

Tabela 7

Naturalidade	%
Urbana	68%
Rural	32%
total	100%

Isso explica a porcentagem de muitos entrevistados já terem nascido ou há muito tempo já estarem em áreas urbanas, pois 68% dos entrevistados nasceram em áreas urbanas. Tendo em vista que desses a maioria são pessoas mais jovens filhos de imigrantes que já nasceram em São Paulo, seus pais são predominantes de áreas rurais, 32% tiveram origem em áreas rurais, logicamente pessoas de mais idade acima dos 45 anos. A Partir desse período e dessa constatação, percebe-se que o crescimento da ocupação não agrícola foi dessa forma relativamente rápido.

Vim para São Paulo para buscar uma vida melhor, trabalhar, por que na roça não dava mais, ter uma renda melhor, estudar e o pior é que hoje não tenho renda nem para estudar por que estou desempregado e nem trabalhando estou, não quero hoje voltar pra Paraíba por que lá também tá difícil estou fazendo o curso de eletricidade para ver se as coisas melhoram e consigo fazer um bico. (José Lindeberg Fernandes do nascimento – 38 anos).

No entanto, a indústria de transformação e a construção civil em São Paulo não tiveram um papel predominante na absorção da população ativa em atividades urbanas, pois foram justamente estes setores os mais atingidos pela crise econômica. Segundo depoimentos, aumentou a participação no comércio e nos serviços, muitas pessoas passaram a trabalhar nessa época principalmente na reparação e conservação, alojamento e alimentação, atividades sociais, e também em serviços de apoio à atividade econômica na ocupação urbana. A falta de uma política agrícola decente e a necessidade de renda através do emprego foram as principais causas dessas pessoas migrarem a São Paulo. Como se comenta se tivesse havido uma reestruturação fundiária, uma reforma agrária adequada, estas medidas poderiam ter contribuído muito para evitar o maior êxodo rural, pois este pressionou fortemente o mercado de trabalho urbano.

Distribuição dos participantes das atividades e cursos entrevistados da Casa da Solidariedade, por Religião.

Tabela 8

Religião	%
Católico	70
Protestante	2
Espírita	9
Evangélico	9
Afro	0
Sem Religião	10
total	100%

Em relação à *religião*, 70% se apresentaram como sendo católicos e outros 30% como de outras religiões ou se consideram sem religião. Isso se explica também na medida em que a Pastoral Operária teve origem no seio da Igreja Católica, apesar de que todos foram unânimes em afirmar que não existe diferenciação no tratamento entre os pertencentes das várias denominações religiosas.

Sou evangélico mais nunca houve diferenciação por causa disso mesmo por que a formação é a mesma e muitas vezes as pessoas nem me perguntam se sou católico ou de outra religião". (Edinaldo Alves Silva – 16 anos).

Além disso, segundo depoimentos de coordenadores e formadores da Casa da Solidariedade, tanto a formação como os encontros bíblicos têm uma dimensão “ecumênica”⁴⁰:

Todo mês, nos reunimos com o padre Francisco para aprofundar nossa fé numa dimensão ecumênica, para construir desde já, um “novo céu e uma nova terra”....O grupo de Pastoral Operária da região debate as questões dos trabalhadores nos

⁴⁰ O sentido geral que se dá a este termo é o de referir a algo “universal”, que estende por todo o mundo. Em linguagem eclesiástica, por exemplo, se diz que um Concílio é ecumênico quando dele participam as igrejas de todas as partes do mundo. Mas a aplicação do termo não se limita a vida religiosa e à prática das instituições eclesiásticas. De fato, ecumênico é algo que tem a ver não só com os corpos cristãos, com as igrejas. É empregado também no âmbito político, econômico, cultural, etc.

dias de hoje e resgata a sua história, propiciando a revisão de sua vida e de sua prática. (Boletim da Casa da Solidariedade N. 9 – setembro de 2006).

3.4 Razões e motivos de não estar trabalhando atualmente.

Distribuição dos participantes das atividades e cursos entrevistados da Casa da Solidariedade, pelo motivo de não estar trabalhando.

Tabela 9

Motivo	%
Desempregado	87
Dona de Casa	4
Estudante	1
Inativo	8
total	100%

Dos entrevistados 80% responderam que não estão trabalhando, atualmente, e 20% responderam que sim; dado interessante este, pois a Casa da Solidariedade não atende somente pessoas desempregadas e sim os trabalhadores que de alguma maneira ou outra tem uma ocupação. Das 80% pessoas que não estão trabalhando, 87% indicaram que estão desempregadas os 13% restantes apontaram para o fato de serem estudantes, inativos, aposentados ou dona de casa.

Diante das informações obtidas o desemprego hoje é muito heterogêneo e complexo. Ao contrário da década de 1980, onde o desemprego concentrava-se mais entre os jovens e pessoas com pequena experiência profissional. Naquela época o desemprego era mais homogêneo, pois atingia mais os que procuravam o seu primeiro emprego e os trabalhadores

com pouca experiência profissional. O perfil do desempregado hoje não é mais o mesmo, conforme nos apresenta Pochmann:

Atualmente, o perfil do desemprego encontra-se mais inclinado para as pessoas: com mais de 8 anos de escolaridade; com idade mais avançada (mais de 49 anos); do sexo feminino; chefes de família; brancas; que buscam o reemprego e que residem na Região Sudeste. (Pochmann 2001. 106).

Esses realmente são dados que pude constatar em minhas entrevistas. Para as pessoas que estão trabalhando normalmente no mercado informal, a tendência é estarem interessadas em ocupar um outro emprego, ou fazer uma jornada extraordinária de trabalho. O principal motivo para essa busca, normalmente, é a baixa remuneração e, nesse caso, tende a estender o tempo como uma alternativa de complementação de seus rendimentos.

A duração do tempo de desemprego varia muito na questão da faixa etária e na questão do emprego formal ou informal.

3.5 Tempo de desemprego

Distribuição dos participantes das atividades e cursos da Casa da Solidariedade, por tempo de desemprego.

Tabela 10

Tempo de desemprego	%
Há menos de seis meses desempregadas	4
Seis meses e um ano desempregadas	10
Um a dois anos desempregadas	10
Dois a quatro anos desempregadas	8
Quatro de cinco anos desempregadas	5
Há mais de cinco anos desempregadas	63
Total	100%

Tem-se, portanto um conjunto de trabalhadores em primeiro plano desempregado, muito heterogêneo, mais fragmentado e mais complexificado, dividido entre trabalhadores qualificados e desqualificados, que provém do mercado formal ou informal, com jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários entre outros. Dá a impressão de que estes trabalhadores desempregados, independente do tempo de desemprego, atualmente são considerados como descartáveis para a sociedade. Aqui existe a confirmação de que o desemprego constitui uma das mais difíceis situações sociais, o que faz com que a pessoa desempregada se conduza mais facilmente ao desespero social, enfim ao quadro de desamparo e de regressão numa sociedade já desgastada socialmente.

Estou desempregado há mais de cinco anos, as vezes acontece de aparecer algum bico ou um emprego temporário, por que já fui manobrista, operador de empilhadeira, motoboy mas é sempre muito difícil pra gente e pra família ficar desempregado. É ruim também quando fazemos algum bico por que sei que amanhã ou depois já vou ficar desempregado novamente não existe segurança e aí começa tudo de novo você não tem segurança naquilo que faz, ainda bem que participo aqui da Casa por que aqui você recebe por parte da coordenação, dos voluntários muita atenção e respeito, se não fosse isso eu penso que o desespero aumentaria ainda mais, por que ficar sem trabalho e não ter salário é ruim demais. (Gustavo Delmiro F. Souza – 40)

Para os trabalhadores que vivem a situação de desemprego há muito tempo, constatei que não houve perda somente do trabalho, ou seja, o fato de não estar ocupado o desqualifica. Mesmo aquelas pessoas que têm uma ocupação ou um emprego, parcialmente ou totalmente, a possibilidade de ser demitido ou o fim de um contrato determina uma insegurança muito grande no que se refere ao futuro.

Isso se torna mais preocupante na medida em que as pessoas percebem que o momento é adverso à criação de empregos.

3.6 Profissão e situação ocupacional anterior, profissão e situação ocupacional atual

Das pessoas desempregadas e que atualmente tem um emprego, 90% responderam que tinham uma profissão anterior ao desemprego ou ao atual emprego, e 10% responderam que não. Os 10% são jovens em sua grande maioria, buscando um primeiro emprego ou em fase de qualificação ou mesmo dentro de seu primeiro emprego.

Outro importante balizador foi à atenção dada ao crescente fenômeno de dissociação entre os conceitos de profissão e ocupação. Enquanto o primeiro é, em geral, fruto de uma opção pessoal, motivada pela vocação do indivíduo, por este ou aquele curso de formação profissional, a relação entre esta formação profissional e a futura ocupação está longe de ser direta ou mesmo previsível. Esse foi um item difícil de ser analisado mesmo porque os entrevistados confundem muito “profissão e ocupação”⁴¹. No entanto, percebe-se que uma vez que já não há espaço para diversas profissões desenvolvidas dentro da grande unidade fabril, que hoje vão desaparecendo pela aplicação de novas tecnologias, até mesmo a noção de desemprego forjada sob a sociedade industrial torna-se inadequada para qualificar o estado em que se encontram as pessoas que vêm simplesmente sumir os seus postos de trabalho.

Minha profissão é metalúrgica, hoje nessa área está difícil conseguir trabalho já estou mais de cinco anos desempregada, sem contar a questão da idade que pesa bastante na hora de conseguir um trabalho dentro da profissão e mesmo por que hoje ta muito mais difícil conseguir um emprego dentro daquilo que somos preparados, já fui assalariada com carteira assinada hoje isso é muito difícil.
(Tertulina dos Santos – 48 anos).

⁴¹ Existe uma diferença entre ocupação e emprego. "Ocupação" abrange as pessoas que trabalham com ou sem vínculo empregatício, as que trabalham por conta própria, as que são proprietárias de estabelecimentos e aquelas que trabalham sem remuneração como, por exemplo, as pessoas que prestam serviços em instituições filantrópicas. Em outras palavras, é aquilo o que as pessoas fazem: a profissão, o ofício ou o cargo que exercem em seu trabalho (lavador de carros, faxineiro, engenheiro civil, técnico de contabilidade, pedreiro, alfaiate, chefe de equipe, diretor de colégio etc.).

Porque os postos de trabalho eliminados pelas novas tecnologias não mais ressurgirão, com isso muitas profissões também estão desaparecendo e, como os sujeitos dentro do modelo clássico de emprego definem-se pelo exercício especializado de uma atividade e as novas tecnologias eliminam os postos especializados, é cada vez mais difícil a esperança dessas pessoas em obter uma locação na mesma atividade profissional, antes exercida em outra indústria. Portanto, as pessoas, além de se considerarem desempregadas, passam a assumir, na realidade, a posição de sem profissão .

Em relação à situação ocupacional anterior, pode constatar que é muito claro que os trabalhadores atualmente são forçados a mudarem de profissão e conseqüentemente de ocupação.

Distribuição dos participantes das atividades e cursos da Casa da Solidariedade, por situação ocupacional anterior.

Tabela 11

Ocupação anterior	%
Assalariado com carteira assinada	49
Assalariado sem carteira assinada	22
Trabalho por conta própria/autônomo	4
Trabalho informal/bico	5
Serviços domésticos	11
Funcionário público	1
Trabalhador rural	2
Aprendiz/estagiário	3
Outro/nunca teve uma ocupação	3
Total	100%

Neste contexto, se percebe que é grande o número de pessoas que estão permanentemente mudando de emprego, o que muda a sua ocupação, pois as empresas possuem um núcleo pequeno de empregos estáveis e contratam as demais por tempo determinado, ou na medida que o nível de atividade justifica, dispensando um grande contingente de trabalhadores quando as vendas diminuem. Essa freqüente rotatividade na vida dos trabalhadores permite não somente o desemprego temporário, mas, na maioria, o não exercício de sua profissão e conseqüentemente a constante mudança de sua ocupação:

a substituição de empregados ocorre e tem um papel relevante particularmente no que se refere aos trabalhadores recém-contratados. A facilidade de dispensa permite à empresa evitar os gastos com uma seleção criteriosa previamente à contratação. Os admitidos têm seu desempenho observado ao longo do período de experiência. Além disso, a empresa também utiliza-se da facilidade em contratar e dispensar para reciclar os postos de trabalho onde não é importante uma acumulação de conhecimentos ou habilidades específicas. Por fim, ela procura evitar o aumento do passivo trabalhista (que ocorreria com a crescente dificuldade de demitir os trabalhadores caso aumentasse o seu tempo de serviço na firma), desde que isso não comprometa o desempenho operacional da empresa. (Baltar e Proni 1997: 120).

3.7 Fontes de renda, e benefícios sócioassistenciais

Das pessoas entrevistadas 68% diz não possuir outras fontes de renda, e 32% diz possuir. Como é sabido, um dos maiores malefícios do desemprego é a falta de renda gerada ao trabalhador, principalmente em se tratando de que vivemos em uma sociedade com uma cultura altamente consumista:

Distribuição dos participantes das atividades e cursos da Casa da Solidariedade, por outras fontes de renda.

Tabela 12

Outras fontes de renda	%
Aposentadoria/pensão	58
Pensão alimentícia dos filhos	8
Auxílio previdenciário	3
Seguro desemprego	3
Doação ou ajuda de terceiros	21
Benefício de prestação continuada	0
Aluguel	4
Outra	3
Total	100%

O processo de inserção no modo de vida urbano, que traz implícito uma crescente mercantilização do consumo, exigiu uma ampliação do poder de compra da população, o qual deveria ser em geral propiciado pela renda monetária obtida através do exercício de um trabalho assalariado. Ocorreu, de fato, uma ampliação do assalariamento e da formalização das relações contratuais, mas se reproduziram formas de integração precária no mercado de trabalho que coexistiram com um núcleo de assalariamento mais estável e com garantia de direitos trabalhistas, associadas, regra geral, ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e grau de organização. Ao final desse processo de desenvolvimento, havia uma parcela ponderável de trabalhadores por conta própria e de assalariados em ocupações que não apresentavam um mínimo de continuidade e regularidade. Essa configuração de ocupações esteve estreitamente vinculada à manutenção do perfil desigual de distribuição de renda". (Andrade Baltar e Salvadori Dedecca 1997: 92-93).

Constatei que o baixo nível de renda monetária da maioria dos entrevistados se dá justamente pelo desemprego e por não ter outra fonte de renda, o que na maioria das vezes dificulta muito a adaptação na vida urbana consumista. Essa dificuldade de adaptação gera enormes carências sociais.

Tenho como fonte de renda minha aposentadoria mas esta não é suficiente para os gastos que temos hoje, por que além da gente tem que ajudar um pouco em cada lugar e cada pessoas. (Wilson Lanzillo – 70 anos).

Do ponto de vista do emprego e renda, houve uma deteriorização das condições gerais do mercado de trabalho em São Paulo, expressa não apenas no crescimento lento do emprego e no aumento da proporção de trabalhadores assalariados por conta própria e de assalariados sem contrato de trabalho formalizado, mas também e principalmente na significativa redução do nível dos salários e principalmente no desemprego aberto.

A coisa tende a piorar quando o emprego é a única fonte geradora de renda como é o caso da maioria dos entrevistados. Por um lado, no que se refere à obtenção de renda, profundamente afetada pelo desemprego e pela ocupação cada vez mais precária, a população de baixa renda apresenta-se:

quase como “causa” de uma situação cujos “efeitos” são majoritariamente a ela mesma dirigidos. Nesses discursos, a título de exemplo, por não apresentarem as novas credenciais de qualificação necessárias de inserção no mercado de trabalho atingidos pela liberação econômica, tais segmentos populacionais mostravam-se cada vez mais “incapazes” de responder pela sua própria sobrevivência, a qual deveria ser, em princípio, supridas pelos atributos do seu trabalho. (Pochmann 2003: 223).

Das pessoas que possuem outras fontes de renda destacam-se que 80% de outras fontes de renda vem da aposentadoria e pensão alimentícia, e outros 20% de doações, aluguéis, cooperativas, bicos.

Distribuição dos participantes das atividades e cursos da Casa da Solidariedade, por tipo de benefícios.

Tabela 13

Benefícios	%
Bolsa escola estadual	1
Bolsa família	39
Renda mínima	50
Renda cidadã	1
Peti	1
Agente jovem	1
Cesta básica	4
Vale gás	1
outro	2
Total	100%

Em relação aos benefícios sócioassistenciais e alguns também são conhecidos como “programas sócioassistenciais”⁴², 92% diz não possuir nenhum, enquanto apenas 8% diz possuir (com destaque para o bolsa família, e o renda mínima). É difícil constituir um perfil desses beneficiários, e constata-se que os benefícios recebidos compreendem somente a sua própria sobrevivência e, no máximo, de mais um membro da família. Segundo o olhar dos

⁴² *Agente Jovem, criado em dezembro de 2001, vinculado ao Ministério da Assistência Social, se dirige aos jovens entre 15-17 anos pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, pagando um benefício de R\$ 65; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, iniciado em 1996, mas que adquiriu um formato legal em outubro de 2001 (Portaria 458/2001, vinculado ao mesmo ministério, e que se destina às crianças e aos adolescentes entre sete e quatorze anos que se encontram trabalhando e pertençam às famílias com renda per capita até meio salário mínimo. O valor do benefício é de R\$ 25,00 na zona rural e R\$ 40,00 na zona urbana; Programa Bolsa-Escola, criado em 2001, vinculado ao Ministério da Educação, se destina às crianças e adolescentes entre seis e quinze anos de idade, pertencentes à famílias com renda per capita de até R\$ 90,00. O valor do benefício varia entre R\$ 15 e R\$ 45. Programa Bolsa-Alimentação, criado em 2001, vinculado ao Ministério da Saúde, se dirige às crianças de até seis anos de idade, às gestantes e nutrizes das famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O valor do benefício varia entre R\$ 15,00 e R\$ 45,00; o Programa Auxílio Gás, instituído em 2002, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, se dirige a todas as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo entre outros. (Pochmann 2003-91).*

beneficiários, estes benefícios significam apenas um assistencialismo básico, apenas como uma complementação de renda, ou às vezes a única renda da família. Verifica-se também:

“que o programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) está integralmente contido no Programa Bolsa-escola que parte dos Programas Agente Jovem e Bolsa Alimentação esteja contido no programa bolsa escola, mas que cada programa exceto Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação, pratique diferentes valores de benefícios, e, assim observar que os programas são concorrentes, elevando desta forma o custo meio.

O diagnóstico percebido nestas condições é de que os trabalhadores são maioria entre os pobres em São Paulo e conseqüentemente no Brasil, ou seja, quem trabalha ou procura emprego em São Paulo nos últimos anos empobreceu. Por outro lado, as pessoas inativas ou que são beneficiárias de algum dos programas sociais existentes (aposentados, beneficiários da previdência, crianças no bolsa família e outros), que estejam vinculadas à previdência social, conseguiram em tempos atrás se proteger mais que aquelas pessoas que estão na ativa. É importante dizer aqui que podem ser consideradas pobres as pessoas que ganham menos de um salário mínimo por mês conforme gráfico a seguir:

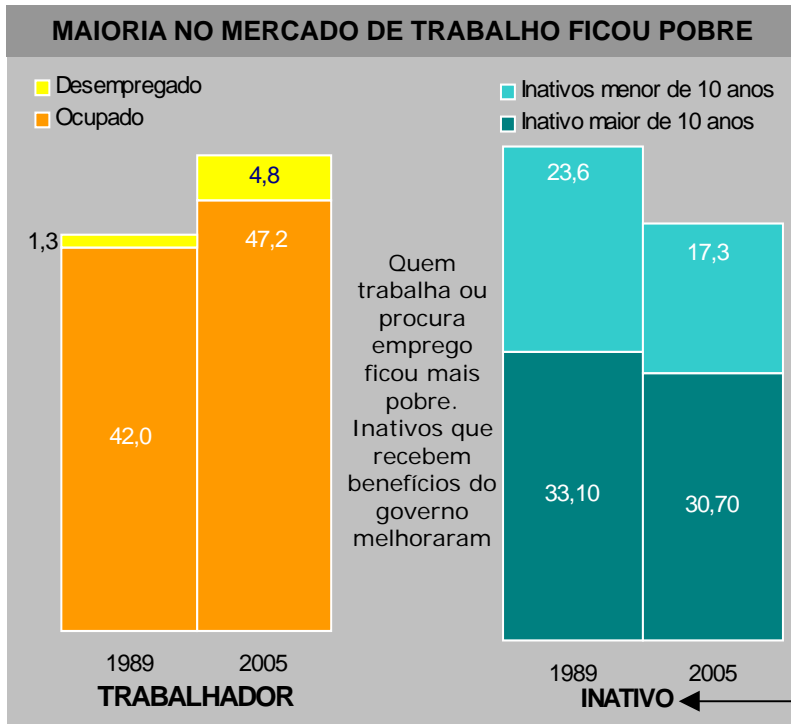
No início dos anos 1990, os inativos pobres eram maioria: 56,7% do total dos pobres no país. Hoje são minoria: 48%.

Em relação ao público trabalhador, foi ao contrário: a participação relativa na população pobre subiu muito:

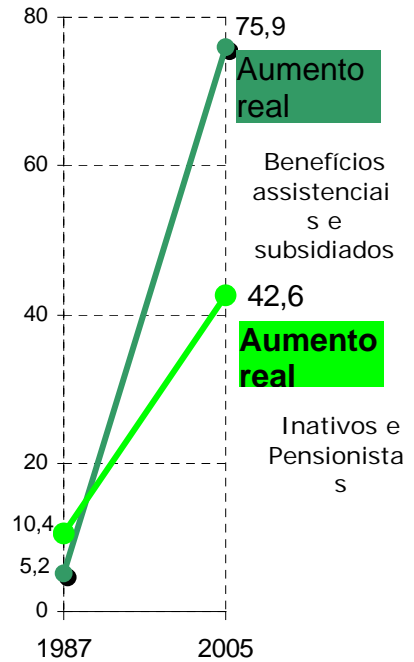
“de 43% para 52%, sobretudo entre os desempregados”.

METAMORFOSE DA POBREZA NO BRASIL – Gráfico 5

% do total que recebe até meio salário mínimo, segundo a condição de atividade



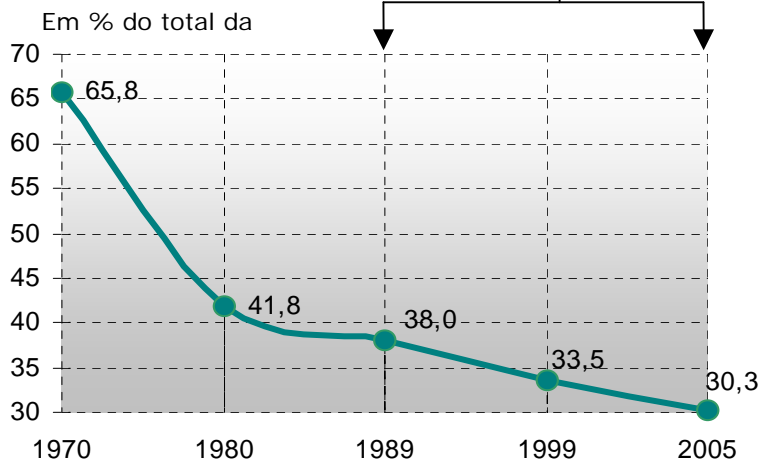
Crescem gastos com benefícios sociais
Em R\$ bilhões



(a) Benefícios do INSS de 1SM, benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), Renda Mensal Vitalícia, Seguro-Desemprego e

Fontes: IBGE (Pnad), elaboração Marcio Pochmann e STN, elaboração Raul Velloso

Pobreza diminui



Constata-se nesse aspecto que o empobrecimento da população ativa deve-se a vários fatores, no entanto alguns foram fundamentais principalmente: pelo baixo crescimento econômico nos últimos anos, pelo aumento do desemprego e pela precarização do mercado de trabalho, ou ainda, o trabalhador hoje empobrece constantemente por não poder suprir necessidades básicas no seu cotidiano:

as necessidades básicas de uma pessoa ou de uma família dependem de seis fontes de bem estar: a) a renda corrente; b) os direitos de acesso a serviços ou bens governamentais de caráter gratuito (ou subsidiados). c) a propriedade, os direitos de uso de ativos que proporcionam serviços de consumo básico (patrimônio básico

acumulado); d) os níveis educativos, as habilidades e destrezas, entendido não com obtenção de ingressos, mas como expressões de capacidade de entender e fazer; e) o tempo disponível para a educação, a recreação, o descanso, e para os trabalhos domésticos; e f) os ativos básicos ou a capacidade de endividamento da família. Isto para entender que não bastam os métodos utilizados pelos técnicos dos organismos e que outros complementares são necessários. (Wanderley, 2000: 209-210).

O aumento da pobreza entre as pessoas ativas no mercado de trabalho pode ser explicado na medida em que se voltar atrás e verificar que a taxa de desemprego no maior mercado de trabalho do país, a cidade de São Paulo, subiu de 8% para 16%, tendo batido em 20% no final dos anos 1990, ou seja, nesse período o rendimento médio de quem ficou no mercado de trabalho ocupado caiu um terço. A atual crise estrutural do mercado de trabalho faz com que os trabalhadores aceitem salários mais baixos e vagas precárias, o que de certa forma explica o empobrecimento das pessoas ativas. Não há dúvida de que o desemprego afetou negativamente a inserção socioeconômica dos trabalhadores, ao limitar as possibilidades ocupacionais e de elevação no nível de renda; entretanto:

a própria experiência continuada de vida urbana sob condições de redemocratização possibilitou uma crescente organização social e uma maior pressão sobre o Estado que este equacionasse os graves problemas sociais existentes. É neste contexto que o comportamento do mercado de trabalho e seus efeitos sobre as condições de pobreza devem ser entendidos. (Andrade Baltar e Salvadori Dedecca 1997: 91).

Em relação a questão do consumo o trabalhador vive atualmente um grande paradoxo, como consumir se está ficando cada vez mais pobre, não tem renda e nem trabalho assalariado. Já é de conhecimento de todos os trabalhadores que o objetivo final do desemprego é a “morte” do trabalhador. Levando em consideração que o desemprego exclui o trabalhador de seus direitos básicos de sobrevivência, tais como moradia (ou paga pelo aluguel ou é despejado), saúde (ou tem plano de saúde, tem dinheiro, ou morre), e renda (ou tem renda para consumir ou não é

considerado gente), o problema só se agrava na medida em que somos obrigados a conviver com a triste contradição de uma sociedade que, ao mesmo tempo, prega o consumo desenfreado, não propõe projeto algum de emprego para que as pessoas consigam renda, sobrevivam e conseqüentemente consumam. Consumir, consumir e consumir, esse é o lema principal da sociedade capitalista-consumista em que vivemos, o trabalhador é obrigado a engolir diariamente, através dos meios de comunicação, uma cultura de consumo desenfreada. O que faz com que o trabalhador, além de conviver com o drama do desemprego, sinta-se obrigado a não ser gente em nossa sociedade, mesmo porque hoje somos valorizados pelo que temos e por aquilo que consumimos, ou seja, pelo que temos e não pelo que somos. Para que o trabalhador seja reconhecido por um determinado grupo social, é necessário que ele tenha um determinado padrão de consumo desejado e exigido pelo grupo. Uma velha frase encaixa-se muito bem nesse contexto: **“digas o que consumes, e direi quem tu és”**. Como diz Jung Mo Sung, *“o desejo de consumo é uma das marcas fundamentais da nossa cultura”*. Consumo, logo existo! Ou, você é o que consome; são expressões que explicam e explicitam a vivência dessa cultura no cotidiano dos trabalhadores.

No contexto do trabalhador desempregado o problema torna-se mais grave. Como consumir, como superar a experiência de não se sentir gente, mesmo porque quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, quanto mais valores criam tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador. Parece tão claro, e ao mesmo tempo tão obscuro e contraditório, que produtor e consumidor estão separados, pois não temos a mínima idéia de quem vai consumir aquilo que se produz, quando se consegue produzir. O trabalhador não detém, não possui, não domina os meios-de-produção e ainda sente-se “obrigado” a consumir, obrigado por que? Consumo, logo existo! A dignidade do trabalhador empregado ou desempregado é avaliada e julgada por esta frase.

Cada vez mais se torna mais claro que o mundo além de ser domesticado pela submissão ao trabalho, pelo desemprego, torna os trabalhadores ainda mais escravos do consumismo. Os trabalhadores se tornam robôs, sem poder de decisão sobre o mundo em que trabalham e principalmente sobre aquilo que consomem.

Penso que ser solidário é algo que está imerso no coração de qualquer militante, e pode vir a luz de que a prática da solidariedade também não é algo natural e muito simples, o que certamente exige muito de cada pessoa. Uma das metas fundamentais propostas nos objetivos da Casa é trabalhar a recuperação da auto-estima das pessoas, principalmente dos trabalhadores desempregados desvinculados da capacidade de consumo, ou seja, ajudar estas pessoas a perceber que são portadoras de dignidade indiferentemente do que consomem.

3.8 Alfabetização e Ensino

Dos entrevistados 90% se consideram alfabetizados, nesse caso sabem ler e escrever, outros 10% se consideram analfabetos; desses últimos cerca de 90% estão participando do Programa de Alfabetização de Adultos desenvolvido pela Casa da Solidariedade.

Segundo dados, observa-se que, nos anos 1990 e 2000 no emprego formal houve melhora do ponto de vista do avanço da escolaridade, no entanto:

Em geral, o aumento dos índices de escolaridade não aponta necessariamente para a existência de requisitos adicionais no conteúdo dos postos de trabalho, mas possivelmente para a demanda insuficiente de trabalho por parte das empresas. Com o maior desemprego, os empresários terminam por privilegiar a contratação sobretudo dos trabalhadores escolarizados, independentemente de haver mudanças no conteúdo do posto de trabalho. (Pochmann 2001. 63).

Por outro lado, pude perceber também que a taxa de desemprego tem sido mais expressiva para as pessoas com escolaridade entre 4 e 7 anos, do que para aqueles trabalhadores que tem apenas 2 ou 3 anos de estudo.

Eu estou concluindo minha faculdade até consigo emprego mais normalmente nunca é na área em que estou me formando, além disso sempre é uma remuneração muito baixa para que eu faço hoje não precisaria uma faculdade, com o segundo grau completo já poderia trabalhar naquilo que encontro, mais o caminho é esse tenho que ir trabalhando naquilo que aparece para buscar algo que seja na minha área. (Tatiane Santos Perna – 22 anos).

Isso deixa entender que muitos estão empregados simplesmente para sobreviver, e que são poucos os postos de trabalhos de pouca qualidade tecnológica e que assegurem benefícios básicos aos trabalhadores. Nota-se, portanto, que as pessoas com mais de 8 anos de estudos hoje tendem a ter mais dificuldades de encontrarem emprego, ou seja, isso pode caracterizar-se como um “desemprego intelectual” maior do que a empregabilidade da mão-de-obra com baixa qualificação.

Apesar de ter havido melhorias no ensino brasileiro e aumento no número de vagas em escolas e universidades, constatei que essas melhorias nem sempre contribuíram na vida do trabalhador, assim como no crescimento econômico. Observei principalmente nos jovens entrevistados que o investimento na melhoria da escolaridade é importante, mas pode não ser insuficiente. Um jovem me disse:

se quisermos ter uma economia mais competitiva, não há dúvidas de que temos que investir mais e melhor na escolarização. Mas isso não é garantia de que, onde quer que você esteja, vai achar emprego. (Alessandro de Araújo 24 anos).

Além disso, nem sempre a escola pública é sinônima de gratuidade. Várias dificuldades dentro de São Paulo foram apresentadas inclusive para estudar em escolas públicas: o aluno precisa de renda para se locomover, comprar materiais para uso diário, consultar livros, pesquisar; além de ter condições dignas, isto é, não ser discriminado pela sua aparência, cor,

origem etc. Isso quer dizer que os problemas da educação e principalmente do ensino público e gratuito vão além do ambiente educacional localizado, pois para um bom aprendizado outros elementos devem ser superados tais como: fome, falta de estímulos, desemprego, violência, desestruturação familiar. Esses fatores condicionam o desenvolvimento dos estudantes. Se a escola não dialoga com a comunidade onde está inserida, com os vários atores locais, poder local e cultural, neste contexto tem pouco a oferecer.

Constatei que os jovens hoje são mais escolarizados do que seus pais, mas que não encontram trabalho; isso se deve também à ausência de indústrias que no passado existiam e que hoje sumiram.

As pessoas que não estão estudando entre alfabetizados e não alfabetizados giram em torno de 65% que não estuda atualmente e 35% estuda. Os motivos alegados pelas pessoas que não estudam atualmente são diversos: questão financeira; idade avançada; o pai na agricultura dizia que para trabalhar na lavoura não precisava estudar; nunca estudou e hoje se sente desmotivada; sempre precisou trabalhar muito e faltava tempo; por causa do trabalho, mas pretende retornar; por não ter onde e com quem deixar os filhos; faz curso profissionalizante porque pensa ser mais útil; trabalhar e estudar ao mesmo tempo é muito difícil; falta coragem; problemas de saúde, porque está desempregada; desanimada, por pensar que na atual conjuntura o ensino médio não é suficiente mesmo porque muitas pessoas com ensino superior estão desempregadas; faltava incentivo com a participação na cooperativa de eletricidade vai voltar a estudar; por pensar que agora é muito tarde; falta de escolas gratuitas; descuido e desatenção.

A falta de tempo, a questão financeira e a questão da idade são os principais fatores desmotivantes atuais para que as pessoas não estudem.

Apesar de a Casa da Solidariedade ter feito um esforço grande em incluir atividades voltadas à aquisição ou a ampliação da escolaridade, formação da cidadania e atividades de interesse

coletivo, o problema da escolaridade e da capacitação ainda é um grande desafio, pois nos depoimentos podemos perceber claramente o descontentamento do ensino e da profissionalização oferecido pelo Estado:

Além dos cursos de formação de curta e média durações realizados por institutos setoriais, cabe ao governo a difusão de cursos técnicos de longa duração (escolas federais, estaduais e universidades), compatíveis com o sentido do desenvolvimento de uma economia tradicional. (Pochmann 2001. 137).

Distribuição dos participantes das atividades e cursos da Casa da Solidariedade alfabetizados, por Escolaridade.

Tabela 14

Escolaridade	%
Segunda série do ensino fundamental	3
Terceira série do ensino fundamental	5
Quarta série do ensino fundamental	13
Quinta série do ensino fundamental	8
Sexta série do ensino fundamental	9
Sétima série do ensino fundamental	11
Oitava série do ensino fundamental	6
Primeira série do ensino médio	5
Segunda série do ensino médio	11
Terceira série do ensino médio	26
Superior incompleto	2
Superior completo	1
Total	100%

Como podemos observar os indicativos mostram que estamos diante de um processo bastante complexo, pois relação à série atual ou concluída o grupo é bastante diversificado, conforme tabela se verifica na tabela:

O compromisso de manter os filhos na escola ou até mesma a própria pessoa continuar estudando é uma contrapartida considerada importante por parte dos entrevistados.

Eu sei que o estudo é importante, para as pessoas que tem estudo já está difícil de conseguir emprego imagine para mim que tenho apenas a quarta serie, mas as vezes apesar de estar desempregada falta tempo, dinheiro e coragem para voltar a estudar sem contar que devemos dar prioridade para que os mais novos estudem e se todo mundo da família forem estudar fica muito doçil. (Rute E. da Silva Oliveira – 39 anos).

Mais do que isto, as pessoas acreditam que é através da educação que os jovens e adultos conseguirão se automatizar, e quem sabe até reingressar no mercado formal de trabalho, rompendo com a trajetória de pobreza e desemprego em que vivem.

Por outro lado, constatei que apesar de ter um bom número de pessoas com o ensino médio concluído, o perfil de escolaridade da população em idade ativa é precário. Há alta proporção de pessoas com baixo grau de instrução e mesmo nos poucos entrevistados com empregos formais, verifica-se uma predominância de pessoas pouco instruídas e que não ascendem na escala salarial. A situação só não é mais grave porque, nos últimos anos houve um aumento de postos de trabalho que não exigem maior nível de instrução e especialização profissional, o que conseqüentemente gera um baixo salário dos trabalhadores.

No entanto, percebo que as instituições voltadas à formação e a qualificação profissional principalmente dos trabalhadores desempregados atuam de maneira descompassada. Em São Paulo por exemplo, o modelo de formação profissional tem sua base organizacional e financeira distintas uma da outra, o que faz com que não haja articulação.

3.9 Acesso à Casa e atividades oferecidas

Distribuição dos participantes das atividades e cursos da Casa da Solidariedade, através de quem conheceu ou teve acesso a Casa da solidariedade.

Tabela 15

Tomou conhecimento da Casa	%
Indicação de amigos	53
Indicação de parentes	22
Indicação de vizinhos	4
Igreja	12
Outro	9
Total	100%

Dos seis itens perguntados em relação a distribuição das atividades assim como o grau de importância dos mesmos na vida das pessoas (vagas de emprego, cursos, formação religiosa e cidadã, convivência, alternativas coletivas para buscar emprego e recuperação da auto-estima), e o entrevistado poderia assinalar quantas opções quisesse (Não foi possível elaborar a tabela neste item porque poderia responder mais de uma questão) a maioria foi unânime que todos são importantes, No entanto, destacam-se: a recuperação da auto-estima com 80%, cursos 75%, vagas de emprego 32%, formação religiosa e cidadã 43%, 45% pensam ser importante à convivência, e 37% citaram a opção alternativas coletivas para buscar emprego. Além dessas questões, alguns comentários importantes foram abordados pelos entrevistados como por exemplo: a Casa ajuda as pessoas que não têm condições; recuperação da auto-estima; à convivência sempre ajuda muito assim como as vagas de empregos e o encaminhamento das pessoas; as aulas de cidadania; as manifestações coletivas por emprego; encaminhamento dos filhos para os cursos; o processo inicial de recuperação do ser humano

para dar prosseguimento para outro estágio; ocupar-se com algo por exemplo fazer artesanato e participar da cooperativa; a Casa acolhe todas as pessoas que a procuram; muitas oportunidades de formação e capacitação oferecidas; é importante que a Casa expanda mais seu trabalho, por exemplo nas escolas; a coordenação da Casa é muito boa, identificada com o trabalho; o conhecimento de outras pessoas e as dificuldades em comum encontradas; a oportunidade de ajudar outras pessoas através da costura e do artesanato; a descoberta dos direitos e dos deveres na sociedade; as palestras de formação abrem a cabeça das pessoas; as pessoas transmitem força de vontade para quem está desanimado frente à questão de desemprego; com a solidariedade aprende-se ser mais humano; o aprendizado na culinária; a oportunidade de estudar e aprender; a qualidade dos produtos da cooperativa é muito boa; não se sente só para buscar emprego; a Casa está aberta para o diálogo para abrir caminhos e para voltar a ter uma profissão, a casa me ajudou, pois, consegui mudar muita coisa em mim por exemplo ajudar o próximo e ser solidária; a abertura para falar sobre os direitos do cidadão.

Do conjunto dos cursos e das atividades oferecidas pela Casa da Solidariedade revelou-se a grande satisfação, pois, um grande percentual afirmou que ter participado dos cursos e das atividades melhorou o seu relacionamento familiar e com vizinhos, tiveram uma compreensão melhor das causas do desemprego, dos problemas existentes na comunidade e nos seu bairro, muitos voltaram a estudar e por fim aprenderam muitas coisas novas.

No entanto, pude perceber que o valor maior da Casa da Solidariedade é a pedagogia da “economia solidária”⁴³, pois, esta tem o potencial, juntamente com os trabalhadores desempregados, de ajudar a criar novamente a consciência de que é preciso construir uma sociedade que tenha várias economias, porque a economia de mercado não precisa necessariamente estar abafando as outras economias. O trabalho da Casa busca mostrar que o

⁴³Para conhecer melhor o trabalho, a metodologia da Economia solidária e conseqüentemente sua pedagogia, pode-se consultar o livro “Introdução a Economia solidária”. (SINGER, Paul. Editora Fundação Perseu Abramo).

trabalho por ser regido por outra lógica que não a competitividade, mas da lógica da solidariedade.

Na pesquisa, constatei que um outro aspecto é importante salientar: o aspecto pedagógico. Ao ingressar em qualquer atividade ou curso oferecidos pela Casa as pessoas chegam com uma carga de exclusão muito grande e a auto-estima muito baixa. A Casa como já salientado ao mesmo tempo em que trabalha os objetivos econômicos (como conseguir um emprego para essas pessoas), tem o foco principal voltado principalmente para as questões humanas (como fazer com que as pessoas falem, recuperem a auto-estima). Vejo neste sentido que é o resgate da pessoa. A Casa realiza um trabalho pedagógico, de educação recuperadora.

A gente se sente muito bem aqui na Casa por que as pessoas chegam muito desanimadas e abatidas por vários motivos, não só eu mais percebo nas pessoas que elas se recuperam aqui sentem-se valorizadas e encontram condições de aprender e se formar. Foi através desta Casa que consegui mudar muita coisa em mim. Por exemplo: saber ajudar ao próximo, trabalhar em grupos e o mais importante ser solidária. (Rosileide Soares Longo – 25 anos).

A recuperação da auto-estima, num primeiro momento é enfocada como sendo mais importante do que as vagas de emprego, e isso sinaliza que estar bem é o primeiro passo para buscar novamente e retornar ao qualquer tipo de emprego ou ocupação.

3.10 Ofertas de Cursos

Nos três itens pesquisados a seguir não foi possível elaborar uma tabela exata devido o interesse do entrevistado ter participado, estar participante ou em fazer mais de um curso, ou participar em mais atividades oferecidas pela Casa. No entanto, podemos perceber que se destacam o interesse maior pelos cursos de informática e inglês e espanhol.

1% alfabetização, artesanato e pintura 10%, 2% atendimento psicológico, cooperativas 12%, corte e costura 7%, doces e salgados 10%, eletricidade 7%, curso bíblico 1%, fonoaudiologia 0%, informática 40%, inglês e espanhol 37%, orientação jurídica 1%, Pastoral Operária 6%, previdência social 1%, coleta seletiva 1%, reforço escolar 3%, trabalhos domésticos 0%, tricô e crochê, 10% e não souberam quais cursos pretendiam fazer 3%.

Em muitos casos, é a primeira vez que a pessoa participa de um curso, e conseqüentemente, consegue obter algo que lhe é de direito. Mais, direito este que sempre lhes foi negado, chega-lhes as mãos, ajudando-lhes a olhar o seu entorno, resgatar sua auto-estima, fortalecer sua cidadania e enxergar um horizonte de possibilidades.

Destaca-se nestes itens a perspectiva em estudar informática, inglês e espanhol. O interesse pelos três itens se dá pelo fato de atender as exigências do mercado e de trabalho, e à percepção de que existe um novo tipo de analfabetismo imposto pela mudança técnica e informacional.

Em geral, as perspectivas dos estudos realizados tendem a fazer maior referência às possibilidades de expansão das ocupações profissionais que utilizam maior informação das atividades multifuncionais, sobretudo aquelas sustentadas por exigências crescentes de mais escolaridade e qualificação profissional. Nesse sentido, os perfis ocupacionais para o início do próximo século tenderiam a estar associados diretamente à crescente capacitação tecnológica. (Pochmann 2001-51).

O indício é que isso se deve às mudanças marcadas por maior insegurança e competição. Esses novos conhecimentos com um novo idioma e tecnológicos podem ser associados às exigências empresariais de contratação de empregados que sejam polivalentes, e com maior capacidade motivadora no exercício do trabalho.

Esses requisitos são exigidos hoje pelo mercado de trabalho para o ingresso e a permanência.

Diante desse diagnóstico se explica uma procura maior pelos cursos de informática e inglês. A

formação e o constante aperfeiçoamento profissional surge como uma alternativa mas ainda é muito pouco diante do avanço de desemprego.

3.11 Participação nos Cursos

Destacam-se neste item os cursos de informática, inglês e espanhol seguido da participação nas cooperativas e na alfabetização de adultos, confirmando o indício do anterior, ou seja a procura é maior pelas exigências do mercado de trabalho atualmente.

Alfabetização 15%, artesanato e pintura 3%, atendimento psicológico 0%, participando em cooperativas 16%, corte e costura 5%, doces e salgados 2%, eletricidade 30%, curso bíblico 1%, fonoaudiologia 0%, informática 40%, inglês e espanhol 3%, orientação jurídica 1%, Pastoral Operária 4%, previdência social 0%, coleta seletiva 0%, reforço escolar 0%, trabalhos domésticos 0%, tricô e crochê 9%.

Da mesma forma, nos cursos de capacitação e aprendizagem que os entrevistados estão participando atualmente, que são de utilidade coletiva, o principal objetivo é fazer com que os mesmos tragam oportunidades de geração de renda, bem como de atuação junto à comunidade, fortalecendo a relação indivíduo-comunidade.

Tudo que é oferecido na Casa é muito importante, por que a gente ao somente estuda aqui, se capacita mais também pode confiar nas pessoas por que as pessoas acabam se conhecendo melhor e se integrando melhor eu por exemplo não compro mais muitas coisas fora só compro aqui os doces e salgados da cooperativa são muito bom, por que os produtos são de qualidade e conhecemos quem os prepara”.

(Lídia Bitencourt de Almeida – 56 anos).

Vejo ser importante à relação entre desemprego e a falta de qualificação do trabalhador. Existe de fato uma população de baixa escolaridade que, na maioria dos casos, não apresenta qualificação formal adequada para as funções e atividades produtivas que eventualmente

venham a exercer. No entanto, é preciso ressaltar que os cursos de qualificação profissional não são políticas de geração de emprego: esse discurso da falta de educação subsidiou as explicações para responder à crise do emprego, mesmo porque muitas pessoas que tem estudo se encontram desempregadas. As pessoas são colocadas como responsáveis por não terem qualificação, nem escolaridade, ao mesmo tempo em que se tirou a responsabilidade da sociedade e do Estado. Essa é a maneira mais fácil de fugir das causas centrais do problema, ao atribuir as pessoas o sucesso no mercado de trabalho apenas por seus anos de escolaridade é negar as relações sociais de produção. O emprego e o salário não dependem do trabalhador, mas da conjuntura econômica do país e do mundo, que tem como fim principal, no sistema capitalista, a geração de riquezas; isso é reforçado na pesquisa, que aponta os maiores índices de desemprego entre a população com maior escolaridade e maior experiência profissional.

3.12 Cursos e atividades realizados

Alfabetização 3%, artesanato e pintura 5%, atendimento psicológico 0%, cooperativas 2%, corte e costura 1%, doces e salgados 2%, eletricidade 2%, curso bíblico 0%, fonoaudiologia 0%, informática 5%, inglês e espanhol 3%, orientação jurídica 1%, Pastoral Operária 1%, previdência social 0%, coleta seletiva 0%, reforço escolar 1%, trabalhos domésticos 2%, tricô e crochê 4%.

Alguns sugeriram que seria útil ter outros cursos como: culinária, hidráulica, eletricidade (que deveria ter um tempo maior), encanador, construção civil. Além disso, formar um grupo de jovens e aumentar o número de voluntários, assim como um grupo permanente de trabalhadoras domésticas (o que já está acontecendo).

O curso de eletricidade deveria ser mais tempo (Fernando Numes da Silva – 31 anos).

O que poderia ter também é um curso de encanador, eu gostaria muito por que para encanador hoje tem bastante serviço (Guilhermino Fernando do Nascimento – 39 anos).

Seria importante ter alguma profissionalização da área da construção civil e hidráulica (Reinaldo Antonio da Silva – 42 anos).

A avaliação dos cursos e atividades oferecidas pela Casa da Solidariedade aos beneficiários revela a satisfação dos trabalhadores, pois as melhorias na sua maioria vêm em vários aspectos alcançando uma melhora na sua compreensão dos problemas do bairro e da sociedade. Afirmaram que ter participado das atividades melhorou no relacionamento familiar e com os vizinhos, muitos voltaram a estudar e para uma parcela expressiva contribuiu até mesmo para encontrar um trabalho.

A avaliação no curso participado é muito positiva. Para além da boa avaliação recebida tanto pelas atividades como para os cursos, o interessante é perceber que os beneficiários acreditam que a atividade teve impacto direto em suas vidas cotidianas, mesmo porque a maioria gostaria de continuar participando em outro curso ou atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa avaliação do conjunto da dinâmica e das atividades da Casa, destaco alguns de seus pontos fortes e pontos fracos. Com referência aos *pontos fortes*, a Casa consegue se organizar em suas atividades através de diversas instâncias de direção e execução. Devem ser assinalados: a Assembléia Geral dos associados, que é a instância máxima, soberana, onde são discutidas e votadas todas as iniciativas e questões; a Diretoria e Conselho Fiscal; a coordenação Ampliada, composta pelas equipes completas de casa Área (integrada por agentes profissionalizados e voluntários, aqui incluídos alguns membros da Diretoria e associados); a coordenação executiva composta pelas equipes responsáveis de cada área.

A Casa da Solidariedade iniciou um novo processo de gestão a partir do Seminário em Dezembro de 2005, buscando maior organização de suas atividades e inserção de atores responsáveis por cada área, possibilitando com isso um maior desempenho em suas atividades, almejando através de seu quadro de metas desenvolver uma ação mais abrangente, no sentido de incluir agentes participativos. Os membros efetivos da Casa buscam, por meio de formação permanente, aprofundarem seus conhecimentos nas áreas específicas, o que gera um melhor resultado nos trabalhos desenvolvidos. A Casa também obteve parcerias significativas que possibilitaram a manutenção das atividades, mesmo tendo redução financeira em outros projetos.

Através de parcerias, a Casa conseguiu manter suas atividades propostas no projeto, e vem sinalizando propostas de novas parcerias, além de consolidando a rede com outros grupos que formam o Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados.

Com referência aos *pontos fracos*, a Casa cumpre o seu papel de denunciar as injustiças que ocorrem no mundo do trabalho, porém o protagonismo dos desempregados ainda é fraco. E considerando o alto nível de rotatividade, ela é obrigada a ter passos lentos e repetitivos na

organização dos desempregados, principalmente para a sua participação no Fórum de Luta dos Trabalhadores Desempregados. O motivo mais concreto para essa limitação está na dificuldade financeira para o transporte, que impede os desempregados até para a sua participação na luta por melhores condições de vida.

Um ponto fundamental está na “missão da casa da Solidariedade”, pois, no horizonte da Casa da está colocado o objetivo maior de ver instaurada uma sociedade igualitária, justa, democrática, fraterna, sem exploradores nem explorados;

Entende-se nesse trabalho que, no processo de construção dessa sociedade, é preciso:

- que a classe trabalhadora seja protagonista, sujeito desse processo de transformação, assumindo de fato o comando;
- intensificar o trabalho de mobilização, formação e conscientização da classe trabalhadora;
- retomar e fortalecer o trabalho de base;
- criar, ampliar e consolidar os movimentos sociais;
- unificar as lutas sociais populares;
- resgatar os princípios éticos fundamentais da classe trabalhadora.

Vale lembrar que o compromisso principal é: **Acolher** e também buscar, ir ao encontro, **Formar e Organizar** os trabalhadores e trabalhadoras, promovendo e incentivando o seu envolvimento nos movimentos sociais populares, engajando-se nas lutas para a transformação da sociedade.

Em relação aos cursos e outras atividades, pude perceber alguns limites com relação ao diagnóstico do histórico ocupacional e do nível de expectativa do beneficiário. Penso que o funcionamento deveria ser confrontado com a capacitação oferecida e o diagnóstico mais preciso das potencialidades locais, indicando novas áreas de capacitação. Sob esta perspectiva, seria muito importante também que o projeto estabelecesse uma melhor articulação com o desafio da elevação da escolaridade, tanto no que diz respeito à

alfabetização quanto à educação para jovens e adultos. É importante que o diagnóstico, o encaminhamento, o acompanhamento e a orientação focada nestas questões sejam trabalhadas de forma contínua, aprofundadas e articuladas.

Pude encontrar entre os jovens investigados na pesquisa um interesse intenso pelas questões relativas ao trabalho e uma enorme preocupação com o desemprego. As manifestações destes conferem centralidade ao trabalho, situando-o acima de referências e valores culturais e sociais, como relacionamento amoroso, família, religião, sexualidade, Aids, drogas, violência e esporte. Todavia, esses dados não podem ser tomados homogeneamente, pois o sentimento de impotência diante do desemprego é sentido mais pelos jovens de baixa renda, com menor escolaridade.

Embora a educação não tenha ocupado posição tão destacada quanto o trabalho no conjunto de interesses e preocupações dos jovens pesquisados, é importante ressaltar que, como valor, ela se ombreia ao trabalho. É possível que isso se deva ao fato de que, apesar de tudo, a educação está mais “disponível” que o trabalho. No entanto, a educação ocupa uma posição ambígua nesse contexto. De um lado, é exaltada pelas contribuições que poderia oferecer para a constituição de sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais igualitárias e mais democráticas e, de outro, especialmente em São Paulo, por não estar em condições de assegurar à população em geral o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos que poderiam garantir-lhe os benefícios decorrentes de sua pertença à sociedade. No caso brasileiro, esse questionamento se dá predominantemente em relação à educação pública e, portanto, à ação do Estado. Por esse motivo, assistiu-se, no país, especialmente a partir de 1990, a adoção de medidas que, segundo o discurso corrente, oficial ou não, tinham por objetivo superar as deficiências historicamente constatadas, mas só recentemente admitidas e assumidas e, ao mesmo tempo, elevar o nível de qualidade da educação pública.

Na pesquisa, notei que as atividades existentes na Casa da Solidariedade representam para a maioria a possibilidade, através de cursos e programas oferecidos, de os utilizarem como ferramenta para criação de emancipação, autonomização do indivíduo e de combate à dura realidade sistêmica de desemprego. Os indicadores acima de quais cursos a pessoa pretende fazer dão clara evidência que, além da busca de uma capacitação melhor, o processo de resgate da auto-estima, o fortalecimento da cidadania e dos direitos das pessoas que participam dos cursos tem sido destacados em todas as entrevistas.

A qualificação profissional no Brasil é bastante associada a escolas técnicas mantidas pelo Estado. Nesse caso, a Casa da Solidariedade pode ser considerada um projeto menor, que de certa forma se propõem a sanar o problema da falta de qualificação dos trabalhadores e auxiliar no combate ao desemprego.

A qualificação profissional tem suas especificidades que devem ser consideradas, mas um pressuposto é não abrir mão da escolaridade de base, que também acaba tendo repercussões no âmbito profissional. Não se pode pensar em uma política de educação profissional sem resolver o problema do analfabetismo e da baixa escolaridade entre os trabalhadores. Essa preocupação com a educação, no seu sentido mais amplo, deve estar presente nas diretrizes que orientam a prática escolar. Toda educação, profissionalizante ou não, deve trabalhar com o conceito de cidadania, desenvolver valores, ou seja, todo projeto definido como educacional deve ir muito além da preparação para o trabalho. A preocupação com a educação básica também se justifica, porém, com outros argumentos: já é quase consensual a idéia de que, hoje, uma boa base de educação geral é a melhor qualificação. Isto porque, no mundo atual, em que a tecnologia impõe mudanças constantes nos processos produtivos, demanda-se do trabalhador a capacidade de se ajustar rapidamente a essas mudanças.

Nesse contexto, existem diferentes pontos de vista também com relação às prioridades que devem ser estabelecidas para o ensino profissional. A rede de educação profissional deve

garantir a formação de uma educação sólida em determinadas áreas ocupacionais, como mecânica, informática, telecomunicações, que tendem a se consolidar ou já estão consolidadas.

Destaca-se nessa avaliação positiva a aquisição de saberes relevantes para a vida econômica, e melhora da auto-estima e a expansão das percepções sobre direitos e deveres na vida econômica, social e política. Outros ainda destacam o fato de as atividades incentivarem a volta aos estudos regulares e a colaboração para a obtenção de um emprego ou uma ocupação. Porém esses são impactos diretos avaliados pelos participantes, pois é difícil uma avaliação dos impactos indiretos, mesmo porque as pessoas entrevistadas fazem parte diretamente do projeto.

Diante desse quadro as avaliações são limitadas. Sabe-se que se obteve sucesso em vários aspectos, mas não se pode afirmar com certeza que esse tipo de trabalho exercido pela Casa da Solidariedade pode reverter a ordem direta do desemprego. Sabe-se ademais que as atividades da Casa não são suficientes para promover uma queda significativa de desempregados, pois trata-se de uma intervenção local.

Por outro lado, apesar da capacidade e da impotência, pude perceber que um dos princípios do projeto é o de garantir o acesso das pessoas desempregadas e de baixa renda a um direito universal, à educação e qualificação profissional. Sabe-se que crianças, adolescentes e jovens, em situação de pobreza e desemprego, acabam abandonando a escola para ajudar sua família na complementação da renda.

Alguns obstáculos são visíveis:

- A cultura do individualismo que impera na sociedade;
- A dificuldade na articulação com outros movimentos de trabalhadores desempregados que têm cultura, ideologia ou /e atuação diferente;

- A necessidade de manter grupos que participem do processo de formação continuada e se engajem na luta permanente dos movimentos sociais;
- A superação das necessidades imediatas;
- A obtenção da sustentabilidade.

Finalizando, situo algumas perspectivas para o futuro, como propostas para o fortalecimento da Casa:

- Efetivar uma melhor formação no que diz respeito à cultura de participação coletiva e democrática entre os trabalhadores, sobretudo entre os jovens e as mulheres, através dos recursos audiovisuais e material pedagógico que o projeto possibilitou a aquisição.
- Efetivar a inserção das cooperativas no mercado com clientes regulares;
- Aumentar o número de participantes nas cooperativas, alocando-os dos grupos de cursos e outras atividades.
- Buscar o envolvimento geral dos frequentadores da Casa nos movimentos sociais.

Estou ciente dos limites desta dissertação, no sentido de que se faz necessário aprofundar o conhecimento da temática selecionada, bem como explorar outros aspectos do objeto de estudo para alcançar uma visão mais ampla do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (2002), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

ANTUNES, Ricardo (1997), “*Mundo do trabalho, precarização e desemprego*”. Em: MARQUES, Rosa Maria (org). *Mercado de trabalho e estabilização*. Cadernos Puc Economia. São Paulo: Educ.

AJZENBERG, Elza (1999), *Paulo Evaristo Arns; Pastor do pobres, Cardeal da Igreja*. São Paulo: Loyola.

ASMANN, Hugo e MO SUNG, Jung (2001), *Competência e Sensibilidade Solidária; Educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade e DEDECCA, Cláudio Salvadori (1997). *Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil*. In: *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Edições Sociais LTDA.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade e PRONI, Marcelo Weishaupt (1997). *Sobre o regime do trabalho no Brasil: rotatividade de mão de obra, emprego formal e estrutura familiar*. Em: *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Edições Sociais LTDA.

BAUMAN, Zygmunt (1999), *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BECK, Ulrich (1999), *O que é globalização. Equívocos do globalismo. Respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. (1997), *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Edições Sociais LTDA.

BEOZZO, José Oscar (2005), *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965*. São Paulo: Paulinas.

BEOZZO, José Oscar (1984), *Cristãos na Universidade e na Política*. Petrópolis: Vozes.

BLASS, Leila (2000), *A formação multicultural do trabalhador assalariado brasileiro: o invisível pertinente*, Porto, IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

BORON, Atílio (2002), *A Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

BORON, Atílio (1995), “*A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*”. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo; as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra.

BOURDIEU, Pierre (1998), *Contre-feux. Propos pour servir à la résistance contre l'onvasion neo-liberale. Paris, Raisons d'Agir* (publicado em português: *Contra-fogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal, Jorge Zahar*).

CASTEL, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.

CHESNAIS, François (1996), *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

DE CERTEAU, M. (1994), *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

DUCHROW, Ulrich (1998), *Alternativas al capitalismo global: extraídas de la historia bíblica y diseñadas para la acción política*. Quito: Abya-Yala.

FORRESTER, Viviane (1997), *O Horror econômico*. São Paulo: UNESP.

GENTILLI, Pablo (org). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes e Clacso, 1999.

GIDDENS, Anthony (1991), *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edunesp.

GORZ, André (2004), *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume.

GORZ, André (2005), *A crise e o êxodo da sociedade salarial*. São Leopoldo: Cadernos IHU idéias.

HELLER, Agnes (1972), *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HIRATA, Helena (2003), *Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho*. In: *Desafios para as políticas Públicas: trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, GraphBox-Caran.

LEONE, Troncoso Eugênia (1997), *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Edições Sociais LTDA.

SANTA ANA, Júlio (1991), *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes.

JOHNSON, G. Allan (1995), *Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Jornal "O São Paulo". *Edição Especial Pastoral Operária*, 30 de abril de 1996.

LANGER, André, (2005), *Nova Cultura do Trabalho*. Fortaleza: Cepat.

KOWARICK, Lucio (1994), *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KREIN, José Dari (1999), *O Futuro do Trabalho*. São Paulo: Pastoral Operária Nacional.

LESBAUPIN, Ivo (2001), *Poder local X exclusão social. A experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

- MATTOSO, Jorge (1995), *A desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta.
- MATTOSO, Jorge (1999), *Produção e emprego: renascer da cinzas*. In: LESBAUPIN, I (org). *O Desmonte da Nação. Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes.
- MARCUSE, H. (1978), *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTINS, José de Souza (1997), *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- MO SUNG, Jung (2002), *Conhecimento e Solidariedade*. São Paulo: Editora Salesiana.
- OFFE, C. (1994). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*: São Paulo: Editora Brasiliense.
- PAIS, José Machado (2003), *Vida Cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto, Âmbar.
- PASTORAL OPERÁRIA (1984), *Situação, método, proposta*. Comissão Arquidiocesana de Pastoral Operária. São Paulo: Editora Cemi.
- POCHMANN, Marcio (2001), *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- POCHMANN, Marcio (2003), *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo: Editora Cortez.
- POCHMANN, Marcio (2004), *Políticas de inclusão social: resultados e avaliação*. São Paulo: Editora Cortez.
- POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo (orgs.) (2003), *Atlas da exclusão social no Brasil*. 2a. ed., São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Milton (2000), *Por uma outra globalização. Do pensamento único á consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- SPOSATI, Aldaíza (1996), *Mapa da Exclusão/inclusão Social na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ.
- SOUSA SANTOS, Boaventura (org) (2002), *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- TOURAINÉ, Alain. (1999), *Crítica da Modernidade*. São Paulo: Vozes.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W (2003), “*Globalização, religiões, justiça social: metamorfoses e desafios*”. In: SANCHEZ, Wagner Lopes (org). *Cristianismo na América Latina e no Caribe; trajetórias, diagnósticos e perspectivas*. São Paulo: Paulinas.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (2006), “*Enigmas do Social*”. In: BÓGUS, Lúcia. YAZBEK, Maria Carmelita. WANDERLEY, Mariângela Belfiore. (orgs) “*Desigualdade e questão social*”. São Paulo: Educ.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W (2005), “*Igreja católica em São Paulo (1900-1964): associações operárias católicas, Ação Católica e Partido Democrata Cristão*”. In: ANGELA VILHENA, Maria e DÉCIO PASSOS, João (orgs). *A Igreja de São Paulo: presença católica na história da cidade*. São Paulo: Paulinas, 2005.

ANEXOS

Anexo 1

Questionário aplicado aos participantes da Casa da solidariedade.

Anexo 2

Estatuto da Casa da Solidariedade.

Anexo 3

Fotos da Coordenação e das atividades da Casa da Solidariedade.

Anexo 1

Questionário Casa da Solidariedade – Ipiranga – São Paulo - SP

1. Nome:		2. Idade:		
3. Sexo:		10. Há quanto tempo você esta desempregado?		
	Masculino	1	Menos de 6 meses	1
	Feminino	2	Mais de 6 meses a 1 ano	2
4. Qual é o seu Estado Civil:			Mais de 1 a 2 anos	3
	Solteiro(a)	1	Mais de 2 a 4 anos	4
	Casado(a)	2	Mais de 4 a 5 anos	5
	Separado(a)	3	Mais de 5 anos	6
	Viúvo(a)	4	11. Qual era a sua profissão? (Anotar)	
5. Onde você nasceu?				
	São Paulo - Capital	1	12. Qual era a sua situação ocupacional?	
	São Paulo - Interior	2		
Outro Estado → (Anote ao lado)				
6. Você nasceu na zona Urbana ou Rural?				
	Urbana	1	Assalariado c/ carteira assinada	1
	Rural	2	Assalariado s/ carteira assinada	2
7. Qual é a sua Religião?				
	Católico	1	Trab. por conta própria/ autônomo	3
	Protestante	2	Trabalhador Informal/ Bico	4
	Espírita	3	Serviços Domésticos	5
	Evangélico	4	Funcionário Público	6
	Afro	5	Trabalhador Rural	7
	Não tem	6	Aprendiz/ Estagiário	8
Outra Religião → (Anote ao lado)			Outro: (Anotar abaixo)	
8. Você hoje está trabalhando?		PULE PARA A P. 15		
Pule p/ P. 13 →	Sim	1	13. Qual é hoje a sua profissão? (Anotar)	
Prossiga →	Não	2		
9. Por que motivo você não está trabalhando?		14. Qual é hoje a sua situação ocupacional?		
Faça a P. 10 →	Desempregado	1	Assalariado c/ carteira assinada	1
			Assalariado s/ carteira assinada	2
			Trab. Por conta própria/ autônomo	3

<i>Pule p/ P. 15 →</i> <i>Pule p/ P. 15 →</i> <i>Pule p/ P. 15 →</i> Outros Motivos → (Anote ao lado)	Dona de Casa	2	Trabalhador Informal/ Bico	4
	Estudante	3	Serviços Domésticos	5
	Inativo	4	Funcionário Público	6
			Trabalhador Rural	7
			Aprendiz/ Estagiário	8
			Outro:	

15. Você possui Outras Fontes de Renda? <div style="text-align: right;"> <i>Prossiga →</i> Sim <i>Pule para P. 17 →</i> Não </div>		22. Qual o nível da série atual ou concluída?																													
16. Qual(ais) é(são) esta(s) Fonte(s) de Renda?		<table border="1"> <tr><td>1ª série do ensino fundamental</td><td>1</td></tr> <tr><td>2ª série do ensino fundamental</td><td>2</td></tr> <tr><td>3ª série do ensino fundamental</td><td>3</td></tr> <tr><td>4ª série do ensino fundamental</td><td>4</td></tr> <tr><td>5ª série do ensino fundamental</td><td>5</td></tr> <tr><td>6ª série do ensino fundamental</td><td>6</td></tr> <tr><td>7ª série do ensino fundamental</td><td>7</td></tr> <tr><td>8ª série do ensino fundamental</td><td>8</td></tr> <tr><td>1ª série do ensino médio</td><td>9</td></tr> <tr><td>2ª série do ensino médio</td><td>10</td></tr> <tr><td>3ª série do ensino médio</td><td>11</td></tr> <tr><td>Superior incompleto</td><td>12</td></tr> <tr><td>Superior completo</td><td>13</td></tr> <tr><td>Outro:</td><td></td></tr> </table>		1ª série do ensino fundamental	1	2ª série do ensino fundamental	2	3ª série do ensino fundamental	3	4ª série do ensino fundamental	4	5ª série do ensino fundamental	5	6ª série do ensino fundamental	6	7ª série do ensino fundamental	7	8ª série do ensino fundamental	8	1ª série do ensino médio	9	2ª série do ensino médio	10	3ª série do ensino médio	11	Superior incompleto	12	Superior completo	13	Outro:	
1ª série do ensino fundamental	1																														
2ª série do ensino fundamental	2																														
3ª série do ensino fundamental	3																														
4ª série do ensino fundamental	4																														
5ª série do ensino fundamental	5																														
6ª série do ensino fundamental	6																														
7ª série do ensino fundamental	7																														
8ª série do ensino fundamental	8																														
1ª série do ensino médio	9																														
2ª série do ensino médio	10																														
3ª série do ensino médio	11																														
Superior incompleto	12																														
Superior completo	13																														
Outro:																															
<table border="1"> <tr><td>Aposentadoria/ Pensão</td><td>1</td></tr> <tr><td>Pensão alimentícia dos filhos</td><td>2</td></tr> <tr><td>Auxílio Previdenciário</td><td>3</td></tr> <tr><td>Seguro Desemprego</td><td>4</td></tr> <tr><td>Doação ou ajuda de terceiros</td><td>5</td></tr> <tr><td>Benefício de Prestação Continuada</td><td>6</td></tr> <tr><td>Aluguel</td><td>7</td></tr> <tr><td>Outra:</td><td></td></tr> </table>		Aposentadoria/ Pensão	1	Pensão alimentícia dos filhos	2	Auxílio Previdenciário	3	Seguro Desemprego	4	Doação ou ajuda de terceiros	5	Benefício de Prestação Continuada	6	Aluguel	7	Outra:															
Aposentadoria/ Pensão	1																														
Pensão alimentícia dos filhos	2																														
Auxílio Previdenciário	3																														
Seguro Desemprego	4																														
Doação ou ajuda de terceiros	5																														
Benefício de Prestação Continuada	6																														
Aluguel	7																														
Outra:																															
17. Você ou sua Família possuem Benefícios Socioassistenciais? <div style="text-align: right;"> <i>Prossiga →</i> Sim <i>Pule para a P. 19 →</i> Não </div>		<table border="1"> <tr><td>1</td><td>1</td></tr> <tr><td>2</td><td>2</td></tr> <tr><td>Outro:</td><td></td></tr> </table>		1	1	2	2	Outro:																							
1	1																														
2	2																														
Outro:																															
18. Quais Benefícios você possui?		23. Como você chegou até a Casa da Solidariedade?																													
<table border="1"> <tr><td>Bolsa Escola Estadual</td><td>1</td></tr> <tr><td>Bolsa Família</td><td>2</td></tr> <tr><td>Renda Mínima</td><td>3</td></tr> <tr><td>Renda Cidadã</td><td>4</td></tr> <tr><td>PETI</td><td>5</td></tr> <tr><td>Agente Jovem</td><td>6</td></tr> <tr><td>Cesta Básica</td><td>7</td></tr> <tr><td>Vale Gás</td><td>8</td></tr> <tr><td>Outro:</td><td></td></tr> </table>		Bolsa Escola Estadual	1	Bolsa Família	2	Renda Mínima	3	Renda Cidadã	4	PETI	5	Agente Jovem	6	Cesta Básica	7	Vale Gás	8	Outro:		<table border="1"> <tr><td>Indicação de amigos</td><td>1</td></tr> <tr><td>Indicação de parentes</td><td>2</td></tr> <tr><td>Indicação de vizinhos</td><td>3</td></tr> <tr><td>Através da Igreja</td><td>4</td></tr> <tr><td>Outro:</td><td></td></tr> </table>		Indicação de amigos	1	Indicação de parentes	2	Indicação de vizinhos	3	Através da Igreja	4	Outro:	
Bolsa Escola Estadual	1																														
Bolsa Família	2																														
Renda Mínima	3																														
Renda Cidadã	4																														
PETI	5																														
Agente Jovem	6																														
Cesta Básica	7																														
Vale Gás	8																														
Outro:																															
Indicação de amigos	1																														
Indicação de parentes	2																														
Indicação de vizinhos	3																														
Através da Igreja	4																														
Outro:																															
		24. Na sua opinião, quais destes itens oferecidos pela Casa da Solidariedade seriam os mais																													

<i>Anotar</i> →			importantes diante da sua formação e de
19. Você é Alfabetizado?			Suas reais necessidades? (<i>Leia cada item</i>)
	Sim	1	
	Não	2	
20. Você estuda atualmente?			Vagas de Empregos
			1
<i>Pule p/ P.22</i> →			Os cursos
			2
<i>Prossiga</i> →			Formação religiosa e cidadã
			3
			Convivência
			4
21. Por que você não está estudando?			Alternativas coletivas para buscar
			emprego
			5
			Recuperação da Auto-estima
			6

25. Além destes itens existe algum outro que você acha importante e que é oferecido pela Casa da Solidariedade? Quais?

Dos cursos existentes na Casa da Solidariedade:

26. Quais você gostaria de fazer?

27. Quais você está fazendo?

28. Quais você já fez?

	P.24 Gostaria de Fazer	P.25 Está Fazendo	P.26 Já Fez
Alfabetização	1	1	1
Artesanato e Pintura	2	2	2
Atendimento Psicológico	3	3	3
Cooperativas	4	4	4
Corte e Costura	5	5	5
Doces e Salgados	6	6	6
Eletricidade	7	7	7
Curso Bíblico	8	8	8
Fonoaudiologia	9	9	9
Informática	10	10	10

Inglês e Espanhol	11	11	11
Orientação Jurídica	12	12	12
Pastoral Operária	13	13	13
Previdência Social	14	14	14
Coleta Seletiva	15	15	15
Reforço Escolar	16	16	16
Trabalhos Domésticos	17	17	17
Tricô e Crochê	18	18	18
Não Sabe	19	19	19

AGRADEÇA O ENTREVISTADO E ENCERRE.

Anexo 2

ESTATUTOS DA CASA DA SOLIDARIEDADE DA REGIÃO EPISCOPAL IPIRANGA

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Artigo 1.º – A Casa da Solidariedade da Região Episcopal Ipiranga, também designada simplesmente Casa da Solidariedade, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração indeterminada, com sede e domicílio jurídico à Rua Gravi, 60 – Bairro da Saúde – CEP 04147-050 – São Paulo – nesta Capital.

Artigo 2.º – Constituem finalidades gerais da Casa da Solidariedade: acolher, orientar, formar e organizar os trabalhadores desempregados; identificar e interpretar a realidade adversa, e agir solidária e comunitariamente. A ação da Casa da Solidariedade coloca em primeiro lugar o combate ao desemprego, ajuda emergencial material, psicológica, jurídica e profissional, do trabalhador, especialmente o jovem e a mulher.

Artigo 3.º – São objetivos específicos da Casa da Solidariedade:

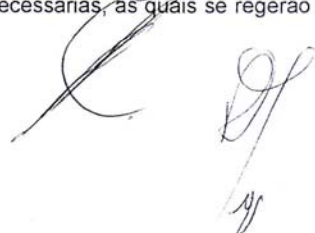
- I - cadastrar e dar assistência aos trabalhadores desempregados;
- II - orientar e defender seus cadastrados;
- III - desenvolver o espírito associativo, fraternal de partilha e solidariedade;
- IV - desenvolver formas de cooperação e organização entre os trabalhadores desempregados;
- V - promover e apoiar todas as formas de manifestação de cultura popular;
- VI - promover atividades educacionais, como cursos profissionalizantes e de formação geral;
- VII - apoiar a população sem assistência através de programas sociais;
- VIII - promover atividades esportivas e de lazer entre seus cadastrados,
- XIX - manter convênio e/ou se associar a entidades similares ou da mesma natureza;
- X - divulgar e promover suas finalidades e atividades através de órgão de imprensa próprio.

Parágrafo Único – A Casa da Solidariedade não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Artigo 4.º – No desenvolvimento de suas atividades, a Casa da Solidariedade observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, nacionalidade, concepção política, filosófica ou religiosa.

Parágrafo Único – A Casa da Solidariedade se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Artigo 5.º – A fim de cumprir suas finalidades, a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, às quais se regerão pelas disposições estatutárias.



Capítulo II – DOS ASSOCIADOS

Artigo 6.º – A Casa da Solidariedade é constituída por número ilimitado de associados, maiores de 18 anos, aceitos em Assembléia Geral, distribuídos nas seguintes categorias: fundadores, de honra e os aceitos pela Assembléia Geral;

Artigo 7.º – São direitos de quaisquer associados quites com suas obrigações sociais junto à Casa da Solidariedade:

I – exercer o direito à voz, votar e ser votado para os cargos eletivos;

II – recorrer à Assembléia Geral na forma aqui prevista, contra qualquer ato lesivo aos seus interesses ou contrários aos presentes Estatutos, que forem praticados pela Diretoria;

III – apresentar ao Presidente e à Assembléia Geral qualquer irregularidade apurada;

IV – apresentar novos associados para admissão na Casa da Solidariedade;

V – desligar-se da Casa da Solidariedade, mediante renúncia;

Parágrafo Primeiro – Dom Antônio Celso Queiroz e Monsenhor Cosmo Maestri são considerados associados fundadores de honra da Casa da Solidariedade.

Parágrafo Segundo – São considerados associados fundadores os que assinaram a Ata de Fundação da Casa da Solidariedade.

Parágrafo Terceiro – Apenas a Assembléia Geral terá a competência de admitir novos associados, mediante inscrição prévia e apresentação por outro associado.

Artigo 8.º – São deveres dos associados:

I – cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II – acatar as decisões da Diretoria;

III – comparecer às assembléias ordinárias e extraordinárias convocadas;

IV – votar nas eleições convocadas para renovação dos órgão dirigentes;

V – colaborar com a Diretoria na execução dos trabalhos e objetivos.

Artigo 9.º – O desligamento do associado dar-se-á mediante pedido expresso pela forma escrita e inequívoca à Diretoria.

Artigo 10.º – O associado regularmente convocado e que deixar de comparecer a 02 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, sem motivo prévio e justificado, será tacitamente afastado podendo ser considerado como desistente e renunciante.

Artigo 11.º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Capítulo III – DA ADMINISTRAÇÃO

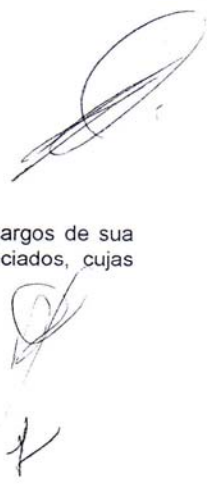
Artigo 12.º – A Casa da Solidariedade será administrada por:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal

Parágrafo Único – A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus associados, cujas atuações são inteiramente gratuitas.



Artigo 13.º – A Assembléa Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 14.º – As deliberações da Assembléa Geral serão tomadas pela maioria dos presentes.

Artigo 15.º – Compete à Assembléa Geral:

- I – decidir em última e definitiva instância;
- II – eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- III – destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- IV – apreciar o relatório da Diretoria e decidir sobre assuntos relevantes;
- V – aprovar os Balancetes e prestação de contas do exercício anterior;
- VI – analisar e aprovar o planejamento do ano seguinte;
- VII – decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 38;
- VIII – decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 37;
- IX – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

Artigo 16.º – A Assembléa Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I – aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria
- II – apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III – discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal;

Artigo 17.º – A Assembléa Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano, e extraordinariamente quando convocada:

- I – pela maioria simples da Diretoria;
- II – pelo Conselho Fiscal;
- III – pelo Conselheiro Eclesiástico; ou
- IV – por 1/3 (hum terço) dos sócios quites com as obrigações sociais.

Artigo 18.º – A convocação das Assembléas serão feitas por meio de circulares à todos os associados no gozo de seus direitos;

Parágrafo Único – Qualquer Assembléa se instalará em primeira convocação com a metade dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número dos associados presentes.

Artigo 19.º – A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Artigo 20.º – A Diretoria será eleita pela Assembléa Geral, regularmente convocada, e será composta pelos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Primeiro-Secretário;
- IV - Segundo-Secretário;
- V - Primeiro-tesoureiro;
- VI - Segundo-Tesoureiro;



VII - Relações Públicas;

VIII - Conselheiro Eclesiástico

Parágrafo Único – O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, cabendo a reeleição.

Artigo 21.º – Compete à Diretoria:

I – supervisionar a administração da Casa da Solidariedade sob a luz dos Estatutos Sociais;

II – elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual da Instituição;

III – encaminhar as decisões aprovadas em Assembléia Geral;

III – executar a programação anual de atividades da Instituição;

IV – elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;

VI – propor à Assembléia Geral as modificações que se fizerem necessárias nos Estatutos Sociais;

VII – convocar eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal;

VIII – contratar e demitir funcionários.

Artigo 22.º – A Diretoria reunir-se-á Ordinariamente 01 (uma) vez por semestre.

Artigo 23.º – Compete ao Presidente:

I – representar a Casa da Solidariedade judicial e extra-judicialmente;

II – cumprir e fazer cumprir estes Estatutos;

III – convocar e presidir as Assembléias Gerais;

IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V – assinar, com o Primeiro-Tesoureiro, os cheques e documentos relativos à movimentação do numerário financeiro.

Apresentar anualmente à Assembléia Geral as exposições das atividades e prestações de contas;

VI – Apresentar anualmente à Assembléia Geral as atividades e prestação de contas;

VII – Convocar reuniões extraordinárias da Diretoria;

VIII – Convocar eleições para a Diretoria.

Artigo 24.º – Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Artigo 25.º – Compete ao Primeiro-Secretário:

I – secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;

II – publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Artigo 26.º – Compete ao Segundo-Secretário:

I – substituir o Primeiro-Secretário em suas faltas ou impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro-Secretário.



Artigo 27.º – Compete ao Primeiro-Tesoureiro:

- I – arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- II – assinar com o Presidente os cheques e demais documentos relativos aos movimentos financeiros da Entidade;
- III – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV – apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.
- V – conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

Artigo 28.º – Compete ao Segundo-Tesoureiro:

- I – substituir o Primeiro-Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro-Tesoureiro.

Artigo 29.º – COMPETE AO RELAÇÕES PÚBLICAS:

- I – Divulgar o trabalho da Casa da Solidariedade;
- II – Viabilizar parcerias;
- III – Animar e promover eventos.

Artigo 30.º – COMPETE AO CONSELHEIRO ECLESIAÍSTICO

- I – Animar, acompanhar, e motivar a Região Episcopal para assumir o Projeto da Casa da Solidariedade.

Artigo 31.º – O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos diretamente pela Assembléia Geral, e seu mandato terá a duração de 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Artigo 32.º – Compete ao Conselho Fiscal:

- I – examinar os livros de escrituração da Instituição;
- II – opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- III – requisitar ao Primeiro-Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV – acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V – convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Capítulo IV – DAS ELEIÇÕES

Artigo 33.º – As eleições para Diretoria realizar-se-ão a cada 2 (dois) anos, por chapa completa de candidatos, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, podendo votar os associados que estejam em dia com suas obrigações.

SAÚDE
SÃO PAULO/SP
Ribeiro

Parágrafo Único – É permitida a reeleição dos membros da Diretoria, no mesmo cargo.

Artigo 34.º – Em caso de renúncia coletiva, as eleições realizar-se-ão pela Assembléia Geral Extraordinária, na mesma forma aqui já estabelecida, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único – A renúncia coletiva somente será aceita em Assembléia Geral.

Capítulo V – DO PATRIMÔNIO

Artigo 35.º – O patrimônio da Casa da Solidariedade será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública, das contribuições dos associados, das subvenções e donativos, da renda advinda de vendas patrimoniais móveis, dos resultados de atividades sociais.

Parágrafo Único: Todas as rendas da Casa da Solidariedade provenientes dos donativos e das contribuições que lhe sejam feitas, assim como dos seus bens patrimoniais móveis ou imóveis, serão destinados à melhoria, ampliação e à realização de seus objetivos e fins sociais, e na formação de um Fundo de Reserva, a juízo da Assembléia Geral.

Artigo 36.º – No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica que tenha o mesmo objetivo social, sediada no Município de São Paulo, e que possua respaldo e vênia do Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 37.º – A Casa da Solidariedade será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos associados da entidade, em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 38.º – Os presentes Estatutos poderão ser reformados, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de sua aprovação.

2º Subd. Saúde

Artigo 39.º – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

São Paulo, 27 de novembro de 2004.

Raymond Périllat

RAYMOND PÉRILLAT
PRESIDENTE

Aldo Escobar

ALDO ESCOBAR
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Eunice Fagundes Stort

DRA. EUNICE FAGUNDES STORT
ADVOGADA – OAB 36.1

Av. Jabaquara, 1235 Saúde - Tel 5585-9822 Oficial: Mã Josepha da Cunha
Válido somente com selo de autenticidade
Reconheço, por semelhança, a firma de: RAYMOND PÉRILLAT.
São Paulo, 29 de março de 2005.
Em testemunho da verdade.

RICARDO ALVES RIBEIRO - ESCRIVENTE
Preço da firma R\$2,50 (valor total R\$250,00) (CPF: 20050329141321)
21º SUBDISTRITO SAÚDE



21º Subd. Saúde
R. P. Ribeiro, 100 - Saúde - São Paulo/SP
CNPJ: 06.940.888/0001-00
Insc. Est. 06.940.888-01-0001-00

Anexo 3



Formação – Plínio de Arruda Sampaio



Raimundo
e Regina – Coordenadores da Casa da Solidariedade



Reunião da Diretoria

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)